

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

MARIA CECÍLIA RIZZI LIMA

Da biblioteca escolar à sala de leitura nas Escolas Estaduais de Ensino Fundamental paulista: leis, decretos, normas, agentes.

MESTRADO EM EDUCAÇÃO: HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE

São Paulo

2016

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

MARIA CECÍLIA RIZZI LIMA

Da biblioteca escolar à sala de leitura nas escolas Estaduais de Ensino Fundamental paulista: leis, decretos, normas, agentes.

MESTRADO EM EDUCAÇÃO: HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE

Dissertação apresentada à Banca Examinadora na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Educação: História, Política, Sociedade, sob a orientação do Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves.

São Paulo

2016

BANCA EXAMINADORA

*Para
Carolina e Camila,
...morangos da minha vida...*

AGRADECIMENTOS

À FUNDASP - Fundação São Paulo e ao UNIFAI – Centro Universitário Assunção, pela concessão da bolsa de estudos com a qual me foi concedida também, a oportunidade para ampliar conhecimentos, adquirir novas habilidades e poder me aproximar da pesquisa acadêmica e científica.

Ao meu professor orientador, Professor Doutor Mauro Castilho Gonçalves, pela solidariedade e respeito aos meus momentos de quietude, pelo desprendimento, generosidade em compartilhar os seus conhecimentos e pela condução deste trabalho.

Aos professores e colegas do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, pela troca de conhecimentos, companheirismo e comprometimento com o aprender coletivo.

À Betinha, pela atenção, simpatia e recepção calorosa.

Às professoras da banca, Professora Doutora Paula Maria de Assis e Professora Doutora Mônica Fátima Valenzi Mendes, pela atenção, disponibilidade, participação e contribuições para a melhoria deste trabalho.

Aos professores e colegas do UNIFAI, especialmente ao corpo docente do curso de Biblioteconomia, pelo incentivo, compartilhamento de textos e indicações de leituras.

Aos meus amigos bibliotecários, Professora Maria Edith Giusti Serra, Regina Celi de Souza, Professor Doutor José Fernando Modesto da Silva, Professora Marcely Rangel, Professor Mestre Marcelo Dias de Carvalho, pelo incentivo e carinho nos momentos de reflexão e tomadas de decisão na construção e no desenvolvimento desta pesquisa.

Ao meu irmão, José Antonio, minha mãe Teresa e ao Sérgio, que colaboraram cotidianamente, ouvindo compreensivamente as minhas inquietudes, leituras e re-leituras da pesquisa, resmungos e longos silêncios...

A todos que, de uma maneira ou de outra, acreditaram e me incentivaram a chegar até aqui.

LIMA, Maria Cecilia Rizzi. *Da biblioteca escolar à sala de leitura nas Escolas Estaduais de ensino fundamental paulista: leis, decretos, normas, agentes*. Dissertação de Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade. Orientação: Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves. São Paulo: PUC-SP, 2016.

RESUMO

Este trabalho apresenta os caminhos e os resultados da pesquisa realizada sobre a presença da Biblioteca Escolar nas Escolas Estaduais de ensino fundamental do Estado de São Paulo, tendo como ponto de partida para a investigação, a Lei Federal nº 12.244/10, que universaliza a Biblioteca Escolar em todas as escolas públicas e privadas no país. A obrigatoriedade estabelecida pela lei, incitou o rastreamento dos dispositivos legais, a partir da Lei nº 9.394/96, Lei Diretrizes e Bases da Educação até 2015, que instauraram a Biblioteca Escolar no espaço e entre os equipamentos da escola paulista. Localizar os dispositivos legais, normas ordinárias e regulamentares, publicados no Diário Oficial do Estado e na Secretaria da Educação do Estado de São Paulo serviram para refazer a trajetória da Biblioteca Escolar e identificar em que dispositivo a Sala de Leitura foi introduzida na escola paulista além de subsidiar a hipótese que, a lei de universalização da biblioteca escolar, ainda que obrigatória, não seria suficiente para a efetivar implantação do espaço nas Escolas Estaduais de Ensino fundamental paulista. Pesquisas sobre as Bibliotecas Escolares, finalidade, funções e atividades de apoio e agregadoras ao processo ensino e aprendizagem, embasaram as buscas em trabalhos acadêmicos desenvolvidos nas áreas de Educação e Biblioteconomia com objetivo de entender as ações necessárias para o estabelecimento da Biblioteca Escolar além, dos dispositivos legais. O Manifesto da UNESCO (2005), que indica Diretrizes para as Bibliotecas Escolares, serviu de base para reconhecer as ações, que devem ser empreendidas pelos agentes, comunidade escolar e políticas públicas para alcançar o êxito que a publicação da Lei nº 12.244/10, pretende. Roger Chartier e a teoria de representação, serviram de subsídios para a análise dos procedimentos desta pesquisa, que nas considerações finais, apontam algumas causas que perpetuam o silêncio da Biblioteca Escolar nas Escolas Estaduais de ensino fundamental paulista, entre elas, a ausência de profissionais especialmente treinados e preparados para exercício das atividades educativas e culturais no espaço, políticas públicas com foco na distribuição de materiais sem se ocupar com a disseminação e uso, a admissão e reiteração do professor readaptado como encarregado da Sala de Leitura, a partir da Resolução SEE nº15 de 10 de outubro de 2009, cujo teor foi reafirmado pela Resolução SEE nº 14 de 29 de janeiro de 2016.

Palavras-chave: Biblioteca Escolar. Sala de Leitura. Escola Estadual de ensino fundamental Paulista. Educação Fundamental Paulista – Legislação.

LIMA, Maria Cecilia Rizzi. *Da biblioteca escolar à sala de leitura nas Escolas Estaduais de ensino fundamental paulista: leis, decretos, normas, agentes (From the school library to the reading room in state schools of elementary education in São Paulo: laws, decrees, rules, agents)*. Thesis of the Master's Degree in Education: History, Politics, Society. Guidance: Prof. Mauro Castilho Gonçalves, PhD. São Paulo: PUC-SP, 2016.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to present the paths and the results of a research regarding the presence of the School Library in State Schools of elementary education in the State of São Paulo, having as starting point for such investigation the Federal Law No. 12244/10, which makes it mandatory the existence of a School Library in all public and private schools in Brazil. Such imposition established by law resulted in a search for legal dispositions, starting from Law No. 9394/96, Educational Bases and Guidelines Law until 2015, which placed the School Library in the space and among the equipment of the São Paulo schools. Such search for the legal provisions, ordinary rules and regulations published in the State Official Gazette and in the Education Office of the State of São Paulo was helpful to comprehend the paths of the School Library and identify in which provision is the Reading Room included for the São Paulo schools, as well as to aid the hypothesis that the law that makes school libraries mandatory, although mandatory, would not be enough to actually implement such space in the State Schools of Elementary Education in São Paulo. Researches on School Libraries, their purposes, functions and activities to support and complement the education and learning processes were the ground for the searches in academic works developed in the Education and Library Science fields, with the aim at understanding the necessary actions to establish School Libraries beyond legal provisions. The Manifesto by UNESCO (2005), which names the Guidelines for School Libraries, was used as basis to acknowledge the actions that should be taken by the agents, school communities and public policies to succeed as provided for in Law No. 12244/10. Roger Chartier and the representation theory aided in the analysis of the procedures of this research, which, in the final considerations, indicate a few reasons for School Libraries of State Schools of elementary education in São Paulo to remain silent. Among such reasons are: the lack of professionals trained and prepared especially for the performance of educational and cultural activities in such libraries; public policies focused on distributing materials instead of focusing on their dissemination and use; the hiring and reiteration of a teacher prepared to deal with the Reading Room, which, as from SEE Resolution No. 15 of October 10, 2009, was confirmed by SEE Resolution No. 14 of January 29, 2016.

Keywords: School Library. Reading Room. State School of elementary education of São Paulo. São Paulo elementary education - Laws.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I – BIBLIOTECAS: ACERVOS DINÂMICOS	20
1.1 Livros, Leituras e Bibliotecas: algumas notas.....	21
1.2 Bibliotecas Escolares: missão, funções, funcionamento	27
1.2.1 Missão.....	27
1.2.2 Funções.....	32
1.2.2.1 Função Educativa.....	32
1.2.2.2 Função Cultural	39
1.2.3 Biblioteca Escolar: Funcionamento	44
CAPÍTULO II - A BIBLIOTECA ESCOLAR NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL PAULISTA	55
2.1 A universalização da Biblioteca Escolar	55
2.2 A Biblioteca Escolar nas Escolas Estaduais de ensino fundamental Paulista	56
2.2.1 A emergência das Bibliotecas Escolares, sua história e contradições.....	57
2.2.2 Políticas Públicas para as Bibliotecas Escolares	84
2.2.3 Bibliotecas Escolares ou Salas de Leitura?.....	87
CAPÍTULO III - BIBLIOTECAS ESCOLARES: OBRIGATORIEDADE DA LEI Nº 12.244/10.....	92
3.1 Bibliotecas Escolares e Leitura.....	92
3.2 Lei nº 12.244/10: dificuldades para a implantação	97
3.3 Bibliotecas Escolares: programas e incentivos.....	103
3.4 Da Biblioteca Escolar à Sala de Leitura: agentes	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS	134
ANEXOS	146

SIGLAS E ABREVIATURAS

- Aecid** – Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
- CEB** – Câmara de Educação Básica
- CEI** – Coordenadoria de Ensino do Interior
- Cenp** – Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas
- CERLALC** – Centro Regional para el Fomento del Libro em América Latina y el Caribe
- CNE** – Conselho Nacional de Educação
- Cogsp** – Coordenadoria de Ensino da região Metropolitana da Grande São Paulo
- Deep** – Diretoria de Estatísticas Educacionais
- EHPS** – Educação: História, Política, Sociedade
- FAE** – Fundação de Assistência ao Estudante
- FNDE** – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- FNLIJ** - Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil
- IASL** – International Association of School Librarianship
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IFLA** – International Federation of Library Associations
- INEP** – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
- INES** – Indicadores dos Sistemas Educacionais Nacionais
- INL** – Instituto Nacional do Livro
- IPL** – Instituto Pró - Livro
- LDB** – Lei de Diretrizes e Bases
- MEC** – Ministério da Educação
- Munic** – Pesquisa de Informações Básicas Municipais
- OCDE** – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
- OIE** – Organização dos Estados Ibero-Americanos para Educação, Ciência e Cultura
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- PCN** – Parâmetros Curriculares Nacionais
- PISA** – Programme for International Student Assessment
- PNBE** – Programa Nacional de Biblioteca na Escola
- PNE** – Plano Nacional de Educação
- PNLD** – Programa Nacional do Livro Didático
- PNLEM** – Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio

PNSL- Plano Nacional de Salas de Leitura

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PREMEM – Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio

PROLER – Programa Nacional de Incentivo à Leitura

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

TCU – Tribunal de Contas da União

TICs – Tecnologia da Informação e Comunicação

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Tabela 1.1. Escolas de Ensino Fundamental Brasileiras e Bibliotecas Escolares – Regiões Geográficas.....	46
Tabela 1.2. Pontuação PISA – Escolas com BEs.....	48
Tabela 1.3. Recursos e TICs disponíveis nas Escolas Públicas.....	52
Tabela 1.4. Recursos e TICs disponíveis nas Escolas Privadas.....	53
Tabela 3.1. Ensino Fundamental Brasileiro. Matrículas iniciais em 2015	98
Tabela 3.2. Sistema CFB/CRBs – Bibliotecários no Brasil.....	100
Tabela 3.3. PNBE – Execução do Programa - São Paulo - 2014	105
Figura 1. Planta dos G.E. de São João da Boa Vista e de Rio Claro	124

INTRODUÇÃO

A minha escolha pela Biblioteconomia teve uma ligação muito forte com o hábito de ler, adquirido por influência familiar e incentivo direto da bibliotecária do Instituto de Educação Torquato Caleiro, na cidade de Franca, interior de São Paulo, no qual cursei o *ginásio* e o *colegial*. A biblioteca do Instituto possuía um acervo atualizado, organizado e de livre acesso. Enveredar por suas estantes, era caminhar por mundos desconhecidos e desbravar novas ideias e possibilidades. A atenção e a intermediação entre aquele mundo desconhecido e possível era feito pela Profa. Marina Marconi, que me conduzia no caminho da leitura, orientando na pesquisa de assuntos, dos mais corriqueiros aos mais complexos, intervindo na escolha de leituras, autores e títulos que, na sua concepção e experiência, contribuiriam para o meu crescimento e amadurecimento como pessoa e como aluna.

A biblioteca escolar e os livros sempre fizeram parte da minha vida escolar e familiar. Posteriormente, aluna no curso de Biblioteconomia, minha mãe, diretora de escola pública estadual, ao assumir a direção de uma escola, por remoção ou substituição, inevitavelmente tinha como uma das suas primeiras providências organizar uma biblioteca escolar, caso a escola não a tivesse. Normalmente não tinha.

Mais tarde, como Conselheira Presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia da 8ª Região (São Paulo), uma das prioridades daquela gestão era sensibilizar os representantes da Secretaria da Educação no Estado para a necessidade de implantação de Bibliotecas no ambiente escolar. Procurávamos interceder junto ao poder público para *fazer valer* inúmeros atos normativos, em vigor, que não haviam sido implantados. Fizemos inúmeros projetos, dando continuidade a outros tantos que os bibliotecários de outras gestões tinham elaborado e tentado entregar para os gestores da Secretaria, sem êxito.

Não conseguia e não consigo entender uma escola sem biblioteca. Não há como dissociar uma da outra. A biblioteca não é um anexo da escola, ela é um complemento do processo de ensino-aprendizagem, ou seja, uma instituição dentro do processo educacional.

Como docente no curso de graduação de Biblioteconomia, percebi o quanto a biblioteca escolar é desconhecida no que se refere aos seus objetivos, sua importância como espaço motivador das práticas pedagógicas, como auxiliar dos sujeitos da escola no processo de ensino-aprendizagem.

A docência entrou na minha vida profissional por acaso. Atuante em unidades de informação jurídica, recebi um convite para compartilhar com os alunos de graduação em Biblioteconomia as minhas experiências profissionais. Encantei-me pela docência, pela troca de conhecimentos na sala de aula e, diante dessa descoberta, optei pelo aperfeiçoamento e aquisição de novos conhecimentos. A Educação, como área do conhecimento, era, para mim, o caminho mais adequado. Entender a história, o contexto social e político que construíram a educação brasileira, era um anseio. Escolhi o Programa Educação: História, Política, Sociedade (EHPS), com o propósito de entender em que contexto, na educação brasileira, especialmente na Escola Estadual de Ensino Fundamental Paulista, a biblioteca escolar estava inserida. Queria também descobrir, se possível, como a minha formação em Biblioteconomia poderia se unir à Educação e agregar valor aos meus conhecimentos.

Ao escolher as disciplinas do programa EHPS, para frequentar, procurei inscrever-me naquelas que apresentassem alguma identificação com a minha formação em Biblioteconomia. Como bibliotecária, mais do que a organização dos materiais e sua disponibilização aos usuários das bibliotecas, nas quais atuei, minha preocupação profissional estava centrada no papel de interlocutora, facilitadora e mediadora entre o acervo e as possibilidades que o seu desbravamento trouxesse para leitores e frequentadores da biblioteca, na ampliação do conhecimento individual, pessoal e profissional. Para alcançar esse objetivo e ampliar o meu olhar sobre os suportes e registros, de forma que estes novos saberes pudessem ser incorporados àqueles que, até então, serviam de base para as minhas primeiras leituras e apoio nas minhas pesquisas sobre a biblioteca escolar nas Escolas Estaduais de ensino fundamental Paulista, era preciso entender a História da Educação Brasileira, especificamente a Educação Paulista, o contexto social que a circundava, sua implantação e evolução, e como a Biblioteca Escolar estava inserida na escola e na legislação educacional.

Ao ler as *ementas* das disciplinas do Programa, pareceu a princípio, que os estudos ficariam atados à Sociologia, à História e às descrições dos suportes que estivessem intimamente ligados aos conteúdos registrados apenas no contexto da História da Educação. Não que isso me deixasse frustrada ou que tenha despertado em

mim uma expectativa que não fosse atender ao meu objetivo de apropriação desses objetos de registros do conhecimento, com relação à minha pesquisa, e aplacar a minha inquietude sobre Bibliotecas Escolares¹ nas Escolas Estaduais de ensino fundamental paulista. Surpresa foi descobrir uma imensa identificação com algumas colocações e ideias de autores que, ao longo do curso, fui descobrindo e redescobrindo. Muitos são velhos conhecidos porque têm como objetos de estudos áreas do conhecimento que me são familiares por dever de ofício; colaboraram para o meu entendimento dos conceitos, visões, ideias, na execução da prática bibliotecária. Outros se referem à relação que os bibliotecários possuem com “[...] objetos impressos (que não se restringem absolutamente aos livros) e com os textos com os quais, desse modo, os leitores se deparam” (CHARTIER, R. 1995, p.112).

A aprovação da Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, *que Dispõe sobre a universalização da Biblioteca Escolar* (BRASIL, 2010), estabelece a implantação de BEs em todas as instituições de ensino públicas e privadas do território nacional, até 2020. A propositura da lei incitou o desenvolvimento deste trabalho que rastreou no Diário Oficial do Estado de São Paulo a legislação publicada entre os anos de 1996 a 2015, sobre o sistema educacional e ensino paulista, especificamente o Ensino Fundamental. Localizou e selecionou aqueles que tratavam da BE e da Sala de Leitura² e na literatura, entender em que contexto, social, político e educacional, eles foram propostos e quais eram as expectativas que envolviam os agentes, atores e coadjuvantes no momento da publicação.

A menção da BE nos atos jurídicos relativos à educação, pressupõe que determinados segmentos da sociedade são conscientes da sua relevância na escola. Contudo, a realidade mostra que há muito a se fazer para garantir a sua existência no espaço escolar e que a simples inclusão no conteúdo legislativo não garante a implantação e a sua atuação como apoio no processo de ensino e aprendizagem. Esse e outros questionamentos orientaram este estudo, fomentado constantemente por perguntas: a Lei nº 12.244/10, contempla nos seus dispositivos todos os requisitos necessários para a efetiva implantação e funcionamento da BE? Em que momento da trajetória legislativa do ensino paulista a SL foi incluída nos dispositivos? Em que aspectos a Lei nº 12.244/10 atende às recomendações das “Diretrizes para a Biblioteca

¹ Doravante denominada BE.

² Doravante denominada SL.

Escolar” explicitadas no Manifesto da UNESCO/IFLA³? Quais as ações do governo do Estado de São Paulo e da Secretaria da Educação Estadual para a efetiva implantação das BEs após a publicação da Lei nº 12244/10? Quais são as políticas públicas disponibilizadas para a manutenção desses espaços e qual a sua contribuição para o funcionamento? Quem eram os agentes que organizam e administram esses espaços?

A análise esteve centrada no conteúdo da Legislação sobre as Escolas Estaduais de ensino fundamental paulista e a inter-relação desta, com a Legislação Federal Brasileira que versa sobre a Educação Fundamental, os programas e políticas públicas nacionais que foram desenvolvidos para subsidiar a implantação e manutenção das modificações, alterações propostas e, ao mesmo tempo, identificar os agentes, seus posicionamentos e o poder de influência no sistema educacional, incluindo a BE como um espaço estratégico, integrado à escola.

Estudar e entender a BE e a sua trajetória nas Escolas Estaduais de ensino fundamental paulista, foi o meu desejo inicial ao optar pelo Programa de Pós-Graduação, Educação: História, Política, Sociedade (EHPS). A minha ideia inicial para a pesquisa foi se confirmando ao longo das discussões travadas em sala de aula, das leituras e dos questionamentos dos colegas, das orientações dos professores do Programa, principalmente as sessões de orientação para a configuração do projeto.

No primeiro semestre do curso de pós-graduação em Educação, entrei em contato com disciplinas que contribuíram para dar início e incitar a minha busca por mais conhecimentos sobre a História da Educação Brasileira. A minha ideia inicial era pesquisar a origem e o desenvolvimento da BE ao longo da História da Educação Brasileira. Nos levantamentos bibliográficos realizados sobre BE e a sua atuação como suporte e apoio ao processo ensino-aprendizagem, alguns trabalhos foram localizados na área da Biblioteconomia e na área da Educação e, dentre eles, verifiquei que parte deles tratava da SL com as funções específicas da BE. Na disciplina, *Elaboração de Anteprojeto*, ministrada pelo Prof. Dr. José Geraldo Silveira Bueno, a problemática BE ou SL foi levantada e, seguindo as orientações recebidas, ampliei a busca bibliográfica, incluindo a SL como assunto para compor a minha pesquisa e delimito o universo a ser pesquisado, concentrando a mesma nas Escolas Estaduais de Ensino Fundamental do Estado de São Paulo no período citado.

³ IFLA – International Federation of Library Associations/UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

A disciplina *Imprensa, impressos e História da Educação*, sob a regência do Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves, propiciou que eu me familiarizasse com a análise de diferentes tipologias documentais como fontes para investigação de temas, além disso, me deram segurança para analisar o *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, como fonte das normas jurídicas que estabeleciam as regras para a estrutura e o funcionamento do ensino paulista, e onde certamente encontraria inserida a BE, o que possibilitaria a minha compreensão do período temporal, e as circunstâncias históricas que ocasionaram suas publicações, levando-me a mais uma reflexão; a atuação política dos sujeitos, mentores da inclusão da BE, no espaço educacional.

A disciplina *Escola e Cultura: Questões da História e da Historiografia*, ministrada pelo Prof. Dr. Daniel Ferraz Chiozzini, trouxe para o meu universo conceitos e noções de cultura escolar, história da educação escolar e história da escolarização, com a leitura de obras e autores, como por exemplo, Diana Gonçalves Vidal que, ao pesquisar a Escola Nova, a partir de 1930, analisou o acervo da Biblioteca de Professores, para entender, “[...] como mediante consultas, frequências e aquisições, priorizavam-se leituras e livros e lançavam-se as bases para a constituição de uma nova cultura profissional docente”. (VIDAL, 2001, p. 21)

A base para analisar o processo social e político, os interesses dos grupos e classes sociais⁴ e a relação entre política e educação, diante das reformas educacionais promovidas no Brasil e no Estado de São Paulo, foram úteis para compreender a inserção da BE nas Escolas Estaduais de Ensino Fundamental; ficaram alicerçadas nos textos, leituras e nas discussões em sala de aula na disciplina, *Tendências do Pensamento Educacional*, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Antonio Giovinazzo Júnior.

Em *Leitores e Leituras da Educação Brasileira*, a familiaridade com autores e obras que pensaram e escreveram a educação no século XX, especificamente quanto à Escola Nova, pude verificar que nas propostas dos educadores idealizadores desse movimento, a BE bem como a democratização do acesso à leitura estavam presentes nas propostas curriculares apresentadas. Nas palavras de Lourenço Filho:

Na obra da cultura, ensino e biblioteca se completam. Com o primeiro, vive a tradição, que nos livros se acumula e por eles se expande. A ação do mestre proporciona comunicação mais intensa, mas, por sua própria

⁴ A formação em Biblioteconomia não favoreceu estudos de autores, ideias e publicações da Sociologia, Pedagogia e Psicologia da Educação.

natureza, de extensão limitada. A ação do livro, ao contrário, tudo pode abranger, é onímoda e universal. [...]Sem o ensino não haveria a comunicação de alma a alma; sem o livro, porém, a experiência humana seria escassa. [...] Ensino e biblioteca são por tudo isso instrumentos complementares: na obra da cultura, o mestre e o livro têm de concorrer harmoniosamente. [...] o mestre será tanto mais capaz quanto mais rápida e completamente chegue a tornar-se inútil ao aluno, ou seja, tanto quanto possa levá-lo a trabalhar por si, com a própria experiência, e com a que encontre nos livros. (LOURENÇO FILHO, 1945, p. 5-6)

Ideias, pensamentos e posicionamentos sobre a inter-relação, escola, livros e bibliotecas, dos escolanovistas⁵, me fizeram debruçar sobre a legislação do ensino paulista da época, e buscar obras e autores de outras áreas de conhecimento, como a Sociologia, Ciências Sociais e Economia, contribuições que me fizessem entender as circunstâncias políticas e sociais desse período, marcado por um processo de renovação do campo educacional. As dificuldades encontradas e, muitas vezes, sem solução, foram equacionadas na disciplina, *História da Educação I e II*, com as leituras e orientações recebidas pelos professores, Profa. Dra. Circe Maria Fernandes Bittencourt e Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves, sobre as diferentes abordagens teóricas e o tratamento das fontes de pesquisa utilizadas de maneira diversificada, para entender o objeto de pesquisa e a problematização adequada.

As disciplinas cursadas, as leituras, as orientações recebidas, as discussões em sala de aula com colegas envolvidos com seus temas, a observação de diferentes metodologias para abordar diferentes tipos de fontes para a pesquisa, me encaminharam para a elaboração do projeto e a definição da perspectiva metodológica que deveria ser usada.

Foram muitas pesquisas, leituras diversas, descobertas, reflexões, indagações que amplificavam em demasia a pesquisa que, no início do curso de Pós-Graduação, compunha o meu objeto. Era preciso delimitar, estabelecer com mais precisão e focalizar o objeto no tempo e espaço. Concentrei meus questionamentos em: BE ou SL? A legislação paulista sobre a Educação versa sobre BE ou SL? Quais foram os atos jurídicos paulistas que tratavam da BE no Ensino Fundamental? Quais atos jurídicos incluíram a SL nos seus conteúdos? Quem eram os agentes responsáveis pela organização e administração desses espaços? Quais eram os recursos, financeiros,

⁵ Aspectos específicos da História da Educação, como o movimento da Escola Nova no Brasil, não fizeram parte do conteúdo da minha formação em Biblioteconomia, portanto, o contato com as obras e pensadores, pedagogos e educadores, entraram no meu universo de conhecimento por meio das leituras e discussões em sala de aula, principalmente na disciplina Leitores e Leituras da Educação Brasileira, ministrada pelo Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves.

técnicos e pessoal, acessíveis para a implantação, funcionamento e manutenção da BE ou SL?

Considerando as respostas recebidas nas pesquisas bibliográficas, realizadas no Banco de Teses da Capes, Biblioteca da PUC-SP, Scielo, Repertório de Produção Acadêmica da USP, Trabalhos apresentados na ANPED, 2011, 2012, 2013, sobre BE, Sala de Leitura, Biblioteca e Educação, Biblioteca e Ensino, Biblioteca Escolar e Sala de Leitura, Espaços escolares e Biblioteca, e as orientações recebidas, esta pesquisa passou a ter como objetivo pesquisar, na legislação paulista, sobre educação, a inserção da Biblioteca no espaço escolar do Ensino Fundamental entre 1996 a 2015, no Estado de São Paulo.

O recorte temporal estipulado teve por objetivo identificar a obrigatoriedade, estabelecido por meio de normas jurídicas, a implantação das BE nas Escolas Estaduais de ensino fundamental paulista, a partir da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (LDB), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional até publicação e o alcance da Lei nº 12.44/10, que versa sobre a universalização das BEs, e averiguar quais foram as ações propostas pela Secretaria de Educação paulista, neste período, que corroboraram ou podem corroborar, para a efetiva implantação destes equipamentos nas Escolas Estaduais de ensino fundamental.

Procurar indícios e localizar em que momento a SL foi inserida no conteúdo da legislação estadual paulista, bem como identificar a designação de responsáveis, e quem eles eram, para a implementação e gestão desses espaços para o atendimento ao público-alvo, a interação com os currículos escolares e com os professores, oferecidos pela a BE e a SL.

Este trabalho contribui para a inserção da BE nas discussões dos estudiosos da Educação e da Biblioteconomia, como um equipamento da escola, indispensável para o desenvolvimento da comunidade escolar no processo ensino e aprendizagem, instrumentalização e desenvolvimento de habilidades de leitura e de busca de informação, formação do leitor crítico, seletivo e criativo. O foco assentado nos dispositivos legais, demonstram à comunidade de interessados no assunto, que os atos jurídicos não garantem, por si só, o cumprimento das funções e finalidades estabelecidas nos objetivos explicitados quando da publicação dos atos jurídicos. A pesquisa, possibilitou a localização, recuperação e reunião dos dispositivos legais publicados no período, de 1996 a 2015, e incita discussões que vão além das normas jurídicas e adentrem, sob os aspectos efetivos, na implantação das BEs nas Escolas

Estaduais de ensino fundamental paulistas, no estabelecimento de estratégias para a seleção, formação de coleções e disponibilização dos acervos com o uso de ferramentas, que integrem os meios de comunicação como instrumentos de educação e de recursos para o desenvolvimento de processos mentais compatíveis com a essência e natureza do ato de aprender.

A metodologia adotada, nesta pesquisa teve como base a análise bibliográfica, o conteúdo da legislação sobre o Ensino Fundamental Paulista que versam sobre as BEs e/ou SL e a identificação de ações públicas paulistas ou federativas, cujo propósito consistia em contribuir para a implantação da BE, incluindo a Lei nº 12.244/10. Para melhor aproveitamento dos documentos e trabalhos pesquisados, foram selecionados alguns definidores que caracterizaram a estrutura e o funcionamento de uma BE, tendo como ponto de partida o Manifesto da IFLA/UNESCO⁶(2005), explicitado nas “Diretrizes para a Biblioteca Escolar”, como: Missão, Funções Educativa e Cultural, Funcionamento, Financiamento, Objetivos, Pessoal, Serviços e Gestão.

A abordagem da pesquisa pelas fontes, incluindo a legislação, teve início com a seleção de trabalhos e documentos, por meio de leitura e separação daqueles que, no todo ou partes, trouxessem indícios e/ou levantassem outras buscas, para dar respostas às indagações feitas. Com relação à legislação, especialmente, segundo Mendes:

Os riscos envolvidos no fazer legislativo exigem peculiar cautela de todos aqueles que se ocupam do difícil processo de elaboração normativa. Eles estão obrigados a colher variada gama de informações sobre a matéria que deve ser regulada, pesquisa esta que não pode ficar limitada a aspectos estritamente jurídicos [...]. Imprescindível revela-se, igualmente, a análise da repercussão econômica, social, e política do ato legislativo. (MENDES, 1993, p. 256).

E estando certa de que os atos legislativos, bem como as normas regulamentares⁷, trazem no seu conteúdo discursos isentos de neutralidade, não refletem as diversas dimensões do contexto histórico e social instalado. Faria Filho (1998, p. 97-98) assegura que: “[...] produzir a legislação como corpus documental significa enfocá-

⁶ Diretrizes IFLA/UNESCO para Bibliotecas Escolares. O Manifesto foi preparado pela IFLA e aprovado pela UNESCO em sua Conferência Geral de novembro de 1999, traduzido e divulgado em vários países. No Brasil, a tradução foi feita pela Profa. Dra. Neusa Dias de Macedo e Helena Gomes de Oliveira e publicado em 2005. Disponível em: < http://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/school-library-guidelines/school-library-guidelines-pt_br.pdf> Em Portugal, a tradução foi feita por Maria José Vitorino e publicado em 2006. Disponível em: < <http://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/school-library-guidelines/school-library-guidelines-pt.pdf>> Acesso em: 12 maio 2015.

⁷ Atos secundários emanados pela administração pública que explicitam o ordenamento jurídico. SILVA (2009).

la em suas várias dimensões”. Esta pesquisa pretende olhar para os diversos ângulos do entorno dos atos legislativos e regulamentares para entender o cenário que os envolve e que direcionaram as propostas neles explicitadas.

A busca e a seleção dos atos legislativos foram pesquisados na base de dados eletrônica da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo⁸, Câmara dos Deputados⁹, Senado Federal¹⁰, JusBrasil Legislação¹¹, Secretaria da Educação do Estado de São Paulo¹², Centro de Referência em Educação Mario Covas¹³, para recuperação dos dispositivos legais para leitura, estudos e pesquisa.

Na pesquisa bibliográfica, realizada nos diversos repositórios de dissertações e teses da USP, PUC-SP, CAPES, UNICAMP, teve como objetivo, localizar e selecionar aqueles que tinham como objeto de pesquisa as BEs e SL. Foram selecionados para leitura e um estudo mais aprofundado, trabalhos de pesquisadores que oferecessem subsídios sobre as características, funcionamento e missão das BEs e SL e que propiciassem o entendimento de algumas especificidades, que esta pesquisa, centrada nos dispositivos legais, não seria possível identificar.

Em Gomes (2008),¹⁴ esta pesquisa foi buscar os estudos da autora sobre a criação das bibliotecas populares no Departamento Municipal de Cultura de São Paulo, de 1935-1938, período em que Mário de Andrade esteve à frente do Departamento, cujo objetivo era a geração e circularização de bens culturais, por meio do acesso ao livro e promoção do hábito da leitura. O período pesquisado pela autora vem ao encontro às ideias divulgadas no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, em que a democratização e o acesso à educação foram considerados como o caminho para o desenvolvimento dos indivíduos e a Biblioteca Infantil a possibilidade de materialização das práticas de leitura para crianças e jovens. A pesquisa da autora colaborou com a minha pesquisa no sentido de me fazer entender os movimentos em favor da educação, especificamente da biblioteca, além do espaço escolar, como equipamento e fomento ao processo ensino aprendizagem.

⁸ Disponível em: <www.al.sp.gov.br/leis/legislacao-do-estado>. Acesso em: 15 out. 2014

⁹ Disponível em: <www2.camara.leg.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/pesquisa>. Acesso em: 12 maio 2015.

¹⁰ Disponível em:< www.legis.senado.gov.br/sicon/#/basica>. Acesso em: 15 abr. 2015.

¹¹ Disponível em: <www.jusbrasil.com.br/legislacao>. Acesso em: 02 jul. 2015.

¹² Disponível em: < www.educacao.sp.gov.br/lise/sislegis>. Acesso em: 07 mar. 2015

¹³ Disponível em: <www.crmariocovas.org.br/memorial>. Acesso em: 14 jun. 2015.

¹⁴ GOMES, Denise Pedroso. *O Departamento Municipal de Cultura de São Paulo (1935-1938): políticas de criação de bibliotecas e democratização de leitura*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

Na dissertação de Souza, L. (2009), foi possível entender a biblioteca como espaço de conservação do livro e incremento para a formação e atualização dos professores. A autora foi buscar na localização do espaço físico da biblioteca, no planejamento arquitetônico dos edifícios dos grupos escolares, nas publicações, *A Eschola Pública (1893-1897)* e *Revista de Ensino (1902-1918)*, em documentos impressos e manuscritos do Arquivo do Estado e na relação de livros conservados e/ou preservados, a composição dos acervos, a atuação e funcionamento das BEs, nas primeiras décadas do período republicano, aspectos que colaboraram para minha reflexão sobre as influências exercidas e impostas pelo mercado editorial, na conquista de novos leitores com a publicação de novos gêneros para serem inseridos nos acervos.

A dissertação de Viana (2014), ressalta a influência e possibilidades das políticas públicas na implementação e manutenção das BEs. Elucidou, colaborou e ampliou a minha compreensão sobre as políticas públicas mencionadas no texto, como o (PNBE) Programa Nacional Biblioteca da Escola, àquelas identificadas durante as minhas pesquisas, como o (PNLD) Programa Nacional do Livro Didático, os quais propõem distribuir e/ou formar um acervo de apoio e intensificar o uso dos livros, indicados pelos professores, notadamente aqueles destinados aos educandos do ensino fundamental e médio nas escolas públicas do território brasileiro.

Maiores entendimentos sobre a atuação das SL, a contribuição veio de Mendes (2006), que analisou, em suas pesquisas, a SL nas Escolas da Rede Municipal de Ensino. As indagações feitas pela autora sobre o processo de implantação e implementação do espaço, as relações entre a escola e a cultura, as resistências e persistências, apesar das descontinuidades políticas, transformações da escola e do projeto, direcionaram o meu olhar e a minha busca por referenciais sobre as SL nas Escolas Estaduais de ensino fundamental paulista, à luz dos dispositivos legais, e sobre fatores internos e externos, identificados pela autora, que tangenciavam esse espaço e que poderiam ser considerados nas minhas análises.

As dissertações e teses mencionadas, trabalhos publicados sobre BEs, SL, bibliotecas infantis, nas áreas de Educação, Biblioteconomia, foram selecionadas e incluídas em minhas leituras e estudos, para subsidiar e apoiar as pesquisas da legislação sobre o ensino fundamental paulista. Pesquisas relacionadas à história dos Grupos Escolares no Estado de São Paulo foram identificadas e verificadas em: Vidal (2014); ensino, educação, biblioteca, BEs, em: Lourenço Filho (1945); Guimarães (1945); Oliveira (1979); Carvalho (2000); Faria Filho (2000); Vidal (2000); MACEDO

(2005); Campello (2010); Souza, R. (2010); Campello (2010); complementaram as leituras e pesquisas legislativas realizadas nesta pesquisa e possibilitaram que o meu olhar, identificasse outros aspectos que deveriam ser abordados, como exigência legal da presença de um bibliotecário ou de um professor na organização e na gestão desses espaços nas Escolas Estaduais de ensino fundamental paulistas.

Para os procedimentos de análise, no que se refere a inserção, implantação e funcionamento das BEs nas Escolas Estaduais de ensino fundamental paulista, a seleção, formação e acesso ao acervo, fui buscar nos estudos de Chartier (1990), o conceito de representação que,

[...] embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. [...] As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.(CHARTIER, 1990, p.17)

No que se refere às SL e as BE, e o que representam para a comunidade escolar como espaços de apoio ao processo ensino aprendizagem e fomentadores para a leitura e pesquisa, Chartier (1990, p. 20), pondera que “[...] a representação é instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma *imagem* capaz de o reconstituir em memória e de figurar tal como ele é.”

Com a documentação legislativa em mãos, meio de comunicação e expressão do Estado, textos de Biblioteconomia e Educação, que tratavam do tema Biblioteca Escolar, Sala de Leitura, Bibliotecário, Professores na Biblioteca e o projeto de pesquisa elaborado, foi possível estruturar o presente texto em três capítulos, considerando o objeto e as indagações referentes à pesquisa.

O primeiro capítulo apresenta a Biblioteca como uma instituição milenar, formada nos seus primórdios, sob a perspectiva de preservação da produção e registro da escrita e da história do homem, no que se refere à perpetuação das experiências, ideias, descobertas e evolução. Partindo do princípio de que a Biblioteca remete ao livro, fui buscar em Darnton, *A questão dos livros e, O beijo de Lamourette*, a história do livro e das mudanças tecnológicas que mudaram a sua configuração e, conseqüentemente, a leitura e as Bibliotecas. Em Chartier, e em suas obras, *A História cultural: entre práticas e representações, A Ordem dos Livros, A aventura do livro: do leitor ao navegador, Práticas de Leitura*, a compreensão sobre o conceito e a teoria de

representação, sobre a evolução da leitura e sua interferência no acesso e, conseqüentemente, na formação das coleções das bibliotecas por meio dos programas e políticas públicas para inserção social e cultural do público-alvo.

O segundo capítulo relaciona os atos legislativos sobre o ensino fundamental paulista e a BE, entre 1996 e 2015, observando e discutindo as propostas estabelecidas e o contexto do entorno em que foram produzidos. Identifica nos discursos dos agentes, educadores, pedagogos e bibliotecários, as funções e objetivos que foram atribuídos às BEs e as políticas públicas que corroboraram para sua implantação e funcionamento. Na análise da legislação, leis, decretos, emanados pelo Poder Executivo e nas normas regulamentares, estabelecidas pela administração pública estadual, notadamente a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, foram verificados os indícios da criação e implantação das SL, bem como a designação de pessoal para administrar esses espaços escolares. Para a compreensão do conteúdo dos atos legislativos, recorri a Faria Filho (1998, p. 97-98) que assevera: “produzir a legislação como corpus documental significa enfocá-la em suas várias dimensões”. A tese defendida por Faria Filho me levou a buscar em outros autores, como Souza, M. (1981); Carvalho (2001), MACEDO (2005); Saviani (2012), Milanesi (2013), enfoques que me permitissem contextualizar a BE e/ou a SL como espaços integrantes da escola e participantes ativos do processo educacional.

O terceiro capítulo analisou aspectos da BE, a localização no espaço escolar, recursos humanos, culturais, tecnológicos e financeiros, usados na seleção e organização do acervo, funções e objetivos, considerando o momento de transição da sociedade, no que se refere ao acesso e às mudanças nos suportes do registro do conhecimento, às novas formas de leitura na visão das Diretrizes para as Bibliotecas Escolares e à Lei nº 12.244/10, identificando quais ações públicas presentes nas Escolas Estaduais de ensino fundamental paulista, privilegiam a BE como um espaço democrático de acesso à informação e incentivo na formação de cidadãos íntegros, críticos e participantes de uma sociedade em constantes mudanças.

CAPÍTULO I – BIBLIOTECAS: ACERVOS DINÂMICOS

No sentido restrito, talvez seja possível afirmar que a Biblioteca existe, desde o início da escrita. O sonho de uma biblioteca universal que reunisse todos os livros num só lugar foi acalentado durante muito tempo e propiciou a montagem de inúmeras bibliotecas ao longo da história. Pequenas, grandes, principescas, particulares, fundamentaram a construção de edifícios com capacidade para acolher e preservar parte da memória da evolução humana. A história das bibliotecas, para muitos, está atrelada somente à história dos livros e da leitura, como se o seu espaço fosse restrito ao escrito. Uma biblioteca não é apenas uma coleção de livros, nem uma fortaleza isolada, emoldurada, que prende e preserva ideias, descobertas e registros. É um lugar de encontro, como um nó, de uma imensa rede de inter-relações por onde convergem e se espalham fluxos de informação. “Um universo de signos, que se quer muitas vezes, por desprezo ou respeito, confinar a cultura e seu espaço privilegiado”. (LATOURE, 2008, p. 22).

Instituições, como as bibliotecas, existem para promover o bem público e parecem ser arcaicas. Ao conhecer a sua história, o seu passado, é possível ouvir o ronronar da rede que gira e se estende para o futuro. Bibliotecas nunca foram depósitos de livros. Foram e sempre serão instrumentos de formação de indivíduos críticos, conscientes do seu papel na sociedade em que habitam. Desde o seu nascimento, ela sempre fez parte do mundo dos letrados, da elite, dos privilegiados e compôs os espaços de aprendizagem nos liceus, nas escolas e nas universidades.

Representam, na sua formação, um vínculo com a produção do homem, ordenam-se e articulam-se em resposta ao desejo, do homem, de agir, registrar, divulgar e ampliar ideias, sentimentos, emoções e realizações. Na história, as bibliotecas sempre estiveram ligadas a fatores que condicionam sua aceitação, utilização e transformação, baseadas nas inter-relações que se desenvolvem entre a instituição, os indivíduos e o Estado, e determinam a sua integração com valores que regem a sociedade.

Discreta, a biblioteca existe e resiste; independente das transformações sociais, servindo a diferentes interesses por meio de recursos informacionais, impulsionada pela memória e pelo desenvolvimento da humanidade. Divide-se em diferentes tipos, considerando o seu público-alvo, por isso é mais do que um espaço repositório da

produção intelectual, é um instrumento de difusão de informações que podem contribuir para o crescimento e desenvolvimento do indivíduo.

1.1 Livros, Leituras e Bibliotecas: algumas notas

Uma biblioteca só adquire sentido quando é identificada como um espaço destinado a um fim específico, para um público real e potencial, pelos princípios que ordenam suas coleções, pelas opções tecnológicas que oferecem acessibilidade e a materialidade dos textos, assim como pelas escolhas intelectuais que organizam sua classificação. A biblioteca, independente do seu propósito e fim, carrega, implicitamente, “uma concepção de cultura, de saber e memória, bem como uma função que lhes é atribuída na sociedade de seu tempo” (JACOB, 2008, p. 10).

A história das bibliotecas, a começar pelas salas de arquivo dos palácios régios, às bases de dados on-line, é também a da transformação dos leitores e das leituras, das políticas de controle e domínio da comunicação da informação e do processo pela qual se une a função repositória e as simbólicas da acumulação. Nesse sentido, tornam-se instrumentos de pesquisa, possibilitam uma viagem no tempo do saber, das ideias, dos modelos e das lições que transformam o pensamento de ontem de outrem, agregando novos saberes, provocando rupturas, desenhando novos indivíduos e civilizações.

Na antiguidade, foram as bibliotecas dos monastérios e dos sacerdotes as responsáveis pela difusão da palavra escrita, representativa de um processo em que as sociedades deixavam de depender da transmissão oral dos feitos humanos.

Aos gregos, atribui-se a expansão das bibliotecas. Ao fundar o Liceu, em Atenas, Aristóteles agrupou sábios e alunos em redor de uma biblioteca, estabelecendo a ligação entre o ensino e biblioteca, e inspirou Demétrio de Falereu para, com Ptolomeu, fundar o Museu e a Biblioteca de Alexandria¹⁵, importante acontecimento na história da

¹⁵ Biblioteca de Alexandria: Foi criada e ampliada durante o reinado de Ptolomeu I, Sóter, e seus sucessores (305 a 221 a.C.) por sugestão de Demétrio Falereu que, após governar Atenas, exilou-se em Tebas, de onde saiu a convite do rei para se juntar aos *melhores cérebros do mundo grego*, em Alexandria, com o objetivo de transformá-la no maior centro cultural do mundo mediterrâneo. Entre eles, encontravam-se os principais poetas, filósofos, matemáticos, gramáticos, dramaturgos, cientistas, geógrafos e médicos. Além das obras adquiridas, e aquelas produzidas pelos *melhores cérebros*, a Biblioteca de Alexandria foi considerada a mais célebre pelo valor dos manuscritos de Sófocles, Eurípedes, Ésquilo, e por traduzir para o grego os livros sagrados dos hebreus (Versão dos Setenta), acontecimento histórico importante porque permitiu a propagação do judaísmo e o estabelecimento do cristianismo no mundo mediterrâneo. Teve sua coleção praticamente destruída pelo incêndio provocado por Júlio César, general e político romano em 48 a.C. Em 2002, o presidente do Egito anunciou a inauguração da nova Biblioteca de Alexandria, *Biblioteca Alexandrina*, projeto patrocinado pela UNESCO. (MAROTO, 2012, p. 33-39).

biblioteca e da humanidade. Após a conquista da Grécia, pelos exércitos romanos, estes levaram consigo vários livros e com eles fundaram as primeiras bibliotecas públicas romanas. Cada cidade tinha uma biblioteca e, a todas elas, era permitido aos professores e estudantes consultarem as obras copiadas em mais de um exemplar, e solicitá-las por empréstimo. De acordo com Martins (1957, p. 80), “Com os romanos, o livro passa da categoria sagrada para a categoria profana, deixa de ser intocável para ser condutor, e posto ao alcance de todos, é o veículo por excelência das ideias, dos projetos e dos empreendimentos”.

Os livros, reunidos, se organizaram em bibliotecas pequenas, grandiosas, particulares ou principescas. Desde a fundação dos mosteiros, os abades queriam dar aos monges uma boa instrução e se aproveitavam da coleção de livros, do empréstimo de outros mosteiros, da cópia daqueles que não possuíam, para a montagem dos acervos. Mesmo que ler e escrever fossem habilidades quase que exclusivas dos religiosos, o tamanho e a qualidade dos acervos dos mosteiros serviam para quantificar o seu valor e o capital intelectual que abrigava, despertando o interesse de estudiosos que vagavam pela Europa, de mosteiro em mosteiro, em busca de obras, muitas vezes, únicas, para seus estudos. As listas de livros das bibliotecas, um inventário simples, eram preciosas para que esses estudiosos, na busca dos materiais para suas pesquisas e estudos, não viajassem em vão.

No final da Idade Média, surgem as Universidades, ainda dependentes das ordens religiosas. Uma nova dinâmica do processo de ensino e a disseminação de ideias extravasavam os temas religiosos, modificando a seleção e a montagem dos acervos, especialmente das bibliotecas das universidades de Oxford, Sorbonne - as primeiras a possuírem grandes bibliotecas - com livros presos por correntes às estantes, mas que podiam ser consultados numa mesa, no recinto da Biblioteca. Os acervos compostos de livros, que abordavam temas diversos, eram o prenúncio da laicização das bibliotecas, transformando-as em centros de cultura e contribuindo para a difusão do livro na Europa.

O Período Medieval contemplou, à Igreja, o mérito de preservar as obras, o conhecimento e a memória. O livro, objeto de luxo, estava presente nas bibliotecas particulares dos reis e dos eruditos, conventos e personalidades da alta sociedade. Essa trajetória propiciou que a sociedade incorporasse no seu imaginário o livro à biblioteca e, essa, às instâncias de poder e a um meio intelectual.

A invenção da imprensa de tipos móveis, atribuída a Gutenberg, na segunda metade do século XV, causou impacto na época e Herkenhoff (1996, p. 33), assim o descreve: “[...] é um momento revolucionário na história do Ocidente, alterando profundamente a circulação da informação e o acesso ao conhecimento”. A revolução da imprensa carrega consigo a possibilidade de reprodução do livro em muitos exemplares, com menores custos e divulgação entre os leitores, possibilitando a democratização da leitura e dos livros. Chartier pondera que: “[...] não lhe devemos por isso atribuir mutações intelectuais ou afetivas que resultam antes de uma nova maneira de ler, seja o objeto de leitura manuscrito ou impresso”. (CHARTIER, 1998, p. 98).

A produção de livros em papel, com o formato herdado dos códices, o folhear das folhas, o uso do índice e o ato de escrever no decorrer da leitura acrescenta, nos séculos XIV e XV, como escreve Petrucci apud Chartier, (2014, p. 122-126), “o livro unitário¹⁶, reunião dentro de uma mesma encadernação das obras (ou uma obra) de um mesmo autor”. Embora sem causar o desaparecimento da publicação manuscrita, a impressão, em papel, tornou-se a técnica usada com mais frequência e produziu revoluções na prática da leitura, na quantidade de autores, de assuntos e no acesso.

Para Darnton,

[...] a invenção de Gutenberg se propagou de forma avassaladora, colocando o livro ao alcance de círculos cada vez mais amplos de leitores. [...] os arquivos e bibliotecas circulantes oferecem uma melhor oportunidade de estabelecer conexões entre gêneros literários e as classes sociais. [...] os registros de empréstimos da biblioteca [...] mostram uma ‘democratização’ significativa da leitura nos anos 1760: o número de livros emprestados duplicou, os usuários pertenciam a camadas sociais mais baixas (incluindo alguns carregadores, lacaios e oficiais de baixa patente do exército) e a matéria da leitura passou a ser mais leve, indo de volumes eruditos para romances sentimentais (as imitações de Robinson Crusoé eram particularmente preferidas). (DARNTON, 2010, p. 40 e 178).

¹⁶ Assim denominado por Armando Petrucci, (1932-), filólogo, paleógrafo e medievalista italiano, um dos maiores estudiosos italianos de paleografia, diplomática e história do livro. Formou-se em Literatura na Universidade La Sapienza, em Roma. Em 1955, foi o primeiro arquivista do Estado, curador de manuscritos da Biblioteca da Academia Nacional de Licei. A partir de 1962, foi professor na escola especial para arquivistas e bibliotecários da Universidade de Roma. Ensinou Paleografia e Diplomática em Salerno, de 1972 a 1974 e, em Roma, de 1974 a 1991, quando mudou-se para a Scuola Normale Superiore de Pisa, como professor de Latim e Paleografia. Lecionou em várias Universidades estrangeiras de prestígio, como: Universidade de Michigan, Collège de France, Universidade de Stanford, Universidade de Berkeley e dirigiu os periódicos: *Escrita e Civilização*, e *Alfabetização e Cultura Escrita*. Disponível em: <www.sns.it/didattica/lettere/menunews/personale/emerito/petrucci>. Acesso em: 21 ago. 2015

Darnton (2010), faz referência a Engelsing¹⁷ ao escrever sobre a leitura da Idade Média, e realata que até os anos 1750, as pessoas liam inúmeras vezes, geralmente em grupos, intensamente, os poucos livros que possuíam, geralmente, a Bíblia, obras religiosas, um ou outro almanaque. Nos anos de 1800, as pessoas liam de tudo: livros, jornais, periódicos, romances e literatura infantil, apenas uma vez, segundo ele, extensivamente. Na pesquisa, considerada unilinear, por Darnton (2010), porque, segundo ele, a investigação se concentrou numa pequena amostragem de moradores urbanos de Bremen; apresenta uma fórmula simples do antes-e-depois para os modelos da prática da leitura, mas, pondera que a maior quantidade disponível de material para leitura, para um público mais amplo, abre novas possibilidades pela variedade e não pela intensidade.

Para as pessoas cultas, que podiam comprar livros, a leitura era uma experiência privada. Alguns livreiros transformavam suas livrarias em bibliotecas. Uma boa iluminação, cadeiras confortáveis e o recebimento de uma taxa de uso, as convertiam em gabinetes de leitura. Os clubes de leitura e as cafeterias apareceram no século XVIII, na Alemanha, e muitos letrados frequentavam esses espaços em troca de pagamentos mensais, podiam ler tudo que tivesse no acervo e frequentar as salas especiais, destinadas à socialização. (DARNTON, 2010, p. 184).

Ainda no século XVIII, o livro guardado em casa, em várias cidades da Europa, era usado como decoração, ou seja, objeto de arte e de poder, e distinguia-se pela beleza e pela qualidade da impressão, atribuindo ao impressor uma notoriedade, muitas vezes, maior do que a do autor, e desenhava uma hierarquia social a partir da sua presença de forma decrescente, desde os membros do clero aos trabalhadores manuais. Chartier (1999, p. 129) descreve que: “[...] são possuidores de livros nove em cada dez membros do clero, três membros das profissões liberais em cada quatro, um nobre em cada dois e um trabalhador manual em cada dez”. A posse individual, acrescenta o autor, não quer dizer que a circulação dos livros entre os grupos socioculturais fosse rígida. Ela era fluída, textos eruditos eram manuseados pelos camponeses e trabalhadores manuais, bem como a literatura popular era lida pela elite.

¹⁷ Para Rolf Engelsing, após a invenção da prensa de tipos móveis, houve uma revolução na leitura, a *Revolution Reading*, porque segundo suas teorias, até 1750, a leitura foi feita “de forma intensiva”. As pessoas possuíam um pequeno número de livros e liam-os repetidamente, muitas vezes, para um público pequeno. Depois de 1750, as pessoas começaram a ler “extensivamente”, tinham acesso a tantos livros que podiam, cada vez mais, lê-los sozinho (DARNTON, 2010, p. 179).

Como a maioria das escolas eram dirigidas pela Igreja e praticamente quase todos os livros escolares eram religiosos, as crianças aprendiam o suficiente para participar dos rituais. A leitura era, muitas vezes, uma questão de reconhecer algo conhecido e não um processo para adquirir conhecimentos. A leitura na sala de aula tinha algo em comum com a leitura em volta da lareira, e os textos escolares eram os sucessos populares da *bibliothèque bleue*¹⁸.

A familiarização com o livro como propriedade traz consigo o crescimento das bibliotecas particulares. A leitura e a discussão dos textos, ao ar livre, numa cavalgada, num passeio de barco, em torno da mesa de jantar, eram a oportunidade de trocas sociais e davam o tom à vida cotidiana. (GRAFTON, 2008, p. 177).

A leitura é um processo de sentido em que o leitor, mais do que decifrar a escrita, capitaliza, com apoio na aprendizagem escolar e experiências anteriores, a compreensão e remodelação do universo pessoal, intelectual, cultural. Para Hébrard, a leitura e,

[...] a suposta neutralidade do ato de ler, sua aparente instrumentalidade, são as garantias de sua eficácia social: ele pode ser posto a serviço de todas as causas das sociedades alfabetizadas. [...] Com efeito, se o livro se presta aos rituais de coesão social, familiar ou mais ampla, pode também, para além das redes de sociabilidade tradicional, vir interpelar um leitor ou um grupo de leitores individualizados. [...] ensinar a ler um grupo social até então analfabeto é apresenta-lo ao poder, com direito infinito, do livro. (HÉBRARD, 2014, p. 35-36).

No Iluminismo, a crença no poder do conhecimento e nas ideias, a República das Letras, imaginava um mundo sem desigualdades, sem fronteiras, ditado pelo talento. Todos podiam fazer parte dele. Bastava ler e escrever. Os escritores escreviam e os leitores liam e difundiam as ideias por círculos cada vez mais amplos. A palavra impressa tinha esse poder, numa pretensa democracia. Na prática, era dominada pelos ricos e bem-nascidos. Os conflitos pessoais se misturavam às distinções sociais. Um mundo fechado, inacessível aos desprivilegiados.

De acordo com Goulemot,

¹⁸ Bibliothèque Bleue: conhecida por duzentos anos eram brochuras baratas publicadas em meados do século XVII pelas editoras Oudot e Garnier de Troyes que não hesitavam em mexer nos textos e concentravam-se basicamente no formato do livro. Dividiam a história em unidades simples, encurtavam as frases, subdividiam os parágrafos, multiplicando a quantidade de capítulos. A estrutura tipográfica supunha um novo tipo de leitura e um novo público: gente humilde que não tinha facilidade e nem tempo para acompanhar trechos extensos da narrativa. Os episódios curtos eram autônomos. Não precisam ser ligados por subtemas e desenvolvimentos complexos de personagens. Assim o próprio livro se tornou uma coletânea de fragmentos ao invés de uma história contínua, e podia ser composto pelo leitor-ouvinte numa unidade à própria maneira. (DARNTON, 2010, p.198).

O crescimento do impresso, o triunfo das línguas vernáculas, a difusão do livro, a plenitude de seus imaginários, de que são testemunho a censura, as ideologias do homem de letras. Por toda parte, a oralidade perde terreno diante do impresso. Não há saber novo que se exprima fora do livro. [...] Diante dessa pressão, compreende-se até que ponto a biblioteca se apresenta como uma necessidade para acolher todos os livros, e mesmo para escrevê-los. (GOUMELOT, 2008, p. 265)

O fim do século XVIII é marcado pelo desejo de salvaguardar a memória, urgência de constituir recursos, entender e perceber os atos de vandalismo cometidos contra bibliotecas aristocráticas no início da Revolução Francesa; muda-se a configuração das bibliotecas, anexas aos Liceus, e os livros, que nelas, vão coabitar: o livro especializado, que trata do contemporâneo e útil, de um lado, e o conjunto dos livros inúteis, sem valor, de outro. O *Liceu*, lugar de trabalho produtivo, de divulgação e constituição do saber por especialidades, propunha novos acessos ao conhecimento que vinha ao encontro à ideologia da revolução: democracia, socialização e especialização. (GOUMELOT, 2008, p. 268-269).

O acesso ao livro, de papel e impresso, alterou o monopólio exercido pelos religiosos e permitiu que qualquer um, alfabetizado, pudesse ter, em mãos, um volume extenso de publicações. O monopólio sai dos conventos e das bibliotecas particulares para as mãos da população. A era pós Gutenberg traz consigo a proliferação das tipografias, o aumento do número de escritores e assuntos, a evolução da comercialização do livro como produto de consumo e não mais como obra de arte, a urgência no contato com as descobertas e estudos mais recentes impulsionou a publicação dos periódicos, jornais e revistas que vão ganhando cada vez mais identidade e especialização.

A produção de livros e especialmente a proliferação dos periódicos, cada vez mais especializados e abrangendo todas as áreas do conhecimento humano, superou a capacidade de armazená-los e organizá-los. A explosão informacional da época trouxe junto a preocupação da perda, da falta de controle, e a sensação de *caos bibliográfico*. Para as bibliotecas, ainda sob o estigma da universalização, herdada nos seus primórdios, era impossível incorporar nos seus acervos toda produção, devido às dificuldades financeiras e o risco de armazenar publicações inúteis.

O caminho escolhido pelas bibliotecas foi a seleção dos documentos para compor seus acervos. O conhecimento, fracionado em partes cada vez menores, por assunto, direciona a composição dos acervos de forma que eles possam ser identificados com seus propósitos, público real e potencial e objetivos específicos. A universalidade da biblioteca, como repositório de todas as publicações, de todos os assuntos, proposta acalentada durante séculos, perde espaço e dá lugar à especialização, por assunto, centrado no interesse expresso pelo público-alvo.

A biblioteca, como instituição, não existe em si e por si, ela é integrante da estrutura social e com ela se relaciona. A sociedade em transformação modifica a biblioteca. A especialização e a laicização dos acervos das bibliotecas mantiveram seu vínculo com a circulação das ideias e a evolução social. As bibliotecas se segmentaram em diversos tipos e categorias, direcionadas para as diversas parcelas da sociedade e com objetivos definidos. Dentre elas, o meu interesse se concentra na Biblioteca Escolar das Escolas Estaduais de ensino fundamental Paulista, partindo do pressuposto de que ela possui, em sua missão, funções, objetivos e funcionamento, sincronia com os processos educacionais do passado e do presente, e é submetida a várias circunstâncias no seu percurso, resiste e mantém-se apta e preparada para enfrentar o futuro.

1.2 Bibliotecas Escolares: missão, funções, funcionamento

1.2.1 Missão

Registrar pensamentos, sentimentos, descobertas e ações significativas, quer nas ciências, quer nas artes e na evolução, é uma necessidade humana. O conhecimento desenvolve-se apoiado em conhecimentos anteriores. O acúmulo desses registros tem como propósito possibilitar ao homem o retorno aos registros em algum lugar no tempo e no espaço. O acesso facilita o retorno ao que foi criado. Buscar o conhecimento depende do desejo e vontade de conhecer. Os desejos e vontades devem ser estimulados e, nesse sentido, ler e ter vontade de ler não é condição determinante para que ocorra. É preciso que o meio onde o indivíduo está inserido esteja preparado e ofereça oportunidades para que para que tal ato ocorra.

A biblioteca, desde o seu nascimento, esteve ligada ao ensino, à preservação dos registros do conhecimento humano, à disseminação da palavra escrita, por meio da imprensa, a quase todas as camadas sociais. Foram as instituições escolares, a começar

pelo *Liceu* de Aristóteles, os monastérios e conventos e a fundação das Universidades no século XIII, que a abraçaram como apoio na missão de transmitir e aperfeiçoar o ensino.

No século XIX, a circulação de ideias liberais, a evolução da imprensa e o desenvolvimento dos periódicos, cada vez mais especializados, como meio mais rápido e eficiente para a disseminação dos estudos científicos, materializam a fragmentação do conhecimento em especialidades, afirmam a perda da característica universalista e acentuaram o medo do caos bibliográfico, iniciando, na França, a criação e implantação da BE em todas as escolas. Segundo Hébrard (2009, p. 8) devido à necessidade de “assentar materialmente o desenvolvimento da escolaridade”, o Ministro da Instrução Pública e Cultos, Gustave Rouland¹⁹, em manifestação aos governadores sobre a instrução pública:

[...] solicitava que cada prefeito se esforçasse para instalar nos muros novos de sua escola, o mobiliário necessário e, *em primeiríssimo lugar, uma pequena biblioteca-armário, destinada à conservação dos livros, dos cadernos e dos quadros impressos para uso da escola*²⁰. [...] No futuro, todo projeto de construção ou aquisição de escola, para cuja execução se solicite auxílio, deverá ser acompanhado de um orçamento especial de despesas relativas ao mobiliário escolar, no qual será incluída, prioritariamente, uma biblioteca. (ROULAND, 2008, p. 7-8). (grifo do autor)

As funções atribuídas à BE eram: salvaguardar os manuais didáticos, particularmente aqueles que a escola poderia emprestar às crianças necessitadas, emprestar às famílias livros especialmente dedicados a esse fim, com a esperança de resultados positivos à instrução das crianças e à moralização das famílias, numa tentativa de impedir o uso dos gabinetes de leitura. O objetivo principal das primeiras BEs era tornar o livro um objeto controlado em sua produção e difusão ao contrário do livro comprado ou emprestado nas sociedades de leitura privadas ou comerciais.

As BEs se multiplicaram rapidamente na França. Segundo Hébrard (2008), o procedimento era simples: “quando uma municipalidade provava que possuía o armário adequado e os manuais escolares para os alunos necessitados, recebia um caixote com

¹⁹ Gustave Rouland (1806-1878): Ministro da Instrução Pública e dos Cultos. É chamado por Napoleão III, para assumir a pasta. Publica a Lei Guizot, um dos principais artífices da melhoria da situação material e financeira dos professores e professoras primárias. (HÉBRARD, 2009, p. 7.)

²⁰ Circular do Ministro da Instrução Pública e dos Cultos, de 31 de maio de 1860, relativa ao estabelecimento de Bibliotecas Escolares nas escolas primárias públicas. (HÉBRARD, 2008, p.7)

obras proporcional ao número de habitantes da comunidade e a BE estava fundada” (HÉBRARD, 2008, p.16). O acesso ao livro e a possibilidade ao seu contato tinha o propósito de facilitar o aprendizado do ato de ler e servir de complemento para a obrigação escolar, dessa forma se tornou um equipamento da escola pública francesa e,

Antes da ruína do Segundo Império, 14.400 escolas estavam equipadas com Bibliotecas Escolares. [...] na virada do século, eram 43.000 e 50.000 em 1915, coincidente com o crescimento das escolas primárias, e passam ser denominadas, por decreto²¹, Bibliotecas das Escolas Públicas e deixam de atender e emprestar livros e materiais para os adultos. Essa passa ser uma tarefa das Bibliotecas Públicas ou Associativas. (HÉBRARD, 2008, p. 16-17).

A BE na França expandiu, apesar “dos 15 anos necessários para que uma escola em duas esteja equipada de biblioteca, para que a maioria dentre elas possua coleções de livros suficientes, para que o empréstimo torne-se um acontecimento regular, quase um hábito” (HÉBRARD, 2008, p.25). Entre 1880 e 1915, estas passam por modificações tendo em vista a maciça escolarização primária, a vitória sobre o analfabetismo e os esforços pela introdução de crianças e adultos na leitura, requisitando outros gestos, outras configurações, tendo em vista a consagração da cultura escrita dos alunos e perpetuação do interesse pela leitura. (HÉBRARD, 2008, p.74)

O ensino e a promoção da leitura, como subsídios educacionais, estiveram presentes nas ações e nas pretensões de Gustave Rouland, na França, ainda que, para alguns, a BE francesa não tenha alcançado os objetivos didáticos propostos, reconhecem que esta contribuiu para que homens e mulheres do campo e do subúrbio ingressassem na cultura escrita. (HÉBRAND, 2008, p. 21). Livros e leitura invariavelmente estão inseridos em programas e planos, públicos ou privados, que tenham como objetivo a ampliação do ensino e da escola. Iniciativas de diferentes organizações, buscam soluções para “Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”. (UNESCO, 2015, p.1).

Seguindo este viés colaborativo, o *Manifesto IFLA/UNESCO para Biblioteca Escolar*, com foco nas *diretrizes no ensino e aprendizagem para todos*, corrobora as deliberações da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada na Tailândia, em 1990, convocada em conjunto com a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), o Programa das Nações Unidas para o

²¹ Decreto relativo à organização das Bibliotecas das Escolas Públicas, de dezembro de 1915. (HÉBRARD, 2008, p.77).

Desenvolvimento (PNUD), o Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, que aprovaram a Declaração Mundial de Educação para Todos, em que o princípio da igualdade de oportunidades de aprendizagem deve ser garantido a todos na satisfação das necessidades básicas, conteúdos e instrumentos essenciais para que todos possam viver e conviver na sociedade de informação. A IFLA, identifica a BE como elemento qualificado, responsável e participante ativo nos processos de ensino e aprendizagem para construção do conhecimento, compreensão e internalização da informação.

A UNESCO (2015) e as demais instituições envolvidas no movimento global Educação para Todos, iniciado em Jomtien (Tailândia), reiterado em Dakar, em 2000, se reuniram em Incheon (Coreia do Sul), em maio de 2015, e no relatório, reafirmam o movimento:

Como o mais importante compromisso com a educação nas últimas décadas, que tem ajudado a promover progressos significativos na educação. Reafirmamos também que a visão e a vontade política serão refletidas em inúmeros tratados de direitos humanos, internacionais e regionais, que estabelecem o direito à educação e sua inter-relação com outros direitos humanos. Reconhecemos os esforços feitos; contudo, constatamos, com grande preocupação, que estamos longe de alcançar a educação para todos. (UNESCO, 2015, p.1)

Na Declaração, Educação 2030²²: rumo a uma Educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos. Os representantes das instituições participantes consideram que a educação:

[...] é um bem público, um direito humano fundamental e a base que garante a efetivação de outros direitos. Ela é essencial para a paz, a tolerância, a realização humana e o desenvolvimento sustentável. Reconhecemos a educação como elemento-chave para atingirmos o pleno emprego e a erradicação da pobreza. Concentraremos nossos esforços no acesso, na equidade e na inclusão, bem como na qualidade e nos resultados da aprendizagem, no contexto de uma abordagem de educação ao longo da vida. (UNESCO, 2015, p.2)

²² Declaração resultante do Fórum de Educação de 2015, que reafirma as propostas do movimento Educação para Todos, de 1999, na Tailândia e Dakar em 2000, estabelece os seguintes objetivos: acesso à educação, inclusão e equidade, igualdade de gênero, qualidade, oportunidade de educação ao longo da vida. Apresentam uma agenda conjunta para implementação, destacando a intermediação da UNESCO e demais instituições, partícipes do Movimento, junto aos governos locais, regionais e global. Disponível em: <<http://www.unescodoc.unesco.org/images/0023/002331/233137POR.pdf>> Acesso em: 21 set. 2015.

A educação como propulsora do desenvolvimento individual e da sociedade necessita de instrumentos que possam fortalecer sua atuação no processo ensino-aprendizagem para alcançar as diversas camadas sociais. Nesta perspectiva, a BE uma instituição colaborativa e inclusiva, deve atuar como mediadora entre os documentos, informação e os usuários; dar apoio às atividades pedagógicas e adotar procedimentos que permitam o exercício da liberdade e autonomia do aluno, professor e pesquisador no espaço, com livre acesso ao acervo.

Segundo Castrillón, a BE:

[...] é uma instituição do sistema social que organiza materiais bibliográficos, audiovisuais e outros meios e os coloca à disposição de uma comunidade educacional. Constitui parte integral do sistema educativo e participa de seus objetivos, metas e fins. A biblioteca escolar é um instrumento de desenvolvimento do currículo e permite o fomento da leitura e a formação de uma atividade científica; constitui um elemento que forma o indivíduo para a aprendizagem permanente, estimula a criatividade, a comunicação, facilita a recreação, apoia os docentes em sua capacitação e lhes oferece a informação necessária para a tomada de decisões em aula. (CASTRILLÓN apud MAYRINK, 1991, p. 304)

A acumulação de livros num lugar qualquer de um edifício escolar, aparentemente inerte, guarda em cada texto, a partir de um lugar, de uma época, de uma cultura particular, um ponto de vista, um conjunto de proposições que são libertadas e apropriadas pela comunidade escolar, quando conseguem descortinar e entender que o poder das bibliotecas reside em seu papel de transmissão da cultura e dos saberes. Em vez de considerar a BE como uma sala isolada e silenciosa, desgarrada do ambiente escolar e de seus propósitos, é preciso olhar com mais acurácia. Ela curva o espaço e o tempo ao redor de si e serve de receptáculo, de instrumento de apoio ao ensino que se movimenta continuamente.

Para Antunes, a BE se reveste como:

[...] centro dinâmico de informação da escola, que permeia o seu contexto e o processo ensino-aprendizagem, interagindo com a sala de aula. Estimula a criatividade, a construção de conhecimentos; dá suporte à capacitação de professores, à educação permanente, à qualificação do ensino. (ANTUNES, 1998, p.115).

Ensino e biblioteca são partes interdependentes e indissociáveis da função educativa. Lourenço Filho visualizou essa relação e a explicitou numa conferência sobre Ensino e Biblioteca, em 1944:

Ensino e biblioteca não se excluem, completam-se. Uma escola, sem biblioteca, é aparelho imperfeito. A biblioteca sem ensino, ou seja, sem a tentativa de estimular, coordenar e organizar a leitura, será por seu lado, instrumento vago e incerto. (LOURENÇO FILHO, 1945, p.6).

O diálogo entre ensino e biblioteca, sendo essa última uma entidade dependente da instituição escolar, adquire legitimidade quando é inserida pelo Estado, apoiada pelo interesse e vontade da comunidade escolar e se firma por meio de ações para promoção e uso do acervo, de forma a interagir com o meio social no cumprimento das funções educativa, cultural e comunicacional.

1.2.2 Funções

1.2.2.1 Função Educativa

A BE integra os recursos ou equipamentos pedagógicos, como um laboratório da práxis educativa. Está presente na escola e constitui um instrumento de ensino e aprendizagem importante, fundamental. Embasa e justifica os demais procedimentos do processo educativo formal e informal.

O fazer educativo tem na BE um aliado importante no desenvolvimento da criatividade, do gosto investigativo, do uso da informação, da peregrinação de um livro para outro e mais outro, do gosto pela leitura.

A leitura, inicialmente vista como um meio de decodificar mensagens, amplia-se com o tempo e impulsiona a descoberta, a elaboração e difusão de conhecimentos, formação de valores, reflexão, pensamento crítico, além de contribuir para a convivência social e proporcionar uma visão diferenciada do mundo. Na escola, a leitura desempenha um papel muito importante porque é ela que insere a criança no mundo das letras e das palavras. E é com a escrita que o homem registrou grande parte do seu conhecimento nos livros, periódicos e outras formas gráficas, acentuando a importância do domínio da leitura. Lourenço Filho anunciou que: “Não bastará ler muito, será necessário ler bem e o ensino e biblioteca, aqui, como em tudo hão de andar juntos”. (LORENÇO FILHO, 1945, p. 11).

Segundo Goumelot, (2011, p. 107-15) “a leitura é sempre produção de sentido. [...] O livro lido ganha seu sentido daquilo que foi lido antes dele. [...] a leitura é jogo de espelhos, avanço especular. Reencontramos ao ler, todo saber anterior. [...]”.

O aprendizado da leitura é uma das responsabilidades da escola e cabe a ela delinear e desenvolver nos alunos a leitura nos dois sentidos: o da decifração e a do saber ler; no nível elementar e na apropriação do sentido de diferentes textos.

Para Chartier, R.:

[...] a aprendizagem da leitura se apoia muito mais sobre questionamentos pré ou extra-escolares, ligados à descoberta pela criança de problemas que pertencem à difícil compreensão da ordem do mundo, do que sobre uma escolarização ou uma aprendizagem escolar. [...]. (CHARTIER, R. 2011, p. 240)

A leitura faz sentido se os obstáculos ao seu acesso forem interrompidos ou deflagrados. Esse universo, para muitos, não está ao seu alcance. A escolarização deficiente pode ser uma das causas, a ausência de livros e a distância imposta ao contato direto com eles, outra. Para que uma criança, adolescente ou jovem, se torne um leitor é importante a familiaridade precoce com os livros, a criação de ambientes favoráveis para manipulá-los, compartilhar ideias, sentimentos e emoções que os provocam, despertando-lhes uma autonomia que os faça diferenciar dos seus pares.

Segundo Petit:

[...] a leitura é também a história de refugiados. [...] quando alguém que não recebeu nada ao nascer se apodera dos livros, produzem-se quase sempre em sua história certos encontros, às vezes fugazes, que influenciaram seu destino: um professor, um bibliotecário, um amigo, um animador social que transmitiram sua paixão, legitimaram ou revelaram um gosto pela leitura, e também deram os meios materiais para que pudessem se apropriar desses bens até então inacessíveis. (PETIT, 2011, p. 36)

As bibliotecas estão testemunhadas pela sua trajetória ao longo da história da escolarização, qualificadas para contribuir para uma mudança de atitude em relação à leitura e ao contato com a cultura escrita, mais autônoma, graças a mediações sutis, calorosas e discretas, auxiliar na construção de um mundo interior, ligado e relacionado com o mundo exterior. A leitura contribui para a descoberta ou construção de uma identidade e desenvolvimento de um sentimento de pertencimento étnico, religioso e social.

Para Petit, a essência do contado com os registros do conhecimento, a experiência com a leitura, tem a propriedade de construir, educar e:

[...] desenhar contornos, traçar caminhos e desprender um pouco do discurso dos outros ou das determinações familiares e sociais. Uma biblioteca, um livro, é algo que se oferece, uma hospitalidade que se oferece. Abrem para outro lugar, inauguram outra maneira de habitar o tempo, um tempo próprio. Um tempo em que a fantasia pode brotar livremente, que nos permite imaginar, pensar [...] encontramos nos livros algumas dessas palavras que nos restauram. Em particular em obras cujos autores tentaram transcrever o mais profundo da experiência humana, desempoeirando a língua. Ter acesso a elas não é um luxo: é um direito, um direito cultural, como o acesso ao saber. (PETIT, 2013, p.109)

A inserção das práticas de leitura e formação de leitores, como atividade da BE, está inscrita entre as suas funções educativas e se efetua na construção das relações dos alunos com a leitura e seus sentidos, porque institucionaliza o acesso aos livros, apresentando-se como lugar de autoridade para que esse contato seja estabelecido. (FERRAREZZI, 2007).

É preciso considerar que o simples acesso do aluno aos livros não garante a formação de leitor. É o trabalho do mediador, que incita, motiva e promove a liberação de sentimentos, “do imaginário, do real, dos sonhos, das fantasias, dos conhecimentos apropriados pelo sujeito”. (GIROTTTO e SOUZA, L. 2009, p. 19).

Ler é uma das atividades mais completas, formativas e prazerosa. A leitura de textos facilita a aprendizagem, constrói significados para a vida e abre caminhos para o reconhecimento e respeito à diversidade pessoal e cultural. A realidade verificada na *Pesquisa de Bibliotecas Escolares no Brasil*²³ promovida pelo Ministério da Educação do Brasil, em parceria com a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Aecid) sobre as BEs, realçou a ausência de espaços preparados e adequados, sem uso, com acervos desatualizados e sem a participação de bibliotecários ou de professores que fizessem a

²³ Adaptação do Projeto original intitulado, Estudio de las Bibliotecas Escolares en España, cujo objetivo era efetuar um diagnóstico sistêmico da situação das bibliotecas nos centros educativos da Espanha. Aplicado na Argentina, Brasil, Chile e México em bibliotecas escolares de redes públicas e privadas, considerando os sistemas escolares de cada país, diagnosticando características, funcionamento e situação atual. A primeira reunião para a efetivação deste projeto ocorreu em Santiago, Chile, em março de 2008. No Brasil, a pesquisa teve a coordenação do MEC/SEB, a aplicação efetivada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro por meio da Faculdade de Educação, realizada durante os meses de maio a setembro de 2009. Os resultados foram divulgados em 2011 na publicação: Avaliação das Bibliotecas Escolares.

mediação entre o conhecimento transmitido em sala de aula e a apropriação de sentido nos materiais do acervo.

Neste contexto, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), traz sua contribuição quando especifica que: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996).

A BE, inserida neste contexto educativo, contribui para o aprendizado, à formação, o convívio e a prática social.

A IFLA, parceira da UNESCO, para o desenvolvimento da Educação e Cultura nos países de todo o mundo, aderiu às propostas do movimento Educação para Todos, e no sentido de colaborar com o cumprimento das agendas estabelecidas nos Fóruns da Tailândia, em 1999 e Dakar, em 2000, elaborou um documento com as Diretrizes para as Bibliotecas Escolares. Na sua visão, a BE habilita os alunos e estudantes para a aprendizagem ao longo da vida, desenvolve a imaginação, preparando-os para viver como cidadãos responsáveis e, portanto, não deve ficar à margem do espaço escolar, deve estar inserida e integrada no processo educacional.

Os objetivos da BE, segundo a IFLA explicitou no *Manifesto*, estão centrados na oferta de produtos e serviços para a comunidade escolar, na integração dos bibliotecários, professores, equipe administrativa no uso e na oferta de materiais que facilitem o processo pedagógico da escola. Como instituição social, a comunidade em torno deve ser inserida na sua missão, pais, moradores devem ser conscientizados do seu papel no desenvolvimento das atividades educacionais, culturais e informativas, visto que, em muitas comunidades brasileiras, a BE é o único equipamento que pode proporcionar uma aproximação com os materiais tradicionais e atuais de transmissão de informação e conhecimento, como instrumento para fomentar melhorias na vida cotidiana das pessoas, na vida escolar, profissional ou social.

Serviços e produtos devem ser desenvolvidos em parceria com o corpo docente da escola, a fim de compartilhar métodos e técnicas de pesquisa; instruções e explicações sobre o uso de fontes bibliográficas; seleção e formação de uma coleção voltada para o contexto social e para o planejamento pedagógico; criação de um ambiente agradável para que crianças, adolescentes, jovens e adultos gostem de ficar e compartilhar ideias e conhecimento. O acervo precisa ser organizado, armazenado e disseminado sistematicamente, para que o aluno seja preparado e aprenda a usar com

autonomia a biblioteca de sua escola, e como usuário da informação, familiaridade com uso de padrões bibliotecários internacionais, o que o habilitará a utilizar qualquer biblioteca em qualquer lugar do mundo.

O bibliotecário precisa compreender a dinâmica do processo pedagógico, entender as diferenças no ambiente de ensino e incentivar a aproximação e o relacionamento entre a comunidade escolar para concretizar propostas e projetos educacionais. Uma biblioteca bem servida de livros e sem um elemento articulador para o seu uso, é inerte. É necessário que haja um mediador, bibliotecário, professor, tenha criatividade, disponibilidade e diálogo com os alunos, que possibilite o acesso a novos conteúdos que lhes permitam o reforço, o aprofundamento e a ampliação do que recebem em sala de aula. (CÔRTE e BANDEIRA, 2011, p. 8).

Há de se valorizar neste aspecto o papel do bibliotecário na gestão da BE. A execução das atividades de organização para a disponibilização e a atuação como mediador entre o acervo e a comunidade escolar, exige formação, preparo, treino e comprometimento com o currículo escolar, atenção e observação para com as modificações sociais de modo que a BE exerça o seu papel de integração e interação para subsidiar o exercício, com eficiência, da função educativa.

A BE, estreitamente ligada à escola, é reflexo da comunidade escolar em que está inserida. Esta deve ser a ponte entre os conhecimentos gerados no mundo exterior e a comunidade docente e discente. Professores precisam atualizar seus conhecimentos e aperfeiçoar os métodos de ensino. Portanto, é um espaço de estudo e construção do conhecimento em cooperação com a dinâmica da escola no despertar do interesse para o crescimento intelectual, cultural e de lazer construtivo.

Para o bibliotecário, o aluno deve ser visto como um colaborador ativo na construção da BE. Precisa incluí-lo em todas as atividades de organização, seleção de acervo, recuperação de materiais danificados, programação e implementação de atividades e ações educativas, culturais e de lazer. Assim procedendo, valores como coleguismo, preservação do patrimônio cultural, estímulo à leitura e frequência na escola serão inculcados.

Para Guimarães, a intermediação, o acervo e o usuário são importantes porque:

[...] não basta a classificação, nem o rigor dos catálogos, nem a competência do bibliotecário como administrador. Para que os maiores acervos de livros, ainda mesmo os de várias centenas de milhares de volumes, possam merecer o nome de biblioteca, que não sejam apenas de "conservação", mas de "consumo", é preciso que o leitor seja

conduzido às coleções por bibliotecários capazes de orientá-lo. (GUIMARÃES, 1945, p.155)

Sambaquy²⁴ (1943), em Conferência pronunciada no Salão Nobre da Biblioteca Pública de São Paulo, afirmava, “que o bom êxito da organização de uma biblioteca resulta de bibliotecários capazes de colaborar com as escolas e as instituições educativas. Essa colaboração se realizará não por meio da leitura dirigida, mas da leitura orientada”.

Nas palavras de Fachin e Kieser,

A Biblioteca Escolar deve atuar como órgão auxiliar e complementar da escola, facilitando aos alunos o livre acesso aos livros [...]. Bem como a orientação clara e precisa para o estudo, para solução de problemas e dos deveres de classe, ou, incrementar as pesquisas referenciando-as, utilizando mais de um livro, sintetizando, criticando e, fundamentalmente como apoio informacional ao pessoal docente. (FACHIN e KIESER, 2000)

É a mediação, a capacidade do bibliotecário de entender as necessidades informacionais dos usuários, a disponibilização de materiais em variados suportes, a oferta de serviços para desenvolvimento de pesquisa, pode fazer nascer, no aluno, o interesse, germinar a curiosidade e fazê-lo voltar a outros livros e materiais em busca de novos conhecimentos e emoções. Não é possível realizar essa tarefa sozinha. A Biblioteca precisa trabalhar com o apoio da equipe pedagógica e dos professores.

Para Maroto:

A dinamização da pesquisa no espaço da Biblioteca Escolar ganha outra dimensão quando há um planejamento coletivo e efetivo entre bibliotecários, auxiliares, e os professores de todas as áreas e séries, com o objetivo de definir os serviços e as atividades práticas e de produção que serão oferecidos e desenvolvidos. (MAROTO, 2012, p.76).

O bom desempenho das atividades de leitura e pesquisa na Biblioteca tem relação direta com a valorização e a importância da utilização e exploração dos recursos

²⁴Lydia Sambaquy (1913-2006). Bibliotecária. Diretora da Biblioteca do DASP-Departamento Administrativo do Serviço Público; Criadora e Fundadora do IBBD- Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (hoje IBICT); Professora de Catalogação e Classificação no curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional; Defensora do trabalho cooperativo entre bibliotecários e bibliotecas em benefício dos leitores; Precursora da Ciência da Informação no Brasil.

bibliográficos e outros materiais disponíveis no acervo, pelos alunos, professores, com a mediação do bibliotecário.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996), o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2011) e seus regulamentos evidenciam a necessidade da escola se adequar às mudanças sociais, econômicas e tecnológicas que avançam, exigindo da escola uma postura diferente daquela descrita por Kruppa (1994, p. 99) que transformava “alunos em escravos de um conhecimento memorizado por exaustivas repetições sem significado”. Demo (1997, p. 6) alertava, em seus estudos, que esse modelo poderia ser modificado pelo caminho da pesquisa, “a base da educação escolar”, segundo ele, corroborado por Assmann (2001) que dizia, “ser mais importante do que absorver conteúdo é o aluno saber fazer uso dele; educar com base no aprender a aprender”.

Na escola, o interesse pela leitura e pesquisa inicia-se na sala de aula, com o professor. É na Biblioteca que o aluno recebe indicações de fontes para saciar suas dúvidas e incitar novos interesses, lê, reflete sobre o que leu, escreve sobre o que refletiu e aprendeu. Recebe orientações sobre a apresentação e estrutura metodológica para composição de trabalhos e organização dos pensamentos (introdução, desenvolvimento, conclusão e referências), introduzindo-o na pesquisa científica.

O encontro do aluno com diversos textos possibilita a descoberta e a construção do conhecimento por meio do processo de busca de informações, uma estratégia de aprendizagem que introduz o aluno e o incita a desenvolver uma série de habilidades, como tomar decisões sobre: tema, fontes de informação a serem usadas; elaboração de tabelas e gráficos; trabalho em equipe; intensificar o diálogo com colegas, professores e orientadores para esclarecer dúvidas e buscar soluções adequadas. É um processo rico de oportunidades de aprendizagem, mas só será efetivo se o aluno contar com a mediação e a orientação, em cada fase, do professor e do bibliotecário.

Na análise dos conceitos, constata-se que a BE, mais do que um repositório do conhecimento registrado, é um organismo vivo, em constante movimento e modificação. A informação, independente do suporte, é a matéria-prima em que é efetivada toda ação educativa da BE. Seu uso deverá atender aos objetivos da educação, às finalidades mais amplas que se encontram no substrato da ação pedagógica, a ação cultural. (NEVES, 2011, p.34).

1.2.2.2 Função Cultural

As bibliotecas das Escolas Estaduais de ensino fundamental paulista é um espaço público e, como tal, pauta a sua atuação dentro da escola, como um lugar de informação e de convivência, acessível, pertencente a todos os usuários e, ao mesmo tempo, não sendo propriedade exclusiva de uns nem de outros. Nesse espaço, as pessoas devem ter liberdade para circular, para ler, para criar, para se expressar, para se comunicar, uns com os outros. (MILANESI, 2002).

As funções culturais da biblioteca escolar tornam-se complemento à educação formal, promovendo, de forma interdisciplinar, diversas atividades culturais no espaço da biblioteca: exposições, concursos literários, saraus literários, feiras de ciências, entre outras; pode, ainda, proporcionar informações sobre atividades culturais externas à escola.

Sobre a função cultural da BE, Maroto, assim se pronuncia:

Ao assumir o seu papel institucional, a escola, bem como a Biblioteca Escolar, a comunidade entorno deve ser envolvida nas ações de dinamização e de valorização do espaço escolar. Para que a escola possa contar com a participação da comunidade, especialmente os familiares dos alunos, é necessário que professores e bibliotecários desenvolvam um trabalho de sensibilização e de conquista dessa comunidade, trazendo-a para conhecer o espaço, apresentando-lhes os recursos disponíveis e as atividades de promoção da leitura e da pesquisa ali desenvolvidas. Um trabalho de conscientização sobre a importância da Biblioteca Escolar e dos recursos que dispõe para a vida social e cultural dos alunos, professores e dos demais segmentos sociais. (MAROTO, 2012, p. 77)

Assim, escola e comunidade estarão lendo e escrevendo “A” e “NA” BE (NEVES, 2004) seus recursos, sua organização e estrutura, usufruindo dos serviços oferecidos, participando das discussões sobre o acervo, criação de espaços especiais como os *cantos* para a realização de atividades culturais. Neves enfatiza que:

[...] a Biblioteca Escolar tem por finalidade estar a serviço da educação formal e informal, através da difusão do conhecimento e da promoção da leitura. Constitui-se também em memória coletiva do grupo e ela diretamente relacionado bem como da comunidade local e da sociedade em geral. (NEVES, 2004, p. 223).

Escola, Biblioteca e comunidade estarão discutindo e redefinindo, em conjunto, os caminhos possíveis para a melhoria da escola pública e sua reinserção na vida social,

corroborando o pensamento de Freire (1984, p. 47): “Fazer história é estar presente nela e não simplesmente nela estar representado”.

Ações culturais devem ser propostas e realizadas pela BE como meio de dinamizar suas atividades, proporcionar aos usuários e à comunidade entorno, a possibilidade de entrar em contato com textos literários, poesias, músicas, desenvolver a imaginação, aumentar e intensificar a rede social.

Segundo Chartier, R.,

Os bens culturais são sempre produzidos segundo ordens, regras, convenções, hierarquias específicas. O ato de criação inscreve-se numa relação de dependência em face de regras, de poderes, de códigos de inteligibilidade. Mas a obra escapa a tais dependências justamente pelas diferenças de apropriação, socialmente determinadas de maneiras desiguais segundo costumes, classes, inquietações: diferenças também dependentes de princípios de organização e diferenciação socialmente compartilhados (CHARTIER, R. 1999, p. 9-10).

A escola, instituição educativa “[...] assumiu funções de produção e reprodução sócio-cultural, funções de controle e conformação ao nível de comportamentos, ideologias, representações e expectativas, mas também funções de mobilidade, libertação, construção. (MAGALHÃES, 1998, p.60-61)”. A BE inserida no sistema educativo, estatais ou não, submete-se aos regulamentos escolares e políticas educativas estruturadas e sistematizadas, produtoras de práticas e representações que ampliam e adaptam estruturas sócio-culturais sob determinado grau de autonomia.

A *autonomia* sugere a capacidade do educando de buscar resposta às suas próprias perguntas, exercitando, portanto, sua formação autônoma. É uma conquista, é a construção do próprio indivíduo. Para uma parcela significativa da população brasileira, excluída da vida política, social, econômica e cultural do país, a BE tem um papel importante a cumprir. A *interação* pressupõe o aluno não apenas como receptor, mas como produtor de informação e cultura. A BE interativa, composta por alunos, biblioteca, comunidade escolar e entorno, propõe a busca de uma relação autônoma do aluno com a linguagem e os significados, como meio de apropriação da biblioteca, e também que esta incorpore a sua expressão, num processo contínuo de construção e seja

além de um lugar de difusão e disseminação da informação para ser um espaço de expressão.

O acervo da BE tem como propósito, "habilitar os estudantes para o aprendizado ao longo da vida, desenvolvendo a imaginação e preparando-os para viver como cidadãos responsáveis" (UNESCO/IFLA, 2002), geralmente é formado sem considerar a diversidade cultural e os interesses específicos da comunidade escolar local e do entorno. Composto por materiais e publicações recebidas por meio de programas e políticas públicas de incentivo à leitura, como o PNBE, PNLD, ampliam a distância entre a comunidade escolar, a comunidade vizinha e a BE. O acervo deve dialogar com a cultura da comunidade escolar e o seu entorno, constituindo-se como instrumento de produção e expressão.

Em que pese os parâmetros de uma política cultural elaborada pela classe dirigente, inserida num projeto político mais amplo, conduzido pelas diversas classes que se alternam, mas hegemônica, dominante sobre a maioria da população, marginalizando o desenvolvimento cultural e a manutenção de um aparelho escolar seletivo, da elitização do acesso à leitura, parece negar à BE, enquanto instituição social destinada à democratização da cultura, o desenvolvimento e promoção de atividades culturais que proponham aos estudantes e à comunidade entorno da escola, ações além da leitura oral de textos, contação de histórias, feiras de livros, pequenas exposições com padrões determinados pelos currículos escolares de datas cívicas e comemorativas. As expressões culturais da comunidade normalmente são excluídas, assim como as trocas de ideias e debates sobre as diferentes expressões explicitadas nas diferentes parcelas da sociedade que compõem a comunidade. Diante deste contexto, os membros comunitários agem como meros receptores porque não encontram espaço para se expressarem.

Magalhães (1998, p.64), alerta que, "os sujeitos educacionais não são tão somente os alunos, como os actores não são apenas os professores e os gestores, há uma interacção educativa, em que uns e outros são simultaneamente emissores e receptores." A ação cultural cria condições e oportunidades para que os educandos desenvolvam a capacidade de observar, refletir, duvidar, questionar e falar livremente, a partir de seu próprio cotidiano. É um processo que provoca transformações e se transforma também, levando-os a mudar a forma como se veem e veem o mundo ao seu redor, permitindo que não se limitem às soluções prontas e aos padrões convencionais e comecem a enxergar para além do mundo que os cercam.

Padrões de ação cultural, há muito estabelecidos, não são revitalizados por falta de interação entre a comunidade escolar, administrativa e o responsável pela BE, que na maioria das Escolas Estaduais paulistas não é um profissional preparado e habilitado para conduzir os trabalhos da biblioteca, e permanece, por falta de conhecimentos e treinamento adequado, distanciado das atividades da escola e da comunidade entorno. São recorrentes as ações para a promoção da leitura visando apenas a comunidade escolar, ancoradas na obrigatoriedade do contato com textos determinados pelos professores sem oferecer a oportunidade do diálogo com outros textos e autores e com a participação da comunidade e a diversidade cultural que a molda.

A BE como equipamento público de apoio ao processo ensino e aprendizagem tem na coleção que compõe o seu acervo, instrumento para despertar no educando o interesse pela busca de conhecimento e maior compreensão do mundo. Ações, atividades e uso dos materiais que disponibiliza, geralmente recebidos por meio de políticas públicas, se adequam a uma estratégia política e cultural determinada e preservada pelos grupos dominantes de modo que se estabeleça uma intervenção pedagógica sobre o público alvo nas representações sobre a natureza e função dos saberes registrados nas publicações. As BEs partícipes desse processo, interveem na educação e na escola, assim como nas representações que os educadores constroem do público destinatário com o fim de educar.

A educação é um processo contextualizado, dirigido a públicos com conteúdos e agentes definidos, “reconstituindo e laborando sobre representações discursivas da educação, e sendo estas representações o elemento fundamental de descrição, compreensão, avaliação e explicação das ações educativas”. (MAGALHÃES, 1998, p.60).

Sinais sobre o sentido, domínios e ações pedagógicas e organizacionais, são expressos nos regulamentos educativos. Sobre a abordagem, abrangência e diretrizes do ensino no Brasil e a relação com o ensino fundamental paulista, recorreu-se à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a LDB, no Art. 1:

[...] a Educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996).

A inspiração da lei, moldada nos princípios de liberdade, solidariedade humana e respeito às diversidades culturais, propõe um ensino que desenvolva plenamente os educandos e os prepare para o exercício da cidadania, qualificação para o trabalho e a convivência com um mundo em constantes mudanças. É preciso, pois, destacar alguns princípios do ensino brasileiro na LDB:

[...] a igualdade de condições de acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, pesquisar, divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas; o respeito à liberdade e apreço à tolerância; a gestão democrática do ensino público; a garantia de padrão de qualidade; a valorização da experiência extra-escolar; a vinculação entre educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. (BRASIL, 1996).

A escola enquanto organização, enfrenta o grande desafio de educar o aluno de forma global para viver num mundo de tecnologia, acesso e consumo de informação. A tecnologia traz mudanças ao ambiente da aprendizagem e a escola precisa acompanhar e demonstrar agilidade e capacidade para se adaptar. A BE pode oferecer ao educando a oportunidade de entrar em contato com a cultura e dela se apropriar. Esse processo passa pela escola e a BE, por meio de ações educativas, participa como equipamento cultural e bem público, o único, em muitas partes do país, que tem condições para estabelecer as correlações entre o pertencimento social e produções culturais, identificação dos objetos, textos e impressos, próprios aos diferentes meios sociais.

O acesso à tecnologia e comunicação (TICs) e a informação estão ao alcance dos dedos e com elas diminuem as diferenças socioculturais entre países e regiões e a distância dos que possuem mais ou menos riqueza. Se a distribuição de riquezas materiais é injusta, mais ainda é a impossibilidade de acesso à informação. Esta deveria ser um direito básico a ser garantido a todos. O atual desafio da BE, entre outros, é ser inserida nesse universo e proporcionar serviços informacionais que atendam às expectativas do seu público, que segundo Partridge, Lee e Munro (2010, p. 316) “[...] bibliotecas não existem apenas por causa de livros ou informação. As bibliotecas também servem para facilitar as pessoas a participarem, interagirem e criarem. A biblioteca fornece os meios para que isso aconteça.[...]” As TICs, não são apenas instrumentos integrados à vida cotidiana da comunidade escolar. É algo novo e diferente, com capacidade para ampliar o poder cognitivo do ser humano e possibilitar

interações complexas e cooperativas de informação e conhecimento, que deve ser facilitada por meio de atividades educativas e culturais que a BE pode proporcionar.

1.2.3 Biblioteca Escolar: Funcionamento

Tradicionalmente, as BEs não têm ocupado o lugar devido na escola. A dimensão pedagógica da BE é educar, criar oportunidades para a inserção do educando no universo da leitura e escrita que permitam a circulação da informação e a comunicação, sem esquecer-se da competência informacional. Estes são pontos imprescindíveis para pensar a biblioteca no projeto-político-pedagógico. É inegável, pois, que se proceda uma leitura do seu entorno, identificando sua missão e objetivos, função de cada setor, especificidades da gestão, bem como atentar para as atividades discentes das várias disciplinas curriculares, como forma de fortalecer sua prática educativa.

Na construção do projeto-político-pedagógico, é necessário considerar os seguintes princípios: a não-neutralidade da educação; os saberes dos participantes no processo, inter e transcultural; metodologia dialógica e a permanente relação texto/contexto que atenda aos princípios de convivência desejados; a estreita relação com o estilo de organização educativa onde esteja inserida. O importante é que esteja comprometida com as atividades, projetos e propostas de apoio ao processo ensino-aprendizagem, além da sala de aula ou da biblioteca: oficinas de leitura, de poesia; redes cooperativas de escritores, leitores e de informação; circulação de revistas, jornal escolar; participação no rádio comunitário, FM do bairro e na TV; na internet, como ações que podem dinamizar e transformar a comunidade respeitando a diversidade de oportunidades e conhecimentos que pode oferecer e que permita a redução das desigualdades sociais.

Em relação ao projeto-político-pedagógico, a LDB (BRASIL, 1996) determina que, “cada estabelecimento de ensino elabore e execute sua proposta pedagógica, com a participação dos professores e dos profissionais da educação, respeitando as normas comuns a seu sistema de ensino”. A construção do projeto pedagógico de uma escola é fruto de um processo coletivo de reflexão e decisão dos seus profissionais, ao mesmo tempo, um guia da organização da escola e um instrumento de trabalho para o corpo docente e demais profissionais da equipe escolar.

Recorrendo aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), especificamente aos de 1ª a 4ª séries, especialmente na área de Língua Portuguesa, a BE e a biblioteca de classe são mencionadas como fundamentais para o trabalho pedagógico. Diz o texto:

O papel da escola (e principalmente do professor) é fundamental, tanto no que se refere à Biblioteca Escolar quanto à de classe, para organização de critérios de seleção do material impresso de qualidade e para a orientação de alunos, de forma a promover a biblioteca (empréstimo, seleção de repertório, utilização de índices, leitura autônoma, a aprendizagem de procedimentos de utilização de consulta de diferentes fontes de informação, seleção de textos adequados às suas necessidades, etc.), e a constituição de atitudes de cuidado e conservação do material disponível para consulta. Além disso, a organização do espaço físico-iluminação, estantes, disposição dos livros, agrupamento dos livros no espaço disponível, mobiliário, etc.-deve garantir que todos os alunos tenham acesso ao material disponível. Mais do que isso: deve possibilitar ao aluno o gosto por frequentar aquele espaço e, dessa forma, o gosto pela leitura. (BRASIL, PCN, 1997, p. 92)

Iniciativas individuais de professores ou de pequenos grupos de professores e alunos, muito mais como alternativas metodológicas em casos de evasão ou indisciplina, por exemplo, do que propriamente como projeto de educação. Os poucos bibliotecários encontrados, ao fazerem menção a rotinas e tarefas, destacavam a catalogação, a organização do acervo, o atendimento ao usuário, uma futura informatização, como atividades que desenvolviam ou deveriam desenvolver. Em poucas ocasiões houve referência ao desenvolvimento de atividades pedagógicas ligadas à implantação de projetos de incentivo à leitura a partir da biblioteca escolar.

Constata-se que esse referencial nacional indica a escola, de maneira geral, e o professor, especificamente, como responsáveis pelo despertar do interesse e manutenção do “vínculo entre a leitura e os processos de aprendizagem a partir da biblioteca, por iniciativa individual de professores como alternativas metodológicas para controle da disciplina e evasão escolar do que um projeto de educação” (BRASIL, MEC/SEB, 2011). Interessante notar que o texto legislativo trata da BE e biblioteca de classe, como essenciais para a eficiência do processo ensino aprendizagem. O enfoque, no que diz respeito às atividades de organização e disponibilização de materiais é unidirecional, privilegiando a ação docente e ignorando a ação bibliotecária. Não é o que recomenda o Manifesto da IFLA/UNESCO (2005)²⁵, que reforça a atuação conjunta de todos os

²⁵ Manifesto UNESCO\IFLA, preparado pela IFLA e aprovado pela UNESCO em sua Conferência Geral de novembro de 1999. Diretrizes IFLA/UNESCO para Bibliotecas Escolares, 2002. Edição em língua

profissionais da equipe escolar visto que, as atividades dos docentes na sala de aula refletem na organização, na concepção e no desenvolvimento das atividades de mediação do bibliotecário na BE de cada unidade escolar.

No Estado de São Paulo, à escola cabe a responsabilidade pela organização e funcionamento de sua BE, e o compromisso com a qualidade da ação bibliotecária e educativa da BE, que enfrenta dificuldades, muitas insuperáveis. Um projeto de BE de qualidade só será viável se constar no projeto pedagógico da escola e contar com o compromisso dos professores e dos profissionais da equipe escolar, na ação política do sistema de ensino e/ou sistema nacional de educação.

Para o planejamento e desenvolvimento de BE de qualidade, inseridas no processo pedagógico, especificamente no ensino fundamental, é importante conhecer esse universo. Naturalmente a concretização deste espaço escolar requer financiamento e políticas que assegurem a sua implantação e funcionamento. Dados quantitativos foram divulgados pelo Ministério da Educação (MEC), sobre o percentual de bibliotecas apurado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deep), constatado no Censo Escolar de 2013, realizado nas escolas de educação básica no país. (MEC/INEP/Deep, 2014).

Tabela 1.1 – Escolas de Ensino Fundamental Brasileiras e Bibliotecas Escolares – Regiões Geográficas - Censo Escolar - 2013

Região Geográfica	Escolas Públicas	Bibliotecas (%)	Escolas Privadas	Bibliotecas (%)
Norte	19.568	24,5	1.180	80,4
Nordeste	52.150	27,1	8.483	82,9
Sudeste	27.450	69,7	9.469	82,5
Sul	13.959	76,3	1.646	97,4
Centro-Oeste	5.787	61,5	1.568	94,1
Brasil	118.914	43,9	22.346	84,4

Fonte: MEC/Inep/Deed, 2014.

O resultado das pesquisas do Censo Escolar da Educação Básica (MEC/INEP/Deep, 2014) demonstram, em números, a presença da BE em 43,9% dos estabelecimentos escolares públicos e em 84,4% dos privados no país. Analisando os percentuais aferidos nos estabelecimentos de ensino públicos, nas regiões brasileiras, a

portuguesa para o Brasil, tradução da Prof. Dra. Neusa Dias de Macedo. Na divisão “Pessoal”, estabelece que o bibliotecário é o membro profissionalmente qualificado, responsável pelo planejamento e gestão da biblioteca escolar. Deve ser apoiado, quando possível, por equipe adequada, trabalhar em conjunto com todos os membros da comunidade escolar e deve estar em sintonia com as bibliotecas públicas e outros. (MACEDO, 2005, p.427-428)

Região Sudeste e Sul, apresentam os maiores índices, 76,3% e 69,7% respectivamente, evidenciando a distância na oferta de oportunidades e acesso aos materiais informacionais aos alunos do Ensino Fundamental entre as escolas públicas das regiões mais ou menos desenvolvidas da Federação, reforçando o desequilíbrio existente e demonstrado nos índices de aferidos no PISA²⁶, entre os alunos que frequentam escolas que dispõem de BEs.

Numa análise sobre a possível intervenção da BE como espaço auxiliar da sala de aula no processo ensino aprendizagem e no desenvolvimento da leitura, a ONG - Todos pela Educação²⁷, foi buscar nos dados aferidos e publicados pelo PISA, o desempenho dos estudantes brasileiros de 15 anos. Os resultados da pesquisa, realizada em 2012, pela OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico²⁸, publicada em 2014, relaciona a pontuação atingida pelos estudantes das escolas públicas e privadas brasileiras, por estados da federação, e o percentual relativo àquelas que possuem BEs.

²⁶ O *Programme for International Student Assessment* (Pisa) - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - é uma iniciativa de avaliação comparada, aplicada a estudantes na faixa dos 15 anos. O programa é desenvolvido e coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). No Brasil, o Pisa é coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/pisa-programa-internacional-de-avaliacao-de-alunos> > em 12.fev.2016

²⁷ ONG Todos pela Educação: é um movimento da sociedade brasileira que tem como missão contribuir para que até 2022, ano do bicentenário da Independência do Brasil, o País assegure a todas as crianças e jovens o direito a Educação Básica de qualidade. Congrega representantes de diferentes setores da sociedade. Disponível em: < <http://www.todospelaeducacao.org.br/quem-somos/o-tpe>> Acesso em: 12.fev.2016.

²⁸ OCDE: Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – (em inglês, OECD – Organization for Economic Cooperation and Development), por meio do programa de Indicadores dos Sistemas Educacionais Nacionais ou INES (do inglês, Indicators of National Education Systems), é responsável pela construção de indicadores educacionais comparáveis internacionalmente. No Brasil a OCDE mantém parceria com o Inep para avaliação PISA, e de diversos programas de estatísticas educacionais. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br>> Acesso em: 12.fev.2016.

Tabela 1.2 -Pontuação PISA – Escolas com BEs

Estados	PISA-Leitura Pontuação 2012	Escolas Públicas e Privadas com BEs (%)
RS	433	62,4
DF	428	44,5
MS	428	45,3
ES	427	41,8
MG	427	57,6
SC	423	50,4
PR	422	57,7
SP	422	23,2
PB	411	22
RJ	408	48,9
PI	403	18,3
RO	400	36,9
SE	397	22,9
CE	397	40,2
AP	396	36,5
GO	393	55,4
RN	393	36
BA	388	19,3
PA	387	14,5
AC	383	15,9
AM	382	19,2
MT	382	41,5
TO	381	38,5
RR	377	31,2
PE	376	33,2
MA	369	12,6
AL	355	25,1
BRASIL	410	33,7

Fonte: OCDE- 2014

A estatística da OCDE /PISA/Educação para Todos, calcula que o índice de desempenho médio em leitura dos jovens de 15 anos no Brasil, soma 410 pontos, enquanto a média nos países da OCDE, é de 496 pontos. A maior pontuação foi atingida pelo estado do Rio Grande do Sul e apresenta o maior percentual de escolas com BEs. Chama atenção, na tabela, os cinco estados relacionados nos primeiros lugares, dois do Sudeste, dois do Centro-Oeste e um do Sul, que sugere relação entre o desenvolvimento econômico e o escolar. Identifica-se que 66,3% das escolas brasileiras não possuem BEs. Nos índices aferidos é possível concluir que a implantação efetiva da Lei nº 12.244/10 deve exigir energia e investimentos dos Estados e planejamento da comunidade escolar.

A BE, como um espaço integrante da escola, deve ter seu lugar estabelecido no planejamento, na concepção, na construção do prédio escolar. O imprevisto, o deslocamento para um *cantinho* qualquer, prejudica a adequação do ambiente, tornando-

o incômodo, sem atrativos para a realização de atividades como a leitura individual e em grupo, a troca de ideias, discussões de textos, pesquisas e estudos, atividades culturais como, ouvir histórias, músicas, afastando as crianças, impedindo que sejam sujeitos ativos na construção de seu conhecimento e produtores e disseminadores de cultura.

A adequação e a organização dos acervos e dos espaços destinados às práticas da leitura e da pesquisa podem contar com a participação dos alunos e professores transformando-as em obra de todos, além de atender satisfatoriamente aos interesses, necessidades e aspirações de toda comunidade. (MAROTO, 2012, p. 79)

A organização e a disposição dos livros devem ser estabelecidas com objetividade e simplicidade, evitando que os alunos e professores, ao receberem instruções sobre o uso e os serviços oferecidos, não esbarrem num tecnicismo burocratizante e ofereça, sem restrições, acesso a todos os recursos disponíveis.

Silva, salienta que:

Lançando mão de esquemas organizacionais *adequados*, isto é, fundamentados no bom senso e na percepção crítica da clientela, o responsável pela biblioteca não deve transformar a utilização dos serviços em uma camisa-de-força para os leitores. Nestes termos, é a biblioteca que deve se adequar aos leitores e não, como geralmente acontece, os leitores se encaixarem num quadro imenso de normas, a fim de, penosamente fruir do livro. (SILVA, 1989, p. 28-29). (grifo do autor)

O Manifesto IFLA/UNESCO, afirma:

O importante papel educativo da biblioteca escolar deve refletir-se nas condições, no mobiliário e no equipamento. É vital que a função e o uso da biblioteca escolar sejam incorporados no planejamento de novos edifícios escolares e na reorganização dos existentes. Não há uma medida universal para condições da biblioteca escolar, mas é útil e conveniente ter uma fórmula em que basear as estimativas de planejamento, de forma a que toda a biblioteca concebida de novo, ou redesenhada, corresponda às necessidades da escola da forma mais efetiva. (UNESCO, 2005, p. 7)

A Biblioteca, por mais simples e pequena, deve ser um local agradável onde as pessoas gostem de ficar. Com relação à organização do espaço físico e seu funcionamento, devem ser levados em conta o planejamento da distribuição das estantes, a disposição dos livros, o mobiliário, a iluminação, o horário de funcionamento

e outros aspectos. Caldeira (2005, p. 48) acrescenta que: “[...] o planejamento do espaço da biblioteca deve ser feito em função do acervo e do uso que se pretende dele fazer”. Suas características devem apresentar aspectos relacionados à adequação e coerência com a escola à qual se vincula e é integrante.

Na construção ou reforma de edifícios escolares ou na reorganização dos existentes, deve-se planejar e prever um espaço especialmente dedicado à BE. A área destinada deverá estar de acordo com o tamanho da escola, número de alunos e serviços que pretende oferecer. A localização é importante e precisa estar num lugar de fácil acesso, próximo à passagem obrigatória de alunos e professores, munida de equipamentos e facilidades para pessoas com necessidades especiais, longe de ruídos, aconchegante, iluminada e se possível com acesso independente para permitir seu funcionamento em horários extra-aulas. Deverá prever salas para abrigo do acervo (livros, materiais de referência, periódicos, coleção infantil), instalação de equipamentos (computadores, gravadores, aparelhos de DVD), projeções (filmes, documentários), atividades em grupo e individuais e leitura.

O mobiliário deve atender o seu público. O design da BE é fundamental para indicar o modo como serve a escola. O aspecto estético contribui para a sensação de acolhimento e desperta o desejo de ali permanecer.

A administração da BE deve estar ciente de que, segundo Cunha e Crivellari (2004): “de tempos em tempos as tarefas mudam, seja pela tecnologia, por movimentos sociais, políticos ou culturais, fazendo com que os ambientes e os profissionais também tenham que mudar”. O bibliotecário, visto e reconhecido como o profissional que organiza, descreve, indexa, armazena, recupera e distribui materiais informacionais aos usuários, no ambiente da BE, precisa desenvolver um conjunto de habilidades para gerenciar recursos, pessoas e participar ativamente de projetos educacionais.

O Manifesto da UNESCO/IFLA faz referência à gerência da biblioteca escolar e seus representantes, estabelecendo que:

[...] no âmbito profissional, os gerentes da biblioteca escolar têm o direito e a responsabilidade de: desenvolver continuamente coleções multiformes de materiais informativos (fontes convencionais e multimeios), a fim de manter o acervo representativo e atualizado; tornar disponíveis serviços e produtos para que se atenda com qualidade o público-alvo (estudantes, professores e a comunidade próxima) e seja possível a capacitação informacional aos estudantes; prover espaços físicos e culturais para instalação de novas seções da organização bibliotecária que lhes dizem respeito; introduzir tecnologias e

equipamentos para novas formas de informação\comunicação eletrônica; prover equipe razoável e aperfeiçoar pessoal continuamente, levando-os a interagir com a área da educação, entre outros pontos. (UNESCO/IFLA apud MACEDO, 2005, p. 2010).

Para que a BE alcance o sucesso dos seus objetivos e funções, é preciso que conjugue alguns requisitos, como profissionais qualificados, bibliotecários ou professores treinados, que possam garantir o aperfeiçoamento e a educação da equipe escolar; acervo abrangente e representativo de qualidade e adequado ao projeto pedagógico, constantemente atualizado e de diferentes formatos (manuscritos, impressos, audiovisuais e eletrônicos); acesso ao acervo por meio de bases automatizadas, com informações sistematizadas produzidas ou adquiridas pela biblioteca; serviços de ampla informação e divulgação do acervo, de forma que atinja o público e os objetivos pedagógicos; trabalho cooperativo com professores, pais, comunidade e a administração da escola; conhecimento do público-alvo, expectativas e satisfação com o acervo e os serviços oferecidos (UNESCO/IFLA apud MACEDO, 2005, p. 262).

Esses parâmetros definem a construção ou implementação da BE ideal. Para àquelas existentes, é possível formar o acervo com doações da comunidade escolar de alguns programas institucionais públicos e privados que enviam para as escolas livros de literatura infantil e juvenil, incluindo clássicos e paradidáticos. Programas como, *Acorda Brasil*²⁹ e o *PNBE – Programa Nacional da Biblioteca Escolar*³⁰, colaboram com o envio de publicações para a formação dos acervos. O MEC encaminha, anualmente, todos os exemplares das revistas *Nova Escola* e *Ciência Hoje para Crianças*. Além dos materiais advindos dos programas de incentivo e promoção à leitura, públicos e privados, é importante sensibilizar e incitar a colaboração da comunidade e dos alunos para que o acervo da BE acompanhe as mudanças e interesses da comunidade escolar, permaneça adequado e atenda às necessidades dos todos.

Não é possível deixar de pensar na BE, como um repositório do conhecimento e promotora de ações educativas no que se refere ao manuseio e familiaridade com as

²⁹ Acorda Brasil está na hora da escola: Programa do Governo Federal, iniciado em 1995, para doação de livros didáticos. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/area-presidencia/pasta.2008-10-08.1857594057/pasta.2008-10-08.9262201718/pasta.2008-12-16.0710539708/pasta.2009-01-12.2811511135/02%20-%2018-07-1995.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

³⁰ PNBE-Programa Nacional da Biblioteca Escolar: tem como objetivo prover as escolas de ensino público das redes federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, com o fornecimento de obras e demais materiais de apoio à prática da educação básica. Teve início em 1998. Disponível em: <<http://www.fn.de.gov.br/programas/biblioteca-da-escola/biblioteca-da-escola>> Acesso em: 14 jul. 2015.

ferramentas da tecnologia da informação e comunicação (TICs). Essas têm gerado profundas mudanças sociais. A internet, necessariamente, não traz nada de novo. Praticamente podemos realizar de outra forma o que fazemos na rede, auxiliados pelo computador. A internet, na verdade, altera a velocidade e a escala do que poderíamos realizar, em se tratando de troca de informações e de comunicação.

É preciso reconhecê-la como revolucionária quando adotada no ambiente tradicional, com suas características de velocidade, interatividade, mobilidade sobre os processos que afeta. Na atualidade, valoriza-se a ideia de interatividade, interconexão e inter-relação. Na educação, professores, pesquisadores e estudantes veem na internet uma tecnologia com capacidade de transformar o ensino. O tripé, suportes digitais, redes eletrônicas e conexões de hipertextos são elementos que a humanidade está utilizando para aprender, gerar informação, ler, interpretar a realidade e transformá-la, numa relação que altera a formação das pessoas para a vida escolar e social.

A BE, no exercício das suas funções educativa e cultural, é o espaço adequado para inserir os educandos no mundo das TICs. É preciso desenvolver ações que promovam a capacitação e a consolidação do uso do microcomputador como recurso, ferramenta educacional e informativa e principalmente para o uso consciente das suas potencialidades.

Neste aspecto, os nativos digitais³¹, alunos frequentadores da escola pública, encontram-se em desvantagem, comparados aos seus colegas da rede privada, conforme os dados verificados no Censo Escolar de 2013.

Tabela 1.3. Recursos e TICs nas Escolas Públicas

Censo Escolar - 2013

Região Geográfica	Escolas Públicas	Laboratório Informática	Acesso à Internet
Brasil	118.914	50,3	47,6
Norte	19.568	26,3	22,1
Nordeste	52.150	36,2	29,5
Sudeste	27.450	72,7	72,7
Sul	13.959	80,4	82,2
Centro-Oeste	5.787	78,7	80,2

Fonte: MEC/INEP/Deep-2014

³¹ Termo criado pelo educador e pesquisador norte-americano Marc Prensky (2001), para descrever a geração de jovens nascidos a partir da disponibilização da rede de computadores (WEB). Disponível em: <<http://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/viewfile/370/170>> Acesso em: 20 ago. 2015.

Tabela 1.4. Recursos e TICs nas Escolas Privadas

Censo Escolar 2013

Região Geográfica	Escolas Privadas	Laboratório Informática	Acesso à Internet
Brasil	22.346	57,1	92,0
Norte	1.180	46,9	90,7
Nordeste	8.483	39,6	86,5
Sudeste	9.469	68,0	95,1
Sul	1.646	80,0	99,0
Centro-Oeste	1.568	69,4	96,9

Fonte: MEC/INEP/Deep-2014

A realidade sobre a disponibilização e uso das TICs nas escolas é apontada no Censo Escolar, realizado pelo INEP em pesquisa quantitativa realizada em 2013, divulgada em relatório publicado pelo MEC. As pesquisas centradas na Educação Básica, obrigatória para os estabelecimentos públicos e privados, conforme determina o art. 4º do Decreto nº 6.425/2008, revela que em 77,2% das escolas públicas, nos estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, possuem laboratórios de informática e acesso à internet, enquanto nos estados do Norte e Nordeste a média é de 37,6%. Impossível não refletir sobre as oportunidades oferecidas pelas escolas privadas que se apresentam no censo, bem aparelhadas e equipadas, com o maior índice de BEs (ver tabela 1.1), laboratórios de Informática e acesso à internet, numa média de 47,1% e 93,6% respectivamente.

BEs, recursos midiáticos, equipamento para uso e apoio no processo ensino aprendizagem que privilegiam a ideia de cultura básica, de informações gerais e de métodos de pesquisa inter e transdisciplinares que disponibilizam o conhecimento em redes de saberes independente do suporte em que estes estão registrados, inferem nas atividades e práticas escolares, contribuem para o desenvolvimento do processo educativo do acesso e uso da informação dos educandos.

A ausência de BEs organizadas e geridas por profissionais treinados e capacitados para exercitar a mediação, acervo, curiosidade, novos conhecimentos aos educandos, causam nos alunos, nas comunidades escolar e do entorno, a falsa impressão de que na biblioteca não há espaço para o mundo sofisticado e acelerado das inovações tecnológicas e não atende as exigências da contemporaneidade. As BEs em muitas comunidades é a primeira e única porta de acesso à cultura, para a descoberta de novos suportes para a leitura que promovam o encantamento, a ludicidade, o prazer das descobertas, das conexões propiciadas pela imaginação criativa e a participação de leitores e de produtores de texto.

Para Chartier, R. (2002, p. 117), “[...] o novo suporte do escrito não significa o fim do livro ou a morte do leitor. [...] ele impõe uma redistribuição dos papéis na economia da escrita, a concorrência (ou a complementaridade) entre os diversos suportes”. A BE, inserida e integrada no ambiente escolar, não pode deixar de incitar no aluno o uso dos diversos suportes disponibilizados. Ela não é um espaço de armazenamento de informações e de registros, mas de consumo, portanto, a comunidade escolar precisa despertar e incorporar a BE como um ambiente específico para a produção de informação, de criação com computadores, acesso à internet e outros equipamentos periféricos de informática que permitam a digitação de textos, gravação de sons, a digitalização de imagens, elaboração de planilhas e apresentações. Nas pesquisas, com a mediação de um profissional capacitado, o aluno levanta informações, reflete sobre o que encontrou e produz seu relatório textual, sonoro na própria biblioteca.

CAPÍTULO II - A BIBLIOTECA ESCOLAR NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL PAULISTA

2.1 A universalização da Biblioteca Escolar

Entender o surgimento, a evolução e a atuação da BE no ensino brasileiro é ponto de partida para situar a BE na Escola Estadual de ensino fundamental paulista, seguindo a trajetória da sua implantação, por meio da análise dos dispositivos legais, leis, decretos, regulamentações e sujeitos, bem como os fatores socioculturais que interferiram na sua criação e desenvolvimento, além de identificar resistências e apoios relacionados à instalação, manutenção e finalidades, como uma instituição de apoio e suporte à formação de alunos e professores, no contexto educacional do Estado de São Paulo.

O propósito desse capítulo é buscar, no passado,³² a partir do período republicano, indícios que possam esclarecer e/ou contribuir, no presente, para a identificação do lugar social, político, cultural e a (des)continuidade das ações e propostas estabelecidas pelas BEs. Não se trata de uma investigação histórica, mas sim, esmiuçar momentos da sua trajetória e descortinar elementos que auxiliem a compreensão da situação desta instituição na escola fundamental pública paulista, no período de 1996 a 2015.

Diante da publicação da Lei Federal nº 12.244, de 24 de maio de 2010, *que dispõe sobre a universalização da Biblioteca Escolar nas instituições de ensino de todo país* (BRASIL, 2010) e minhas reflexões sobre o tema, minha curiosidade foi suscitada sobre a existência ou não de ações governamentais e educacionais passadas; sobre a implantação das BEs na escola estadual de ensino fundamental paulista. Partindo do pressuposto de que a biblioteca é uma instituição intimamente relacionada com o ensino e aprendizagem, e sendo o Estado de São Paulo o mais industrializado e economicamente mais desenvolvido da Federação, fui buscar nas ações do Estado, a partir do período republicano, mecanismos que demonstrassem sua preocupação com a BE, como equipamento de apoio ao aprendizado e atualização de professores e alunos na ampliação do conhecimento extra-sala de aula.

³² Para conhecer a trajetória, implantação e funcionamento das Bibliotecas Escolares nos Grupos Escolares do Estado de São Paulo (1890 a 1920), consultar Souza, L. (2009).

Minha atuação na área biblioteconômica, o interesse pelo tema, as leituras de trabalhos de bibliotecários e professores, que constantemente versam sobre a quase inexistência da BE³³ nas escolas estaduais de ensino fundamental paulista, me envolveram, e me fizeram ouvir o silêncio quase sepulcral, invariavelmente reclamado, das autoridades, pelos pesquisadores, professores que a ignoraram, desprezaram e a colocaram num limbo no sistema educacional.

A universalização da BE no país, incluindo neste contexto as escolas estaduais de ensino fundamental paulista, parece ser ainda um sonho. Para que ela se torne realidade e cumpra o seu papel na formação de sujeitos integrados na sociedade, críticos e atuantes, é necessário um esforço político-social-pedagógico, investimentos financeiros e humanos e uma preocupação real com o futuro cidadão paulista, interrompendo o círculo vicioso da desigualdade.

2.2 A Biblioteca Escolar nas Escolas Estaduais de ensino fundamental Paulista

Se pudéssemos resumir em uma só palavra a real situação da Biblioteca Escolar no Brasil, notadamente na escola pública paulista, é imprescindível recorrer a Silva (2003), “Silêncio”. Com uma única palavra, Silva consegue demonstrar o abandono, o desprezo e a indiferença a que vem sendo submetida à biblioteca escolar, sobretudo na escola pública de ensino fundamental.

Considerando a evolução do ensino fundamental público paulista, sob a perspectiva da BE e sua presença nas escolas, é preciso contextualizar o tempo e radiografar diversos aspectos sociais, políticos e econômicos que tangenciam o quadro educacional paulista, numa retrospectiva histórica, com análise dos atos jurídicos que regram as tomadas de decisão e estabelecem quais caminhos o ensino deve trilhar, sob a ótica da legislação, referente às reformas de ensino, normas regulamentares sobre a gestão das escolas públicas, equipamentos, instalações, programas e políticas públicas como meio e ferramentas para corroborar a pretensão da universalização da escolarização.

³³ O Censo Escolar de Educação Básica do INEP, de 2013, apurou que 43,9% dos Estabelecimentos Públicos de Educação Básica no Brasil possuem Bibliotecas. (Ver p. 46)

2.2.1 A emergência das Bibliotecas Escolares, sua história e contradições

A luta pela obrigatoriedade da escola, laica, iniciada com a Independência do Brasil, foi abraçada por algumas autoridades e não contestada pela Igreja, devido ao “sistema de padroado régio, mantido pela Independência, o ensino religioso e o catecismo foram integrados obrigatoriamente pela escola pública”. (MARCILIO, 2005, p. 49).

São Paulo não era a capitania mais desenvolvida e rica. A cidade era pobre e a vida cultural inexistente. Poucos habitantes tinham condições de ler os dois jornais brasileiros, o *Correio Brasiliense* e o *Investigador Português*, ambos publicados em Londres para fugirem da censura imposta pelo reino.

As poucas bibliotecas existentes eram particulares e se resumiam àquelas mantidas pelos conventos e colégios, que nem sempre eram abertas a todos. A pobreza de livros acompanhou a pobreza cultural da cidade e da província, bem como a precária instrução dos habitantes. Havia algumas bibliotecas e, geralmente, estavam nos conventos. A biblioteca deixada pelos jesuítas foi destruída. Os livros foram perdidos, distribuídos ao povo pelo governador ou devorados pelos bichos e pela umidade.

A escola formal de primeiras letras, particulares, insuficientes e precárias quase sempre ficavam nos centros das cidades, onde não havia colégios internos ou facilidade para moradia ou alojamento de estudantes que vinham do interior. Dispersas, mal conduzidas, não faziam parte dos costumes e do cotidiano das crianças e das famílias da época.

Nas palavras de Azevedo:

[...] No que se refere à cultura da população da província, é de supor que era formada por uma minoria letrada e uma enorme massa de analfabetos [...] essa elite, de mentalidade política e retórica, imbuída de ideias gerais, desarticulada, pela própria formação, das realidades da vida nacional e habituada a examinar os problemas concretos ou de um só ponto de vista, estreito porque profissional, ou pelos seus aspectos mais gerais e teóricos, não estava preparada para resolver os grandes problemas técnicos e econômicos do país. [...]. Menos ainda os educacionais. (AZEVEDO apud MARCILIO, 2005, p. 54).

No Brasil Imperial, assim como na província de São Paulo, o ensino primário e o secundário formavam duas instituições distintas, sem nenhuma ligação ou

continuidade. Cada uma delas atendia a fins específicos; a escola elementar, crianças e jovens da classe pobre, e a secundária, a elite.

A Constituição de 1824 e o Ato Adicional de 1834 reafirmavam, segundo Biesiegel:

[...] as ideias de educação de todos, para exercício das responsabilidades do cidadão, na verdade apareciam como um componente indispensável à coerência interna de um sistema de ideias que advogava a universalização dos direitos. [...] Importadas no âmbito de um sistema de ideias referidas à universalização dos direitos do homem e incorporadas à legislação brasileira mediante a transplantação das expressões dessas ideias na legislação europeia da época, as disposições legais do Império no campo da educação de todos estariam sujeitas às mesmas limitações observadas a propósito dos demais direitos assegurados ao conjunto de cidadãos. (BIESIEGEL, 1974, p. 45)

As disposições legais publicadas desencadeiam muitas discussões, principalmente nas províncias e assembleias provinciais, sobre a estruturação do ensino elementar e as finanças públicas para a manutenção do sistema: a inadequação dos prédios destinados ao ensino, a preparação de professores e mestres, a inspeção escolar, a liberdade de ensino e outras necessidades traduzem a distância entre o ideário e a efetivação das ideias.

Na província de São Paulo, a liderança político-social-econômica não discordava da ação regeneradora da educação, mas a ausência de resultados práticos diante de tantas fragilidades verificadas, ainda não atendida pelas administrações do Império e das províncias, evidenciava que as necessidades da população estavam muito além das possibilidades efetivas de realização. As autoridades, a quem foram outorgadas a responsabilidade para a estruturação de um sistema educacional de base, não tinham preparo, gastavam muito e obtinham resultados medíocres.

Numa província antes, mal povoada, pouco urbanizada, a população dispersa em fazendas, chácaras, roças, a escola e bibliotecas não se constituíam num bem de primeira necessidade. No final dos anos de 1880, a ocupação mais intensa de seu território, a extensão das ferrovias, o comércio exportador de café, o fim da escravidão, a chegada dos imigrantes e o início do processo de industrialização constituíram, na província, uma nova estrutura social, com grande destaque para a classe intermediária, o proletariado urbano.

A classe operária, de origem muito diversificada, podia ter em mãos livros, jornais e correspondências que chegavam junto com os artigos importados trazidos pela

estrada de ferro que ligava a cidade de São Paulo ao porto de Santos. O parque fabril da cidade ampliava-se, com pequenas e médias indústrias de fiação e tecelagem, fundição, artefatos de madeira, móveis, produção de banha, fósforos, chapéus e outras.

Na segunda metade do século XIX, fiéis, *protestantes de missão*, começaram a se instalar no Brasil, vindos da América do Norte, onde se refugiaram, como *Igrejas Livres*, após o fracasso da Revolução Puritana, liderada por Oliver Cromwell, na Inglaterra. Numa sociedade e num país impregnado pelos princípios republicanos do estado laico, criou-se a *religião civil* norte-americana. (CALVANI, 2009, p. 54-55).

Os primeiros missionários presbiterianos chegaram ao Brasil, em 1859. Em 1865, fundam, em São Paulo, a primeira Igreja Presbiteriana. Os missionários da Igreja Batista chegaram em 1871; eram norte-americanos sulistas vindos para cá, após o fim da guerra civil nos Estados Unidos, para a execução de um trabalho, especificamente missionário, e organizaram suas primeiras igrejas no interior do estado de São Paulo. As Igrejas Presbiterianas, Batistas e Metodistas tinham grandes preocupações educacionais no exercício das suas atividades (CALVANI, 2009, p. 56).

Em 1870, o casal de missionários protestantes, George e Mary Chamberlain, iniciam, na sala de jantar da sua residência, no bairro da Luz, uma escola de primeiras letras dentro dos princípios da fé reformada, que professavam. A escola, montada com princípios vanguardistas para a época, aceitava, nas suas fileiras, meninos e meninas de todos os credos, filhos de adeptos da república e alguns menos abastados. A escola fazia parte da crença da Igreja de que, *só através da educação haveria pleno desenvolvimento do homem e da nação*³⁴. Em 1886, o casal, após receber uma herança de John Theron Mackenzie, inaugura a Biblioteca do Mackenzie College³⁵ e da Escola Politécnica, e traz para São Paulo a primeira bibliotecária de formação³⁶ para organizar o acervo e intermediar o uso dos materiais da biblioteca.

³⁴ Colégio Mackenzie, conhecido até 1897, como Escola Americana. Passa a adotar o nome de Mackenzie College, para abrigar os cursos superiores, entre eles, o de Engenharia. História da Instituição. Disponível em: <<http://www.colegiomackenzie.br/saopaulo/#/nossa-historia/pagina/2>> Acesso em: 19 jul. 2015.

³⁵ Mackenzie College, assim passou a ser chamada a Escola Superior, inclusive de Engenharia erguida em Higienópolis-SP, com a doação recebida pelos fundadores, em testamento, do americano John Theron Mackenzie, que admirava o trabalho realizado pela Escola Americana no Brasil. Disponível em: <<http://www.colegiomackenzie.br/saopaulo/#/nossa-historia/pagina/2>>. Acesso em: 19 jul. 2015.

³⁶ Bibliotecária, Mrs. Doroty Muriel Gedds Grouppe veio para São Paulo para organizar e administrar a biblioteca do Colégio Mackenzie. Fundou em 1929, um curso elementar de Biblioteconomia (fechou em 1935), seguindo a escola norte-americana, onde eram enfatizadas as disciplinas técnicas de Classificação, Catalogação, Referência e Organização, que se diferenciava do primeiro curso de Biblioteconomia no Brasil, que teve início em 1915, na Biblioteca Nacional, com orientação da École de Chartres, montado

Neste contexto, multiplicam-se as bibliotecas da cidade. Somaram-se a da Faculdade de Direito³⁷, da Biblioteca Popular e da Sociedade Germânia, a Biblioteca do Estado, criada em 1895-96, com um acervo composto de livros comprados na Europa que chegavam a 60 mil exemplares, a Biblioteca Municipal e as bibliotecas populares ou de associações dos imigrantes, que tinham como propósito alfabetizar e politizar os trabalhadores. Estes organizavam leituras de livros, folhetos, jornais e muitas atividades sociais, como apresentação de peças teatrais e serestas. (MARCÍLIO, 2005, p. 115)

Lentamente, a conscientização sobre o valor da instrução e da educação foi sendo absorvida pela sociedade paulista. Reconhecia-se a importância da escola como um dos fatores para o desenvolvimento econômico e social da província, e a biblioteca como fator relevante de apoio educacional.

Os últimos anos do Império foram anos de intensas mudanças no país, e principalmente na província de São Paulo. A aldeia de São Paulo, pequena e inculta, vê a imprensa frutificar-se em novos periódicos, com tiragem cada vez maior, em diversas línguas. O telégrafo, com a construção do cabo submarino, une os centros brasileiros ao exterior; as estradas de ferro se ampliam e o comércio externo, alavancado pelo café, ganha robustez, trazendo, para residir na cidade de São Paulo, os barões e novas construções.

No seio da camada mais culta, composta por estudantes, militares, padres, as ideias republicanas ganhavam cada vez mais espaço nas discussões. Em 1873, estruturou-se o Partido Republicano, na Convenção de Itú-SP, que colocou na pauta das discussões um velho problema: a massa de analfabetos na população. Encomendados pelo governo, em 1882, Rui Barbosa prepara Pareceres sobre a Educação, que serviriam de base para uma reforma do ensino público, que não foram apreciados pelo Congresso.

Assim se expressou Rui Barbosa, em um dos seus Pareceres:

Uma reforma radical no ensino público é a primeira de todas as necessidades da pátria, amesquinhada pelo desprezo da cultura científica e pela insigne deseducação do povo. Sob essa inovação, conservadores e liberais no Brasil podem reunir-se em um terreno

com disciplinas, como Bibliografia, Paleografia, Iconografia, Numismática e outras. Atualmente os cursos seguem a orientação tecnicista trazido pela bibliotecária do Mackenzie. (MIRANDA, 1977 p. 92)

³⁷ A Biblioteca da Faculdade de Direito (1827) foi formada com a junção do acervo da “livraria” do Convento de São Francisco, do bispo paulista, D. Luís Rodrigues Vilarés e da Cúria, que o bispo D. Fr. Manuel da Ressurreição havia trazido de Portugal em 1774, pelo presidente da Província Lucas Monteiro de Barros, para servir para os estudos dos alunos da Faculdade, criada naquela época. (MORAES, 1979, p.18)

neuro: o de uma reforma que não transija com a rotina. Num país onde o ensino não existe, quem disser que é conservador em matéria de ensino volta as costas para o futuro e desposa os interesses da ignorância. É preciso criar tudo; porquanto o que aí está, salvo raríssimas exceções, e quase todas no ensino superior, constitui uma perfeita humilhação nacional. (BARBOSA apud MARCILIO, 2005, p.117).

Os pareceres de Rui Barbosa, áridos na observação da realidade educacional brasileira, manifesta a influência do pensamento liberal presente em outras nações. As ideias de Augusto Comte de valorização das ciências como excelência do conhecimento humano, capazes de superar os mitos e a metafísica, com grande repercussão na França, chegam ao Brasil e atraem a simpatia das gerações mais novas de oficiais formados pela escola militar, com a implantação de um *currículum* voltado para as ciências exatas, engenharia e severa disciplina moral. Benjamin Constant, professor da escola militar, se envolve com o movimento que culmina com a Proclamação da República. Escolhido ministro da Instrução, Correios e Telégrafos, empreende a reforma educacional de 1890. (ARANHA, 1996, p.197).

A proclamação da República, em 1889, a reforma do ensino realizada em seguida, não resolveu o problema da educação popular, apesar das ideias do Partido Republicano, que propagava e enfatizava o compromisso com a educação, desde o primeiro Manifesto Republicano de 1870, em que defendia uma transição *suave e não agressiva* para o novo regime. Na reforma de 1890, a educação popular não ficou sob a responsabilidade do Estado, permanecendo o ensino primário sob a responsabilidade dos estados federados. O ensino religioso foi abolido e passou a ser laico, com a separação entre a Igreja e o Estado.

Até o final do século XIX e início do Século XX: “a sociedade brasileira se desenvolve e acelera o processo de industrialização e urbanização, as pressões populares se intensificam, difundindo-se o entendimento do analfabetismo como uma doença, uma vergonha nacional, que devia ser erradicada”. (SAVIANI, 1997, p. 3-4). Apesar do progresso e das preocupações com a educação popular, uma extensa lista de carências desenhava a escola pública: falta de prédios escolares, escassez ou ausência de material escolar, de papel, de livros. Mesmo sem casa de escola, com professores pouco habilitados, sem material de ensino, sem bibliotecas, sem livros, as escolas populares foram se instalando de forma vagarosa, sem atender à metade da população em idade escolar, emergindo a importância da instrução e da educação para a vida da população.

A República alterou o funcionamento do Estado. O poder moderador foi extinto; a eleição deixou de ser condicionada pela renda; os senadores deixaram de ser vitalícios; a titularidade da nobreza deixou de existir; o governo ficou descentralizado, assim como a escolha dos governadores provinciais. Politicamente, adotou-se o modelo norte-americano que, segundo Rui Barbosa, era o que mais se adaptava ao “vastíssimo arquipélago de ilhas humanas que era o Brasil”. (RIBEIRO, 1981, p. 69).

A descentralização atendia aos interesses dos setores liberais do partido republicano e o governo de São Paulo, diante das prerrogativas estabelecidas pela Constituição de 1891, instaurava que:

Art. 35 - Incumbe, outrossim, ao Congresso, mas não privativamente:

- 1º) velar na guarda da Constituição e das leis e providenciar sobre as necessidades de caráter federal;
- 2º) animar no País o desenvolvimento das letras, artes e ciências, bem como a imigração, a agricultura, a indústria e comércio, sem privilégios que tolham a ação dos Governos locais;
- 3º) criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados;
- 4º) prover a instrução secundária no Distrito Federal. (BRASIL, 1891)

A Constituição atribui aos Estados a responsabilidade na implantação e manutenção do ensino popular. As dificuldades para a implantação de escolas públicas se estendiam naturalmente para as BEs. Para entender a trajetória da BE, fui buscar na legislação do Ensino do Estado de São Paulo, pós-República, nos atos normativos publicados, indícios que pudessem ajudar a localizar no tempo, a (des) continuidade da biblioteca no espaço escolar e no contexto educacional paulista. Entender a trajetória, o tempo, tem por objetivo verificar, se possível, o valor atribuído pelos legisladores à BE como instrumento de apoio no processo ensino-aprendizagem.

Prudente de Moraes foi nomeado governador do Estado, o primeiro do período republicano. Exerceu o mandato no governo de São Paulo por 11 meses apenas, foi breve, porém prolífico. Editou 93 decretos e três regulamentos. Os decretos mais importantes foram o de nº 27, de 12 de março de 1890, que reformava a Escola Normal; o de nº 34, que suprimiu a educação religiosa do programa de ensino nas escolas públicas, e o de nº 91, que mandou empregar o produto da loteria, destinada à construção de uma catedral na construção do edifício da Escola Normal. Houve diversas

medidas administrativas: a reforma do ensino normal, com a subsequente construção do novo prédio na Praça da República (Colégio Caetano de Campos, atual Secretaria de Estado da Educação); e a criação dos conselhos de intendência municipais (SÃO PAULO (estado), 2004, p.18-19).

A preocupação com o ensino popular, defesa dos republicanos, nas ações de Prudente Moraes, começa a tomar uma direção. A formação dos professores é explicitada na Reforma da Escola Normal e na construção do prédio novo, que deveriam traduzir o progresso e a inserção no ensino de materiais e ambientes adequados. Prudente de Moraes “firma o signo do moderno que funcionava como dispositivo de luta e legitimação na consolidação da hegemonia deste estado [São Paulo] na Federação” (CARVALHO, 2000, p. 225).

Um modelo de ensino paulista começa a ser elaborado e vai ao encontro das ideias liberais dos republicanos, segundo Carvalho (2000):

[...] os governantes do Estado de São Paulo, representantes do setor oligárquico modernizador que havia hegemonizado o processo de instauração da República, investem na organização de um sistema de ensino modelar. [...] O investimento é bem sucedido e o ensino paulista logra organizar-se como sistema modelar em duplo sentido: na lógica que presidiu sua institucionalização e na força exemplar que passa a ter nas iniciativas de remodelação escolar de outros estados. (CARVALHO, 2000, p.225)

A Reforma Caetano de Campos traduz, segundo Carvalho (2000), a “lógica da institucionalização do modelo escolar paulista”. Ao lado da Escola Normal, a criação da Escola Modelo tinha como objetivo a aprendizagem dos futuros professores pela observação e imitação das práticas adotadas. Para Caetano de Campos, a Escola Modelo era o centro da Reforma, segundo ele, *ser mestre em tais assuntos sem ter visto fazer e sem ter feito por si*, não era possível assegurar a excelência. Para tanto, os mestres da Escola Modelo deveriam ser formados no estrangeiro, deveria ser disponibilizado um rico e moderno material para complementar o preparo dos professores, e o prédio deveria ser adequado com diversos ambientes e *criação de bons moldes* (CAMPOS apud CARVALHO, 2000, p. 226).

A Lei nº 88 de 8 de setembro de 1892, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 15 de setembro de 1892, *Reforma a instrução pública do Estado*, que em seu Art.7º designa:

Para uso e instrução do professor, haverá, em cada escola preliminar, uma bibliotheca escolar, contendo anuaes de modernos processos de ensino e vulgarização das principaes applicações da sciencia á agricultura e á indústria. (SÃO PAULO (estado), 1892)

A BE aparece como um dos instrumentos para a formação dos professores, naturalmente consubstanciada pela Reforma Caetano de Campos, em atendimento aos propósitos estabelecidos pelos republicanos, para a implantação do modelo de ensino paulista. Além da biblioteca, outras medidas foram inseridas, como o ensino seriado, classes homogêneas reunidas num mesmo prédio, direção única, inspeção escolar e métodos pedagógicos registrados em anuais e relatórios de ensino. Para a organização e efetiva implantação da Reforma, outros atos legislativos são publicados em que atividades e atribuições da equipe escolar estão regulamentadas, inclusive do bibliotecário.

Em 13 de agosto de 1893, é publicada a Lei nº 169 de 07 de agosto de 1893, que Addita diversas disposições da Lei nº 88 de 8 de setembro de 1892, e no seu Art. 11 estabelece:

Artigo 11. Cada escola completar terá o seguinte pessoal: 1 Director; 6 Professores; 1 Seorelario-bibliothecario; 1 Porteiro e servente ; 1 Continuo. § 1.º As funções do secretario e bibliothecario serão cumulativamente exercidas por um dos professores, que perceberá mais a gratificação de 600\$000 annuaes (SÃO PAULO (estado), 1892).

A responsabilidade da manutenção do acervo e funcionamento da BE está especificada no Decreto nº 218, de 27 de novembro de 1893, que *Approva o regulamento da Instrução Pública para a execução das Leis nº 88 de 8 de setembro de 1891 e 169, de 7 de agosto de 1893.*

Artigo 17. No ensino ministrado pelas escolas publicas serão adoptados somente os livros que o Conselho Superior approvar.

Artigo 18. Os livros e mais objectos destinados ao ensino preliminar serão distribuídos ás escolas pela directoria geral da instrução publica que os enviará aos respectivos professores por intermédio do idspector de districto.

§ único. O inspector passará recibo dos objectos que receber e bem, assim o professor.

Artigo 19. Fica ao critério do professor permittir que os alunos levem para suas casas os livros de que fizerem uso, tendo em vista, para essa permissão, o cuidado com que as creanças tratarem os mesmos livros.

Artigo 20. Para resalva de suas responsabilidades quanto aos livros os professores são obrigados a consignar no livro de inventario de suas escolas todas as observações relativas aos estragos dos livros fornecidos.

Artigo 21. Os livros serão distribuídos na proporção designada pelo Conselho Superior e destinando-se ao uso dos alumnos cujos paes ou protectores não puderem fazer aquisição das obras adoptadas para o ensino.

Artigo 22. Para uso e instrucção do professor, haverá sob a sua guarda e responsabilidade, em cada esjola preliminar, uma bibliotheca escolar, contendo manuaes de modernos processos de ensino e vulgarização das principaes applicações da seiencia á agricultura e á industria. (SÃO PAULO (estado), 1893)

As Leis nº 88 de 08 setembro de 1892 e nº 169 de 07 de agosto de 1893, o Decreto nº 218, de 27 de novembro de 1893, e o Decreto nº 248 de 26 de julho de 1894, que *Aprova o Regimento Interno das escolas públicas, no Capítulo III – Material Escolar*, estabelecem, aprovam e regulamentam a biblioteca para frequência e uso dos professores; os livros devem ser escolhidos pelo Conselho Superior, o que pressupõe a delimitação de assuntos e o que deve ser consumido; aos alunos é facultado o uso, desde que os pais não possam adquirir as obras adotadas para o ensino. Chartier, R. (1990, p.228) esclarece: “[...] é necessário reconhecer a estreita imbricação, na escrita do Estado, entre o simbólico e o instrumental. A presença multiplicada ou monumental dos escritos é sempre, em si mesma, a marca de uma dominação para todos tornada visível.” Em contraste com a simbologia de liberdade atribuída à biblioteca, a escolha do acervo por um grupo dominante, externo ao ambiente dos alunos e dos professores e dos seus interesses, desconsidera as influências do meio, das vivências e relações plurais do cotidiano, com quais as representações sociais são fabricadas.

O regimento estabelece, portanto, os princípios para o funcionamento da BE, instituindo a consulta no espaço a ela destinada, com um responsável para a intermediação e o empréstimo, aparentemente somente para os alunos carentes, o que não caracteriza um acervo circulante³⁸, e sim o uso do material do acervo. Atribui, no mesmo Decreto, a responsabilidade pelo cuidado da BE, *Art. 84 – Ao diretor compete: [...] § 8º Velar pela boa guarda do edificio, bibliothecas, officinas, gabinetes, moveis e objectos escolares.* (BRASIL, 1894).

³⁸ Trata-se de materiais que podem ser emprestados, por tempo determinado para os usuários da biblioteca, sem prejuízo do acervo. Normalmente, as Bibliotecas possuem mais de um exemplar do material que pode ser emprestado, de forma que outro exemplar permanece no recinto para consulta.

A BE, assim regulamentada, tem como objetivo atender às necessidades dos alunos e professores e nos remete à caracterização clássica da biblioteca. Caldeira (2005) assim a descreve:

Fileiras de estantes cheias de livros, revistas em mostruários, mesas e cadeiras espalhadas e repletas de pessoas lendo e estudando, crianças debruçadas sobre volumes de enciclopédias, fazendo suas pesquisas. Essa é, e ainda continuará a ser por um bom tempo, a face visível de uma biblioteca (CALDEIRA, 2005, p.47).

Os pilares da Reforma Caetano de Campos eram centrados na reunião, num mesmo espaço, sob uma mesma direção, classes seriadas, separadas por sexo e ensino racional, a utilização das *lições de coisas* ou método intuitivo como estratégia de intervenção na sala de aula como o único capaz de sobrepor aos métodos verbalistas. Esse modelo, denominado de Grupo Escolar, previa na sua construção, espaços específicos para desenvolvimento das atividades administrativas e pedagógicas. Segundo Souza (1996), os edifícios seriam providos de: “gabinete para a diretoria, sala para arquivo, portaria, depósito, biblioteca, laboratórios, oficinas para trabalhos manuais, ginásio, anfiteatro e pátios para recreio”. (SOUZA, R. 1996, p.128).

De acordo com pesquisa realizada no Centro de Referência em Educação Mario Covas, os projetos arquitetônicos mais elaborados, com espaços como anfiteatro, laboratórios, museus e bibliotecas eram, na sua maioria, destinados às Escolas Normais, apesar de alguns Grupos Escolares, inclusive no interior paulista, possuírem esses ambientes. Porém, a maioria dos Grupos Escolares da Primeira República contava apenas com salas para as aulas, administração e laboratórios.

Em 1904, o governo do Estado de São Paulo publica o Decreto nº 1216, de 27 de abril de 1904, *que aprova o regimento interno dos Grupos Escolares e das Escolas-Modelo* e estabelece a organização da BE:

Artigo 15. Cada grupo escolar e escola modelo terá uma biblioteca, que se organizará de acordo com o artigo 105, destinada á consulta dos professores.

Artigo 16. Nessa bibliotheca haverá um catalogo e um livro de carga e descarga dos volumes retirados para consultas.

Artigo 17. Os volumes retirados deverão ser restituídos dentro de oito dias. [...] Artigo 96. São deveres do porteiro: Ter sob sua guarda a bibliotheca, sendo responsavel pelo que constar do respectivo catalogo. (SÃO PAULO (estado), 1905)

No mesmo ano, o funcionamento da BE é alterado pelo Decreto nº 1.253 de 28 de novembro de 1904, nele, a consulta aos livros fica restrita aos professores, no recinto da BE, e é vedado o empréstimo domiciliar.

Artigo 13. Cada grupo escolar terá uma biblioteca destinada á consulta dos professores.

Artigo 14. Nessa bibliotheca haverá um catálogo, não podendo nenhum livro ser retirado sinão para consulta dentro do próprio estabelecimento. (SÃO PAULO (estado), 1905)

A reforma Caetano de Campos ao adotar o método intuitivo moldado nos princípios da educação integral teve como finalidade atualizar e ampliar a cultura geral no ensino secundário e a escolarização além do ler, escrever e contar, com a transmissão de conhecimentos úteis de natureza social, moral e cívica no ensino primário. A constituição de currículos modernos com os conteúdos que a priori atendiam às finalidades de modernização do país e de formação das camadas populares e atestados pelos países mais civilizados. A BE para o legislador, tinha como público alvo os professores haja vista que, a renovação pedagógica implantada exigiria recursos intelectuais aprimorados, técnicas e vontade de ensinar num contínuo aprimoramento do saber. (REMER e STENTZLER, 2009).

Em 1904, o governo paulista publica a Lei nº 930 de 13.08.1904 que, *Modifica varias disposições das leis em vigor sobre a instrucção publica do Estado* e o Decreto nº 1.239 de 30 de setembro de 1904, que, *Dá regulamento para a Lei nº 930 de 13 de agosto de 1904 que modificou vários dispositivos das leis em vigor sobre instrucção publica do Estado*. (BRASIL, 1904). Ambos, a lei e o decreto, alteram o funcionamento do ensino preliminar, passando este a ter duração de quatro anos e ser ministrado em escolas ambulantes (um dia em cada lugar), em escolas isoladas e rurais com duração de dois anos, em grupos escolares, na Escola Modelo, criada para funcionar junto da Escola Normal Caetano de Campos, e no Jardim de Infância. Nestes atos legislativos publicados, os seus dispositivos, artigos, parágrafos e alíneas não fazem menção à BE.

Até 1904, o Estado de São Paulo tinha inaugurado várias escolas³⁹, grupos escolares na cidade de São Paulo e no interior paulista. Entre 1890 e 1910, ergueram-se

³⁹ Escolas paulistas de 1825 a 1904: 1825, inaugura o Seminário das Educandas, hoje EE Seminário N. Sra. da Glória, no bairro do Ipiranga na cidade de São Paulo; Em 1846, a Escola Normal de São Paulo (já mencionada); 1874, o Colégio Culto à Ciência em Campinas; 1890 o Grupo Escolar do Carmo, no bairro da Sé (hoje extinto); 1993, Escolas Reunidas de São Roque (EMEF Dr. Bernardino de Campos); 1894 intensifica a implantação e inauguração de grupos escolares no interior, Itú, Amparo, Iguape e na cidade de São Paulo, o Ginásio de São Paulo no bairro do Brás; 1895, grupos escolares em Guaratinguetá,

mais de 30 prédios e instalaram-se mais 110 escolas entre grupos, reunidas, isoladas, profissionais e normais e o Ginásio do Estado. Construídos segundo os ditames da higiene e da pedagogia, os novos palácios da educação emergiram como monumentos na paisagem urbana e difundiram-se como imagem em cartões postais. Escolas improvisadas em casas alugadas, no entanto, ainda continuavam a existir.

Gomes (1983) contabiliza, no período de 1890 a 1919, 59 bibliotecas criadas, sendo 31 BEs. Dessas, 21 estavam localizadas em escolas estaduais, sendo 3 na capital e 18 no interior. (GOMES, 1983, p. 4).

As BEs instaladas nos Grupos Escolares Paulistas, no período de 1890 a 1920, foram objeto de estudo e pesquisa de Souza, L. (2009), em cujo trabalho, no capítulo três, a autora aprofunda sua pesquisa no que se refere à legislação da BE; o espaço da BE na arquitetura dos grupos escolares, a organização, e a falta delas. Relaciona os Grupos Escolares com BEs e seus acervos, travando um diálogo com a cultura escolar, a leitura e a escrita.

Mudanças de ordem econômica a partir de 1870 impulsionaram a demanda pela escolarização, principalmente no meio urbano. A ampliação da participação política e o ideal igualitário advindo do liberalismo marca o período ampliando as discussões sobre a educação. A criação do Colégio Pedro II na Corte, tinha por objetivo solucionar as aulas avulsas comuns no período, proporcionar mais qualidade no ensino secundário e servir de modelo e referência para as instituições de ensino do império.

O Colégio conferiria, aos estudantes, o título de bacharel em ciências e letras que poderiam ingressar nas instituições de ensino superior do império. Por meio do Decreto nº 3.890 de 01 de janeiro de 1901, que “*Approva o Código dos Institutos Officiaes de Ensino Superior e Secundario, dependentes do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores*” (BRASIL, 1901), estas vantagens são estendidas aos alunos das instituições de ensino secundário e superior dos Estados e Distrito Federal por meio da

Lorena, Paraíba, Pindamonhangaba, São Luiz do Paraitinga, Tatuí, Itapetininga, Ribeirão Preto, e na cidade de São Paulo, a Escola Modelo da Luz (EE Prudente de Moraes) no bairro da Luz; 1896, grupos escolares em Sorocaba, Jundiaí, Ubatuba, Botucatu, Itatiba, São João da Boa Vista, São José dos Campos, Taubaté, Mogi das Cruzes, e na cidade de São Paulo, nos bairros da Bela Vista, Brás, Sé, Santa Ifigênia; 1897, grupos escolares em Itapetininga, Piracicaba (2), Espírito Santo do Pinhal, Bragança Paulista, Campinas. 1898 dois grupos escolares na capital no bairro do Brás; 1899, na cidade de Tietê; 1900 grupos escolares em, Tietê, Bananal, Itapeva, Itapira, Mogi Mirim, Piracicaba, Rio Claro, São Manoel, Santos, Campinas e na cidade de São Paulo, nos bairros de Campos Elíseos, Bela Vista; 1901, grupos escolares em Leme, Limeira, Mococa, Serra Negra; 1902, São Sebastião, Sertãozinho, Santos, Ilha Bela; 1903, na cidade de São Paulo, no bairro da Barra Funda, e no interior do Estado em Campinas, Guaratinguetá, Jaboticabal, Jaú, Amparo, Araraquara, Araras, Descalvado, Casa Branca. Disponível em: < <http://www.crmariocovas.sp.gov.br>>. Acesso em: 27 mar. 2015.

equiparação que diz no “Art. 370 Os institutos equiparados terão o direito de conferir aos seus alumnos os grãos que concedem os estabelecimentos federaes, uma vez que elles tenham obtido as aprovações exigidas pelos regulamentos destes para a obtenção dos mesmos grau” (BRASIL, 1901). A BE integra a estrutura das instituições de ensino secundário assim como o bibliotecário com formação específica para ocupar o cargo. As BEs ignoradas nas escolas de ensino fundamental, ganham relevância nas escolas do ensino secundário que no Brasil, não havia oposição na diversificação dos estudos secundários: as humanidades eram reservadas aos dirigentes que buscavam uma formação letrada para chegar ao ensino superior; aos dirigidos uma educação para a produção e preparo prático voltado para o progresso da sociedade.

No início da década de 1920, na educação é depositada as esperanças para alavancar as transformações propagandeadas pelos republicanos paulistas focadas na erradicação do analfabetismo, medida considerada como a única solução para desenvolver o cidadão. A prioridade na educação passou a ser “a extensão da escola às populações até então marginalizadas é que se implanta em São Paulo a Reforma Sampaio Dória. Concebida nos marcos spencerianos de uma educação intelectual, moral e física”. (CARVALHO, 2000, p.228)

A Lei nº 1.750 de 8 de dezembro de 1920, *Reforma a instrução publica do Estado*, capitaneada por Sampaio Dória, um liberal que defendia a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento pela educação. O Decreto nº 3.356, de 31 de maio de 1921, regulamenta a Lei nº 1.750, de 8 de dezembro de 1920, que reforma a Instrução Pública, define a concepção metodológica:

[...] Art. 103 – Nas escolas primarias, o método natural de ensino é a intuição, a lição de cousas, o contato da inteligência com as realidades que se ensinam, mediante a observação e a experimentação, feitas pelos alunos e orientadas pelo professor. São expressamente banidas das escolas as tarefas de méra decoração, os processos que apelem exclusivamente para a memória verbal, a substituição das cousas e factos pelos livros, que se devem apenas usar como auxiliares do ensino. (SÃO PAULO (estado), 1920)

O método intuitivo com ênfase na observação e experimentação, tinha como objetivo ampliar a alfabetização para atender às próximas eleições que deveria ser formado por cidadãos alfabetizados, criação de vagas para atendimento às crianças paulistas que, em sua maioria, se encontravam fora da escola atendendo e a

nacionalização dos imigrantes, operários que chegavam em São Paulo para reforçar a mão de obra nas indústrias.

A Reforma estabelece o funcionamento das Escolas Normais Secundárias, das Delegacias Regionais de Ensino, Cursos Noturnos, Escolas Reunidas, Isoladas. A BE é mencionada no Decreto, “Art. 104- Em cada escola haverá sempre que for possível, uma biblioteca para uso dos alunos. § único – Essa biblioteca será formada pelo professor, com a cooperação dos alunos e pessoas amigas da instrução.” (BRASIL, 1921). A legislação não impõe a implantação e o funcionamento da BE nas escolas elementares. Atribui ao professor, alunos e os amigos da escola, a organização da biblioteca evidenciando a opção do Estado pelo ensino baseado no desenvolvimento do conhecer, em detrimento do processo para aquisição do conhecimento.

A designação e o aparecimento do bibliotecário na *Tabella Annexa nº 3, referente aos vencimentos, com a seguinte distinção: bibliothecario 400\$000 ou 150\$000 sendo lente, vice-director ou secretario* (SÃO PAULO (estado), 1920), da lei, pressupõe a existência da BE nas Escolas Normais Secundárias em atendimento ao Decreto nº 3.890/1901(ver p.68).

A Reforma Sampaio Dória, fundamentada na generalização da escola, embasamento da pedagogia com a prática, erradicação do analfabetismo, inserção dos imigrantes e migrantes na sociedade paulista, com objetivos de moralização dos costumes, vinha ao encontro do entendimento do “reformador, sobre a educação popular como exercício de soberania, portanto, de democracia”. (SOUZA, R., 1998, p.128)

Apoiado pelo presidente do estado, Dr. Washington Luis, a reforma paulista pretendia expandir sistema escolar. Como resultado propiciou na prática, a redução da gratuidade, a exclusão escolar das crianças de 7 e 8 anos e a redução da obrigatoriedade de 4 para 2 anos de escolaridade. A reforma vigorou de março de 1921 a dezembro de 1925 e para muitos estudiosos representou um esforço modernizador e de alinhamento político com os ideais republicanos e democráticos (CAVALIERE, 2003, p.38).

Carvalho (2000) cita três autores para estudo e aprofundamento das características da Reforma Sampaio Dória: Hilsdorf, que viu na Reforma um duplo movimento de rotação em direção às novas fontes da cultura pedagógica; Antunha, que acentua a importância da Reforma pela agitação de ideias que provocou e pelo impacto

que causou no desenvolvimento da história da educação paulista; e, finalmente, Nagle, que observou ser uma das Reformas mais incompreendidas porque passou o ensino da década de 1920. (CARVALHO, 2000, p.229-231)

A reforma de 1925, que a substituiu a reforma Sampaio Dória foi estabelecida e regulamentada pelo Decreto nº 3.858, de 11 de junho de 1925, *Reforma a instrução pública do Estado, regulamentado pela Lei nº 2.095 de 1925, que Approva o decreto n. 3.858, de 11 de Junho de 1925, expedido pelo Poder Executivo, e que reformou a Instrução Publica do Estado*. No Decreto:

Art. 56 - O pessoal administrativo das escholas normaes compõe-se de:

- a) 1 director ;
- b) 1 vice-director ;
- c) 1 secretario ;
- d) 1 bibliothecario ;
- e) 1 3.º escripturario ;
- f) 1 inspectora, accumulando o cargo de professora de trabalhos
- g) 1 porteiro ;
- h) 4 continuos (um do sexo feminino) ;
- i) o numero de serventes necessarios ;
- j) um jardineiro ; (SÃO PAULO, 1925)

Nos estabelecimentos mencionados no Decreto e na Lei, o *bibliothecário* está presente na lista de cargos e de profissionais que devem compor o corpo administrativo das Escolas Normais. A presença do bibliotecário na lista, pressupõe a existência da BE, mesmo que não descreva suas características e funcionamento. (SÃO PAULO (estado), 1925).

Vale ressaltar, nessa época, a criação da Biblioteca Escolar Infantil Caetano de Campos, em 1925, cujas características, organização e funcionamento foram descritas por Vidal,

[...] foi criada em 28 de maio de 1925, por iniciativa do professor Carlos Alberto Gomes Cardim, então diretor da Escola Normal da capital, com o auxílio dos professores João Batista de Brito e Renato Braga. Sua organização ficou inicialmente a cargo da professora Dulce Bressane, até agosto de 1927, quando passou aos cuidados da professora Nísia Pereira Bueno, até 1929, momento em que a Biblioteca foi fechada e seus livros recolhidos à Biblioteca do Curso Normal. (VIDAL, 2014, p.197).

Apesar de a legislação educacional paulista incluir a biblioteca como um dos espaços dos Grupos Escolares (Decretos nº. 1.216 e nº. 1.253 de 1904), não se tem notícia de sua instalação até 1925, quando foi inaugurada a primeira biblioteca pública

infantil do país, destinada aos alunos do curso primário da Escola modelo Caetano de Campos.

O lema *representação e justiça* sintetizava a plataforma política da elite urbana interessada em encontrar mecanismos para o controle das populações pobres nas cidades. A luta contra o analfabetismo, da Reforma Sampaio Dória, encontrou um substituto nas aspirações dos educadores, a reformulação da Instrução Pública.

A Revolução de outubro de 1930 ascendeu ao poder o gaúcho Getúlio Vargas, finalizando o período *café com leite*, em que homens influentes de São Paulo e Minas Gerais se alternavam no poder. No Governo Provisório (1930-1934), Vargas apresenta à nação um plano composto por dezessete itens para a reconstrução nacional. O item três do programa tratava da educação: “difusão intensiva do ensino público, principalmente técnico-profissional, com a colaboração dos Estados, e a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública” (VARGAS, 1930⁴⁰).

Importante ressaltar que durante o governo Vargas, a Associação Brasileira de Educação-ABE⁴¹, fundada no Rio de Janeiro, em 1924, era muito atuante e promovia congressos muito concorridos. Para as reuniões da década de 1930, a ABE propõe temas muito pertinentes para serem discutidos entre os educadores: *Grandes Diretrizes da Educação Popular; Plano Nacional de Educação*. Entre uma Conferência e outra, alguns educadores jovens e importantes, visto que vários deles haviam participado do ciclo de reformas estaduais da década de 1920, assinaram um texto denominado *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, publicado em 1932.

O Manifesto de 1932 foi redigido por Fernando de Azevedo, e trazia uma sistematizada concepção pedagógica, compreendendo a filosofia da educação, as formulações pedagógico-didáticas e a política educacional; trazia como subtítulo, *A reconstrução educacional do Brasil ao povo e ao governo*. Foram vinte seis os signatários, que apesar de formarem um grupo heterogêneo, do ponto de vista das suas ideias, concordavam com as linhas gerais e abrangentes de Fernando de Azevedo em relação à *renovação da educação*.

De acordo com Azevedo:

⁴⁰ VARGAS, Getúlio. A Nova Organização Administrativa do País: Discurso de Posse, em 03 de novembro de 1930. Disponível em < <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1930>> Acesso 04 jan.2016.

⁴¹ A Associação Brasileira de Educação foi fundada no Rio de Janeiro, em outubro de 1924, por um grupo de intelectuais cariocas reunidos por Heitor Lyra da Silva. A ABE tinha como objetivos pedagógicos promover, no Brasil, a difusão e o aperfeiçoamento da educação em todos os ramos e cooperar em todas as iniciativas inerentes a este objetivo. (CARVALHO, 1998, p. 54).

À parte do laicismo, a infiltração das ideias positivistas e o movimento renovador de São Paulo, limitado ao ensino primário e normal e sob a influência das técnicas pedagógicas americanas, todos os outros fatos relativos à educação e à cultura acusavam, no último decênio do século XIX, a sobrevivência das tradições do regime imperial. (AZEVEDO, 1964, p.621).

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova surgiu em um momento histórico propício à transformação da educação no Brasil. As crises políticas e econômicas e a urbanização crescente foram elementos que fizeram a educação emergir, na percepção coletiva, como um problema nacional. Segundo Azanha (2002, p.104 - 105), “o Manifesto continha um diagnóstico e era um indicador de rumos. [...] o diagnóstico e o traçado de rumos foram expressos em uma linguagem genérica [...] cujo objetivo era provocar sentimentos e atitudes e mobilizar a nação”. Foi redigido em atenção ao pedido de Vargas, na IV Conferência Nacional da Educação de 1931, com o propósito de que os educadores, presentes no evento, contribuíssem para a elaboração de uma proposta educacional para o seu governo. Defendia uma escola pública obrigatória, laica e gratuita, de aspecto prático, profissionalizante, aberta a todas as classes sociais, para a construção de um país, dentro da racionalidade científica.

Para Saviani:

A Constituição de 1934 absorveu parte do conteúdo do Manifesto, e coincidia com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, uma vez que compreendia o ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados, para todo o território nacional, sua execução deveria ser coordenada e fiscalizada pela União. Não foi implementado em virtude do golpe de 1937, que manteve Vargas no poder até 1945. (SAVIANI, 1997, p.190-191).

No Estado de São Paulo, sob intervenção⁴², o Decreto nº 5.335, de 7 de janeiro de 1932, *Reorganiza a Instrução Pública e dá outras providências*, no Art.18 – A Secretaria da Diretoria Geral de Ensino passa a ter o seguinte pessoal:

[...]1 Bibliotecário. Em 1933, o Decreto 5.828, de 4 de fevereiro de 1933, reorganiza a Diretoria Geral do Ensino, transformando-a em Departamento da Educação; transfere para este os serviços do Departamento de Educação Física, que fica extinto; cria o Serviço de Higiene e Educação Sanitária Escolar, o Fundo Escolar, a Bolsa de

⁴² Na data da publicação do Decreto nº 5884, de 21 de abril de 1933, o Interventor Federal, no Estado de São Paulo era o General de Divisão, Waldomiro Castilho de Lima. (São Paulo (estado), 1933).

Viagem ou de Estudos, o Museu Central e o Conselho de Educação sendo que no Capítulo III e IV tratam dos serviços técnicos e menciona os serviços bibliotecários como atividade. (SÃO PAULO (estado), 1932).

Souza, F. salienta que:

[...] os anos 1930 foi um período promissor para a Biblioteconomia brasileira. Em 1931, foi reaberto o Curso da Biblioteca Nacional, extinto em 1922. Em 1936, foi criada a Divisão de Bibliotecas da Prefeitura Municipal de São Paulo e a Escola de Biblioteconomia da Prefeitura de São Paulo, que, em 1940, foi anexada à Escola Livre de Sociologia e Política. Fatos, que demonstram um importante debate na sociedade sobre a organização de bibliotecas nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo (SOUZA, F., 1993, p. 53).

Em 1933, na Reforma Fernando Azevedo, em São Paulo, seguindo os preceitos da reforma educacional escolanovista, cria-se o Instituto Caetano de Campos, integrado à Universidade de São Paulo, criada em 1934, oferecendo aos alunos, formação universitária. Essa integração permaneceu até 1938, quando o Instituto de Educação foi desligado da USP. (VIDAL, 2014, p.198)

Segundo Vidal:

A Biblioteca Escolar Infantil do Instituto Caetano de Campos, foi reaberta em 1933, sob a direção da professora Lenyra Fracaroli⁴³, logo substituída pela professora Dijorah Carvalho dos Santos que ficou no cargo até 1935. [...] A intenção de torná-la exemplar se manifestava por sua instalação em 1936 no terceiro andar (recém inaugurado) do prédio na Praça da República, sob os cuidados de Iracema Marques da Silveira, que permaneceria no cargo de professora-bibliotecária até a aposentadoria em 1966. (VIDAL, 2014, p.197)

A Biblioteca Escolar Infantil do Instituto Caetano de Campos, foi a primeira BE implantada e organizada para uso dos alunos do curso primário. Fazia parte da BE, o Museu Caetano de Campos, organizado para cultivar a memória de seu patrono, sua vida

⁴³ Lenyra Camargo Fraccaroli (1906-1991). Nasceu em Rio Claro-SP. Mudou-se para a capital, e formou-se na Escola Normal em 1932. cursou Administração na conceituada Escola Caetano de Campos em 1933 e Biblioteconomia em 1940. Tornou-se amiga de Monteiro Lobato e, juntos idealizam e fundam a primeira biblioteca infantil da cidade, que leva o nome do escritor brasileiro, sendo sua primeira diretora. Em 1950, tornou-se chefe da Divisão das Bibliotecas Infante-Juvenis da cidade de São Paulo. Suas ideias e projetos avançados para a época projetam-se para além das fronteiras nacionais. Autoridades das áreas de Cultura e Educação na América do Norte a convidaram para conhecer suas bibliotecas. De volta ao Brasil, é eleita Presidente do Comitê Interamericano de Bibliotecas Infante-Juvenis para a América Latina. Foi Presidente da Associação Paulista de Bibliotecários. Faleceu em janeiro de 1991. Disponível em <www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas_bairro/bibliotecas_a_1/lenirafcaroli/index.php>. Acesso em: 29 set. 2015.

e o que ele fez pela educação paulista e contava com seguintes regras estabelecidas no Regulamento,

Cap. I Da natureza e fins

Art. 1 – A Biblioteca Infantil da Escola Caetano de Campos é organização extracurricular que visa dar aos alunos do Curso Primário oportunidade de:

- a) praticar a leitura como atividade com fim em si mesma, capaz de dar-lhes prazer e proveito;
- b) adquirir o amor dos livros e da leitura;
- c) alargar o conhecimento escolar com conhecimento suplementar, adquirido em leitura indicada como parte de atividade de classe;
- d) adquirir critérios fundamentais de crítica que os habilitem a fazer a escolha dos livros que hão de ler, dentro e fora da escola;
- e) habilitar a ler em voz alta para bons hábitos de caligrafia e a ouvir a narração feita com fins recreativos e artísticos;
- f) incentivar aquelas atividades que, além de dar-lhes o gosto de leitura, lhes desenvolvam correlatamente a capacidade de organizar, cooperar, criar;

Parágrafo Único – Como atividade extra-curricular dos alunos, a Biblioteca será conduzida por bibliotecários escolhidos dentre eles, sob a orientação da adjunta bibliotecária (Regulamento da Biblioteca Caetano de Campos, 1943, p. 3).

As ideias da *Escola Nova*, reabilitava o livro atribuindo-lhe a função de instrumento de trabalho. O livro na escola tradicional era o centro, em torno do qual as atividades escolares eram realizadas enquanto na educação renovada, essas se desenvolvem em torno da criança.

O Decreto nº 5.884, de 21 de abril de 1933, *Institue o Código de Educação do Estado de São Paulo*, cria os Institutos de Educação, estabelece suas finalidades e como devem ser constituídos,

Art. 599. - O Instituto de Educação tem por fim:

- a) - formar professores primários, secundários, inspetores e diretores de escolas;
- b) - manter cursos de aperfeiçoamento e de divulgação, para os membros do magistério;
- c) - ministrar ensino primario e secundario a alunos de ambos os sexos, em estabelecimentos que permitam a observação, a experimentação e a pratica de ensino, por parte dos candidatos ao professorado.

Art. 600. - O Instituto de Educação se constitue das seguintes escolas e anexos:

- a) - Escola de Professores
- b) - Escola Secundaria
- c) - Escola Primaria
- d) - Jardim da Infancia
- e) – Biblioteca (SÃO PAULO (estado), 1933)

Em 1933, Fernando de Azevedo e auxiliares, consubstanciados nos Decretos 5.884, de 21 de abril de 1933 e nº 5.846, de 21 de fevereiro de 1933, realizaram uma ampla reforma nos cursos do Instituto, transformando-os em cursos fundamentais secundários de 5 anos, idênticos ao do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, e os cursos de formação de professor, de 2 anos.

O Instituto de Educação Caetano de Campos correspondia à estrutura estabelecida e regulamentada pelo Código de Educação do Estado de São Paulo. Nele, a Biblioteca e o bibliotecário são mencionados em diversos capítulos. Destaques para os Capítulos: X – Do Serviço de Bibliotecas e Museus Escolares e XI – Da Biblioteca e do Museu Central da Educação (SÃO PAULO (estado), 1933). Sobre a BE, na escola primária e/ou nos Grupos Escolares, objetivo de minha pesquisa, no Código de Educação do Estado de São Paulo, ela não é estabelecida. A Biblioteca referenciada como equipamento de apoio pedagógico estava projetada para compor a estrutura das Escolas Secundárias, Profissionais e nos Institutos. Os alunos que frequentavam essas escolas eram filhos da elite paulista. No Instituto Caetano de Campos era possível observar que os filhos e aparentados da cúpula do Partido Republicano Paulista compunha as primeiras turmas da escola. Lá estudaram os filhos de Bernardino de Campos, Júlio de Mesquita, Francisco de Assis Peixoto Gomide e de outros representantes da elite paulistana, como Ignácio Pereira da Rocha, Barão de Bocaina, Emílio Ribas, José Cardoso de Almeida. O Instituto, é um dos símbolos da República, dos republicanos, e da elite paulistana.

Em 1936, é inaugurada na Vila Buarque, bairro aristocrático da região central de São Paulo, a Biblioteca Municipal Infantil, um projeto do Departamento de Cultura, dirigido por Mário de Andrade, em cumprimento ao Decreto Municipal nº. 861 de 30 de maio de 1935. Tinha como objetivo incentivar a leitura e pesquisa por novos conhecimentos nas crianças que não tinham acesso ao livro. A Biblioteca foi instalada na rua Major Sertório e estruturada com uma sala de leitura, uma sala de revistas, um salão de festas para as sessões de cinema e uma varanda que servia como sala de jogos. A organização e o funcionamento dessa biblioteca, centrado nas crianças e nas atividades para o desenvolvimento da leitura, atendia aos propósitos educacionais dos *escolanovistas*.

Apesar do não estabelecimento e implantação das BEs nas escolas primárias, no Código de Educação, Vidal ressalta que: “[...] em São Paulo, as bibliotecas escolares infantis chegavam a mais de 440 em 1936. Algumas emprestavam livros para os alunos

levarem para casa; outras mantinham uma seção de livros para adultos, franqueada à família dos alunos” (VIDAL, 2014, p.199), resultado da influência exercida pelas Bibliotecas Infantis do Instituto Caetano de Campos e da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Sob a gestão de Gustavo Capanema que assumiu o Ministério da Educação em 1934, e permaneceu até 1945, destacaram-se a reforma do ensino secundário e a reforma universitária, que resultou na criação da Universidade do Brasil, a definição de uma política de preservação do patrimônio cultural do país, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-SPHAN, concebido por Mário de Andrade e a criação do Instituto Nacional do Livro.

O Decreto-lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937, criou *O Instituto Nacional do Livro-INL*, com o objetivo de propiciar condições para a produção, o aprimoramento do livro e a melhoria dos serviços bibliotecários.

Na disposição de motivos, para a aprovação do Decreto, o Ministro assim se expressou:

O livro é, sem dúvida, a mais poderosa criação do engenho humano. A influência que ele exerce, sob todos os pontos de vista, não tem contraste. [...] É, portanto, dever do Estado, proteger o livro, não só promovendo e facilitando a sua produção e divulgação, mas ainda vigilando no sentido de que ele seja, não o instrumento do mal, mas sempre o inspirador dos grandes sentimentos e das nobres causas humanas. (CAPANEMA, 1937)

Entre as atribuições do INL, estavam previstas a edição de obras literárias de interesse na formação cultural da população, a elaboração de uma enciclopédia e um dicionário nacionais que, aos olhos dos formuladores da política cultural da época, parecia ser fundamental para a existência cultural brasileira, e a expansão por todo o território nacional, do número de bibliotecas públicas, que na definição de Capanema, necessárias por serem "centros de formação da personalidade, de compreensão do mundo, de auto-educação, enfim, centros de cultura" (CAPANEMA, 1937). Até 1945, final da gestão de Capanema, não foram concluídos, o dicionário e a enciclopédia. Houve avanço no número de bibliotecas públicas, principalmente nos estados economicamente menos favorecidos, devido ao apoio do INL na constituição do acervo e na capacitação técnica dos profissionais atuantes nesses espaços.

Sobre as BE, Gomes (1983) pondera que, durante o período de 1890 a 1920, a BE estava configurada para dar apoio ao professor, como instrumento para atualização e preparo para sua atuação pedagógica. Nas décadas de 1920 e 1930, sob as aspirações da

Escola Nova, a BE, o seu uso e o seu público-alvo são motivos para uma remodelação, dentro de um modelo pedagógico voltado para a escola pública, focando especialmente o acesso, para que este deixe de ser exclusivo aos professores e inclua as crianças. (GOMES, 1983, p.5)

Durante as décadas de 1930 e 1940, outros atos legais foram publicados e são referentes à biblioteca, não especificamente à BE. A Lei nº 2.839, de 5 de janeiro de 1937, *regulamenta os serviços de organização, administração e desenvolvimento de bibliotecas no Estado*, e estabelece,

Paragrapho 1.º - Competem ao Estado os referidos serviços quanto ás bibliothecas universitarias, ás dos institutos especializados e ás annexas a repartições e escolas públicas estaduaes. Paragrapho 2.º - Competem ao Municipio os mesmos serviços em relação ás bibliothecas não especializadas, ás das repartições municipiaes e ás populares e infantis, quando não forem annexas a estabelecimentos estaduaes de ensino [...] Cap III - Artigo 12 - Os cargos estaduaes ou municipaes de bibliothecario serão preenchidos por concurso de provas, passado perante o Conselho Bibliothecario, de accôrdo com o art. 7.º, letra "i", e mais exigencias legaes em vigôr. Artigo 13 - Só serão admittidos a concurso os candidatos que apresentarem diploma de curso superior e de bibliothconomia. Paragrapho 1.º - Em se tratando de vaga de bibliothecario em instituto especializado, o candidato ao concurso deverá possuir diploma da materia especializada. Paragrapho 2.º - O Conselho poderá, em se tratando de cargo de bibliothecario em pequena bibliotheca, dispensar para a inscripção o diploma de curso superior, exigindo, em substituição, o de curso secundario. (SÃO PAULO (estado), 1937)

A lei não trata especificamente da BE, mas ao regulamentar os serviços da biblioteca no Estado de São Paulo as incluem indiretamente, e ao mesmo tempo, impõe controles sobre o acervo e o conteúdo a ser disponibilizado para a comunidade escolar, por meio do Catálogo Geral das Bibliotecas Paulistas e estabelece diretrizes para a profissão bibliotecária privilegiando aqueles com formação técnica e regulando o ingresso na carreira por meio de concurso e apresentação de diploma concedido por um Curso Superior em Biblioteconomia. (VIDAL, 2004, p. 189).

Nas revistas pedagógicas da época, era possível encontrar orientações ao professores-bibliotecários sobre processos técnicos para a organização, catalogação e a elaboração de estatísticas sobre as consultas e os livros preferidos dos alunos e professores. Aspectos administrativos para a manutenção do espaço também eram considerados como, a aquisição de livros novos, assinatura revistas e solicitação de doações, adaptando padrões e instituindo novas práticas de acesso ao livro e à leitura. As instruções iam além da organização do acervo e introduziam indicações de como

desenvolver atividades de narração de histórias, estímulos para o acesso direto ao livro em estantes abertas e ao alcance das crianças, incremento da hora para ler, preenchimento de ficha de leitura pelos alunos e a formação de clubes de leitura. (VIDAL, 2014)

Em 1946 o Governo Provisório publica o Decreto-lei nº 8.529 de 19 de setembro de 1946, *Lei Orgânica do Ensino Primário*, no qual estabelece as diretrizes gerais, manutenção da responsabilidade dos estados, ensino primário supletivo para adolescentes a partir dos 13 anos e a adultos, criação do Fundo Nacional do Ensino Primário, diretrizes para o ensino normal e agrícola e a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC. Os projetos educacionais da década de 1940 promoveram diretrizes nacionais à respeito da escolarização da população e da disseminação da escola elementar.

De acordo com Saviani (1997), a Constituição Federal de 1946 estabelece que a educação é um direito de todos e o ensino primário é obrigatório e gratuito nas escolas públicas. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional, possibilitando a organização e instalação de um sistema nacional de educação, como instrumento para a democratização da educação, usando como caminho a universalização da escola básica. (SAVIANI, 1997, p. 6)

Em 1947, no Estado de São Paulo, o Decreto-Lei nº 17.066, de 8 de março de 1947:

[...] dispõe sobre a criação de cargos e função gratificada no Quadro de Ensino, que no Art. 2º Ficam criados na Parte Permanente, do Quadro Geral e destinados a estabelecimentos de ensino secundário e normal:
a) Tabela III: 36 (trinta e seis) de Bibliotecário, padrão "J". (SÃO PAULO (estado), 1947)

A legislação comprova a disposição de cargos de bibliotecário no quadro geral das funções nos estabelecimentos de ensino secundário e normal, indicando um movimento para situar a educação no projeto de desenvolvimento capitalista, com a implementação dos cursos técnicos profissionalizantes, para formação de mão de obra em atendimento ao processo de industrialização perceptível na década de 1940, na Reforma Capanema que previa o ensino industrial como ensino de nível médio, voltados para a continuidade da escolarização e o ingresso dos alunos nos cursos universitários que se organizavam no país.

O Decreto nº 17.884, de 20 de janeiro de 1948, que *Dispõe sobre lotação de cargos*, nele, relaciona o Cargo de Bibliotecário nas escolas secundárias, indicando a existência e implantação de bibliotecas nestes estabelecimentos,

Artigo 1º - Ficam lotados vinte e quatro (24) cargos provisórios da classe inicial "J", da carreira de Bibliotecário, da Tabela III, da Parte Permanente, do Quadro Geral, que figuram como vagos, criados pelo Decreto-lei n. 17.066, de 8 de março de 1947, um em cada um, dos estabelecimentos abaixo, subordinados ao Departamento de Educação, da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação:

1 (um) no Colégio Estadual e Escola Normal de Limeira;
 1 (um) na Escola Normal e Ginásio Estadual de Cruzeiro;
 1 (um) na Escola Normal e Ginásio Estadual de Lins;
 1 (um) na Escola Normal e Ginásio Estadual de Assis;
 1 (um) na Escola Normal e Ginásio Estadual "Cardeal Leme", de Pinhal;
 1 (um) no Ginásio Estadual "Dr. Octavio Mendes", da Capital;
 1 (um) no Ginásio Estadual de Santo Amaro, na Capital;
 1 (um) no Ginásio Estadual de Vila Mariana, na Capital;
 1 (um) no Ginásio Estadual de Barretos;
 1 (um) no Ginásio Estadual de Batatais;
 1 (um) no Ginásio Estadual de Biriguí;
 1 (um) no Ginásio Estadual de Caconde;
 1 (um) no Ginásio Estadual de Descalvado;
 1 (um) no Ginásio Estadual de Dois Córregos;
 1 (um) no Ginásio Estadual de Ibatinga;
 1 (um) no Ginásio Estadual de Igarapava;
 1 (um) no Ginásio Estadual de Iguape;
 1 (um) no Ginásio Estadual de Monte Alto;
 1 (um) no Ginásio Estadual de Novo Horizonte;
 1 (um) no Ginásio Estadual de Santo André;
 1 (um) no Ginásio Estadual de São Joaquim da Barra;
 1 (um) no Ginásio Estadual de São Roque;
 1 (um) no Ginásio Estadual de São Simão;
 1 (um) no Ginásio Estadual de Viradouro. Artigo 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação. (SÃO PAULO (estado), 1948)

Segundo a afirmação de Souza, R. (2011) a ampliação de número de estabelecimentos oficiais de ensino secundário no interior paulista, era uma resposta à demanda social por esse nível de ensino, iniciado pelos municípios, que assumiram *provisoriamente os encargos da educação secundária instalando ginásios e reivindicando que o Estado assumisse sua manutenção*, prática regulamentada pelo Código de Educação do Estado de São Paulo de 1933, que estabelecia as regras para a instalação dos ginásios nos municípios com a manutenção do Estado. Aos municípios cabia a responsabilidade de oferecer o prédio, as instalações, mobiliário e o material

didático, enquanto ao Estado, os gastos com o pagamento dos docentes e funcionários administrativos.

No final dos anos 1940, os ginásios floresciam na capital e no interior. Neles, havia a inclusão de bibliotecários na composição do quadro administrativo, sinalizando a existência de BEs, enquanto a maioria das escolas primárias estavam instaladas em barracões e prédios adaptados e muitas, não contava com espaços e equipamentos necessários para o seu funcionamento. As condições eram precárias, e não foram resolvidas pelas medidas paliativas que visavam atender um número maior de alunos. O Estado construía poucas escolas que, segundo Teixeira (1970, p. 396) “[...] ensinavam as crianças e adolescentes a serem, apenas, obedientes e terem domínio da vontade”. Os Grupos Escolares não eram contemplados com a designação de profissionais bibliotecários para suas instalações, indicando que nelas, não havia espaço e nem planos para a implantação de Bibliotecas.

Nos anos de 1950, a vida política e econômica brasileira sofreu grandes modificações. A população urbana crescia vertiginosamente. O crescimento demográfico, os processos de urbanização, industrialização e migração, a chegada de empresas de veículos automotores, a nova lógica de circulação de bens, serviços e pessoas, transformaram a paisagem brasileira. O Estado de São Paulo se consolidava como a maior potência industrial e financeira da federação sem ter solucionado o problema do déficit de vagas para crianças em idade escolar primária. Era muito grande o número de crianças sem acesso à educação elementar no sistema estadual de ensino.

Segundo Iglésias, Jânio Quadros assumiu o governo do Estado de São Paulo,

[...] fortalecendo o Poder Executivo em detrimento das práticas legislativas e arbitrando as disputas entre as classes sociais com o apoio da burguesia e das classes médias. [...] Jânio aplicou em relação à escola elementar, um conjunto de mecanismos apresentados como circunstanciais e provisórios: redução dos períodos letivos dos grupos escolares, em três ou quatro turnos diários; instalação de classes de emergência; aumento do número médio de alunos por classe, de 25 para 40; adoção do regime de promoção automática; construção de galpões de madeira, mobiliados com móveis feitos de caixotes. (IGLÉSIAS apud HILSDORF, 2011, p.115)

Com o intuito de corrigir a defasagem entre o número de alunos e de vagas escolares, foi assinado em 1949, um convênio entre o governo do Estado de São Paulo e a Prefeitura da Capital. Esse convênio tinha como objetivo construir prédios escolares, bem como, reformar e adequar imóveis para implantação de escolas. O prazo de

vigência estava previsto para encerrar 1954, ano de comemoração do IV Centenário, mas seguiu em vigor até 1959. Resultou na construção de cerca de setenta edifícios escolares, quinhentos galpões provisórios, trinta bibliotecas, noventa recantos infantis e de vinte parques infantis, além de reformas e de trabalhos de conservação.

O Convênio Escolar de São Paulo ocorreu em um momento de grande debate político em todo o país para reformular o sistema educacional e a afirmação da escola como equipamento da sociedade urbano-industrial. A preocupação do Convênio centrada na construção de novos estabelecimentos de ensino, não correspondia à urgência que a supressão da falta de vagas exigia, num tempo exíguo que atenuasse o problema, incitando a celebração, pelo Estado e municípios, de outros convênios. A biblioteca, equipamento da estrutura escolar, não dispunha de espaço físico e de inclusão no plano de aulas. Associar-se às bibliotecas do entorno da comunidade escolar, era a possibilidade considerada pela Lei nº 3.321, de 29 de dezembro de 1955:

Autoriza o Estado a estabelecer convênios com os municípios, para a criação e manutenção de bibliotecas infantis, e dá outras providências, que foi regulamentada pelo Decreto nº 32056, de 30 de abril de 1958 cuja ementa, Regulamenta a criação e manutenção de bibliotecas infantis na forma prevista pela Lei Estadual nº 3321, de 29.12.1955, e dá outras providências. No Artigo 1º Fica instituído, diretamente subordinado ao Serviço de Instituições Auxiliares da Escola do Departamento de Educação, na Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, o Setor de Bibliotecas Infantis, que terá a seu cargo a execução da Lei Estadual nº 3321, de 1955. O Artigo 6º- Como encarregados da biblioteca serão designados professores primários, postos à disposição do Setor de Bibliotecas Infantis pela Secretaria da Educação ou mesmo em prejuízo das funções do cargo efetivo, devendo esses professores realizar estágio de aperfeiçoamento em instituição especializada em biblioteconomia. § Único- Os professores que exercerem funções de encarregados da biblioteca, sem prejuízo das funções do cargo efetivo, farão jus a uma gratificação arbitrada pelo Governo do Estado, ouvida, a respeito à secretaria da Educação. O decreto estabelece também, nos Artigos 7º e 8º regras para auxiliares de direção das bibliotecas; nos Artigos, 9º ao 18º especifica a aquisição do acervo e funcionamento. (SÃO PAULO (estado), 1958)

O decreto estabelece que as Bibliotecas Infantis⁴⁴ conveniadas, estendam suas atividades a todas as crianças e jovens das escolas do seu entorno. Em se tratando de uma Biblioteca Pública, o acervo, as atividades e projetos são desenvolvidos para atendimento ao público em geral, mesmo que esse seja em sua maioria crianças e

⁴⁴ Doravante denominada BI

jovens, sem considerar o plano de ensino e a estrutura curricular, foco de atenção das BEs.

As BIs por meio desses Convênios, temporariamente substituiriam as BEs enquanto o Estado se dedicava à construção dos estabelecimentos de ensino. Interessante perceber a preocupação dos envolvidos em possibilitar aos alunos, a expansão dos conhecimentos adquiridos na sala de aula, com os livros, mantendo a influência das ideias de Anísio Teixeira e de outros educadores ligados à Escola Nova que pensavam a escola como um meio e levasse os alunos, a partir da compreensão dos desafios cotidianos, compartilhar a construção do bem comum a partir das diferentes aptidões e capacidades individuais. (SILVA, 1986).

No conturbado Brasil dos anos 1960, a Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, *Fixa as diretrizes e bases da Educação Nacional*. Esperada desde a Constituição de 1946, não correspondeu às expectativas. De acordo com Saviani:

[...] à parte as diversas limitações da lei, o texto incluía expressamente, entre os motivos de isenção da responsabilidade quanto ao cumprimento da obrigatoriedade escolar, o comprovado estado de pobreza do pai ou responsável e a insuficiência de escolas. Reconhecia-se assim, uma realidade limitadora do acesso ao ensino fundamental, sem dispor os mecanismos para superar essa limitação. (SAVIANI, 1997, p. 7).

A Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, *Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências*. A lei introduziu a distinção de terminalidade, ideal e legal, que corresponde à escolaridade completa de primeiro e segundo graus com duração de onze anos. Preconiza a antecipação da formação profissional de modo a garantir que todos saiam da escola com algum preparo profissional para ingressar no mercado de trabalho. Nesta lei, segundo Saviani: “o Estado brasileiro não se revelou, ainda capaz de democratizar o ensino, estando distante da organização de uma educação democrática de âmbito nacional”. (SAVIANI, 1997, p.7).

Na década de 1970, o Decreto nº 5.771, de 4 de março de 1975, *Fixa a estrutura básica das escolas de 1.º e 2.º graus e regulamenta os Artigos 11, 12 e 13 da Lei Complementar n. 114/74*, cujo Art. 2º inciso VII estabelece a lotação do cargo de bibliotecário para escolas com mais de 20 classes. Vários dispositivos legais são

publicados nas décadas seguintes sobre o ensino paulista. Em muitos deles, a biblioteca está relacionada como um espaço obrigatório das unidades de ensino, deles podem-se citar: Decreto nº 7.709, de 18 de março de 1976; Decreto nº 10.623, de 26 de outubro de 1977, *que aprovam o regimento comum das escolas estaduais de 1º grau* e possuem uma seção específica sobre biblioteca e atribuições do bibliotecário; Decreto nº 11.625, de 23 de maio de 1978, do mesmo teor do anterior, *dirigido às escolas de 2º grau*; e a Lei nº 5.301, de 16 de setembro de 1986, *dispõe sobre a obrigatoriedade de local adequado para bibliotecas nos prédios escolares, estabelecendo sua previsão nas escolas a serem construídas, dando providências para que os prédios de escolas, já existentes, sejam dotadas de tal dependência*. Em algum momento, essas iniciativas se perderam e mesmo respaldadas nos atos jurídicos publicados e não revogados, sua aplicação não foi sentida e vista nos estabelecimentos de ensino paulista. (São Paulo (estado), 1975/1986).

A falta de implementação das BEs, estabelecidos nos atos jurídicos, acima relacionados, possivelmente serão reprisados com a Lei nº 12.244/10, mesmo que os seus dispositivos tenham estabelecido um prazo de dez anos para o pleno exercício legal. O dispositivo publicado, não trouxe compactuados, planos estratégicos que o viabilizassem. Falta um planejamento orçamentário, ampliação de espaços físicos e inclusão do profissional bibliotecário no quadro funcional das Secretarias de Estado da Educação. Segundo reportagem do jornal *O Estado de São Paulo*, publicada em 23 de janeiro de 2013, com base no censo escolar de 2008 e 2011, das 7.284 escolas construídas no país neste período, nenhuma delas foi contemplada com um espaço destinado à biblioteca. No Estado de São Paulo, 15.084 ⁴⁵estabelecimentos de ensino público não possuem bibliotecas.

2.2.2 Políticas Públicas para as Bibliotecas Escolares

Na Constituição, os Arts. 205 e 206 estabelecem que *a educação é direito de todos e dever do Estado*, tendo como princípios, entre outros, a *igualdade de condições para acesso e permanência na escola e a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e*

⁴⁵Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,em-72-5-das-escolas-nao-habibiblioteca-lei-preve-obrigatoriedade-ate-2020-imp-,987556>>. Acesso em: 27 mar. 2015.

divulgar o pensamento, a arte e o saber (BRASIL, 2010). A Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996, prioriza o ensino fundamental, disciplina a participação de estados e municípios no que se refere ao financiamento nesse nível de ensino (BRASIL, 2010). A LDB – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (BRASIL, 1996) consolida e amplia o dever do poder público para a educação em geral e em particular com o ensino fundamental. No Art. 22, declara que a educação básica, da qual o ensino fundamental está inserido, deve assegurar a todos *formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores*. Essa propositura confere ao ensino fundamental um caráter de terminalidade e de continuidade (CÔRTE e BANDEIRA, 2011, p. 5).

Na reforma do ensino médio, em 1969, o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEM) fazia referência à biblioteca, inserindo-a no ensino fundamental, como também havia a importância dos recursos bibliográficos e outras fontes de informação a serem disponibilizados na biblioteca escolar, como recursos imprescindíveis no processo ensino-aprendizagem.

As instalações para ciência e para biblioteca, a serem colocadas em cada escola são a base para a modernização do currículo e do ensino, tanto no que toca às humanidades como às ciências, e servirão de fonte de recursos educacionais necessários a um programa bem equilibrado. (POLKE, 1973, p.69)

As BEs são, muitas vezes, o primeiro e único equipamento público que possibilita o contato do aluno com diversificadas fontes de informação, o incentivo e motivação para a leitura, condições fundamentais para a formação de um público leitor, consciente do contexto educacional e social em que vive. A promoção da leitura deve ter início na educação básica, interromper um sistema de ensino que ainda funciona dentro de um esquema de reprodução de discursos, onde, na maioria das vezes, para uma parte dos alunos, notadamente aqueles de menor poder aquisitivo, as únicas fontes de conhecimento são o professor e o livro didático.

Iniciativas públicas quase sempre buscam estancar o sangramento da falta de ler em detrimento da remoção dos obstáculos ao direito de ter acesso à cultura, à leitura. A implementação das BEs em todas as escolas brasileiras, pode ser um passo na direção da democratização do acesso ao livro, extensivo a todos os suportes de registro do conhecimento e possibilidades para a aquisição de conhecimentos. Tentativas foram feitas, com algum sucesso na distribuição de materiais. Na década de 1980, foram

instituídos e desenvolvidos, no Brasil, o Projeto Ciranda de Livros, um convênio firmado entre a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ), a Fundação Roberto Marinho e a Fundação Hoeschet do Brasil. O projeto fez a distribuição de 60 livros de literatura para escolas públicas, de 1982 a 1985, durante seus quatro anos de existência, possibilitou que cerca de trinta e cinco mil escolas brasileiras, tanto da zona rural como da zona urbana, recebessem um acervo de 15 livros por ano.

O Programa Nacional de Salas de Leitura – PNSL (1984-1987) criado pela Fundação de Assistência ao Estudante – FAE (hoje extinto) – cujo objetivo era compor, enviar acervos e repassar recursos para ambientar as salas, um trabalho em parceria com as secretarias estaduais de educação e com universidades responsáveis pela capacitação de professores do ensino fundamental. (MAROTO, 2012)

Vale destacar ainda mais uma iniciativa de política pública para o resgate da leitura entre os educandos, o PNBE – Programa Nacional Biblioteca da Escola, gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Ministério da Educação; este tem por objetivo promover a leitura e o conhecimento de obras literárias entre professores e alunos e dotar as escolas públicas do ensino fundamental de um acervo básico formado por obras da literatura brasileira de referência e de material de apoio para crianças e jovens que frequentam as escolas de educação básica de todo o país. (MACEDO, 2005, p. 220)

Outro programa que merece registro é o PNLD - Programa Nacional do Livro Didático, um programa de aquisição e distribuição de livros didáticos gratuitos e de qualidade, para as disciplinas língua portuguesa, alfabetização, matemática, ciências, história e geografia, que se baseia na livre participação das editoras e na livre escolha dos professores. Seu objetivo é fornecer aos alunos da rede pública fundamental acesso ao livro didático, garantindo sua utilização por três anos consecutivos. O programa é de responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com exceção do Estado de São Paulo, que optou pela descentralização, recebendo os recursos do FNDE e responsabilizando-se pela execução. Em relação às bibliotecas, situadas propriamente no Estado de São Paulo, não há notícias de iniciativas inovadoras no sentido da universalização e requalificação das bibliotecas escolares da rede estadual de ensino (MACEDO, 2005, p. 221).

Apesar dos inúmeros dispositivos legais publicados, e aqui relacionados, não se tem notícia de medidas governamentais estadual paulista, que visem o aparelhamento para a elevação das condições e funcionamento das bibliotecas escolares.

Provavelmente, o Estado de São Paulo, assim como todos os outros da Federação, deverão se submeter à Lei nº 12.224 de 24 de maio de 2010, que *Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, que em seu Art. 3º*, estabelece:

Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis nºs 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998. (BRASIL, 2010)

2.2.3 Bibliotecas Escolares ou Salas de Leitura?

O poder de uma biblioteca não se resume ao mundo das palavras. O domínio da memória escrita e a acumulação de livros não deixam de ter significações políticas. São signos e instrumentos de poder. Poder econômico de quem pode comprar livros, poder intelectual daqueles que restringem ou não sua comunicação, sua circulação. “A história das bibliotecas é também a história do que uma sociedade, as instâncias de poder, um meio intelectual, decidem transmitir”. (JACOB, 2008, 15)

Numa biblioteca, a Sala de Leitura é local destinado à leitura de livros, periódicos e outros documentos do acervo. Difere, na configuração da Biblioteca, na organização, na função e no funcionamento. Os usuários vão para a Sala de Leitura após a intermediação do bibliotecário na busca e recuperação de materiais que necessitam para suas pesquisas e estudos, para ler. As Salas de Leitura, conhecidas e reconhecidas no espaço escolar, estão disponíveis nas escolas paulistas e como se apresentam, as funções que desempenham, parecem ter sido inspiradas nos Gabinetes de Leitura, Clubes de Leitura e Cafeterias, comuns, nos séculos XVII e XVIII na França, Alemanha, Áustria, Holanda, onde eram numerosas. Naquele tempo, por uma modesta quantia mensal, podia-se frequentá-las.

Darnton explica que:

[...] a leitura constituía uma experiência privada para o pequeno número de pessoas cultas que podiam se dar ao luxo de comprar livros. Mas muitas delas faziam parte de clubes de leitura, *cabinets littéraires* ou *LeseGesellschaften*, onde podiam ler quase tudo que quisessem, numa atmosfera social, por um pequeno pagamento mensal.[...] Os livreiros das províncias frequentemente transformavam suas livrarias em bibliotecas, e cobravam uma taxa pelo direito de frequentá-las. [...] Os clubes de leitura na Alemanha cresceram numa velocidade espantosa.

Aparentemente eram uma versão mais séria da cafeteria, ela própria uma instituição de leitura importante que se difundiu pela Alemanha desde o final do século XVII. Em 1760, Viena, Londres e Amsterdã possuíam suas cafeterias. DARNTON (2010, p.184)

O acesso aos materiais e a leitura são recursos indispensáveis para a ampliação do conhecimento disponibilizado em sala de aula e no contato professor e aluno. A ausência das BEs nas Escolas Estaduais de ensino fundamental paulistas, não eliminaram a importância do uso dos recursos complementares e de apoio ao processo de ensino e aprendizagem que a BE pode oferecer aos alunos e a comunidade escolar. A relevância do acesso aos materiais, uso de recursos informacionais, atividades para a promoção da leitura, foram motivos para que um grupo de professores das Escolas Municipais da Prefeitura implantassem um programa de leitura, descrito por Mendes,

[...] criado em 1972 por um grupo de professores e especialistas do ensino [...] que explorasse o livro. O programa se estendeu para três bibliotecas e cinco escolas prevendo visitas de alunos acompanhados de seus professores à biblioteca do bairro para conhecer seu funcionamento, tomar contato com os livros. À medida que essas escolas desenvolviam a programação de leitura, crescia o interesse dos alunos, fazendo-se necessária uma biblioteca dentro da escola para melhor atender ao aumento do desejo de ler e facilitar essa atividade. Foi necessária a criação de biblioteca escolar, de fato. (MENDES, 2006 p.3)

As SL nas escolas municipais de São Paulo, revestidas das funções da BE, no cumprimento dos objetivos do programa de leitura, contava com a participação do professor junto com o bibliotecário para desenvolver, na Biblioteca Pública do entorno da escola, atividades da hora do conto, entrevistas, dramatizações, leitura dirigida, leitura informativa e debates. (MENDES, 2006). O programa cresceu e expandiu para a maioria das escolas municipais. A responsabilidade pela organização do espaço, programação de atividades, foram atribuídas para o professor encarregado das SL, uma função específica para atender à demanda, subordinado ao diretor da escola. O treinamento para o desempenho das atividades, realizado por orientações normativas e com apoio técnico do Setor de Atividades de Leitura do Departamento de Planejamento e Orientação tinha por objetivo oferecer aos professores, noções sobre a organização do espaço, a organização e controle do acervo e o planejamento de atividades. As SL por normatização estavam vinculadas às classes do Ensino Fundamental e revestidas de particularidades que atendia às necessidades na área de comunicação e expressão.

Na gestão do prefeito Mário Covas, o projeto incorporou às suas atribuições a de ser utilizada em todas as séries da estrutura de ensino municipal como atividade complementar àquelas desenvolvidas na sala de aula e fomentar o gosto pela leitura.

Em 1990, na gestão da prefeita Luiza Erundina, a Portaria SE nº 4.580 de 16 de agosto de 1990, redenomina o responsável da SL, para *professores encarregados da sala de leitura*, e estabelece que as escolas com mais de 60 classes poderiam contar com dois professores.

Em 1992, a SL é reorganizada, a função do responsável passa a ser denominada, *professor orientador*, e cria coleções específicas para despertar hábitos de leitura, desde que haja condições físicas de instalação e não implique prejuízo da demanda escolar. O orientador recebe orientação pedagógica do Núcleo de Ação Educativa e da Divisão de Orientação Técnica da Coordenadoria dos Núcleos da Ação Educativa, sob a avaliação anual do Conselho de Escola. Se a escola tiver mais de 76 classes, serão quatro, os professores orientadores cuja função, segundo Mendes (2006, p. 6), se altera, “o papel do professor era de intermediador do objeto lido com o leitor, isto é, o professor deveria passar da postura de ler para ou pelo educando, para a postura de ler com o educando”.

Na organização e implantação das SL nas escolas municipais paulistas, as coleções têm intenções pedagógicas, respeitam o ato da leitura e no desenvolvimento das atividades para cativar e fidelizar os alunos na busca de novos conhecimentos, encontram nas especificidades da BE subsídios para conquistar seus objetivos. Essa configuração descarta a necessidade da SL formalizar-se como uma BE, visto que a gestão do espaço e das atividades são atribuições de um professor e não de um profissional bibliotecário, cujas atividades estão regulamentadas pela Lei nº 4084, de 30 de junho de 1962.

Diferente das SL, focadas no universo escolar e local, a proposta da BE, é calcada na abrangência da comunidade escolar e do entorno, para tanto deve ser montada e implementada de maneira que possa atender a um público mais abrangente, como professores, alunos de outras turmas e escolas, administradores e membros da comunidade, alargando seus domínios e assumindo o papel de equipamento público de propagação do conhecimento e cultura.

Na busca do reconhecimento por parte das autoridades do Estado, sobre a atuação e relevância da BE na comunidade escolar e no entorno como meio agregador e propulsor do desenvolvimento da educação há documentos e relatos no Conselho Regional de Biblioteconomia, formado por uma série de propostas, elaboradas por

bibliotecários e professores, interessados no desenvolvimento das atividades das BEs que foram enviadas à Secretaria de Educação, entre 1990 e 2000, composto de diagnósticos sobre a organização e atividades desenvolvidas pelas BEs da rede de Escolas Estaduais de ensino fundamental. Os diagnósticos são reveladores no que se refere aos espaços, mobiliário, acervo e atividades que Silva expõe,

Quando existem nas escolas, estes espaços não passam de depósitos de livros, ou de objetos de natureza variada. Às vezes, a biblioteca é um armário trancado, situado numa sala escura, ao qual os alunos têm acesso se alguém se dispõe a destrancá-lo, quando a chave é encontrada. Outras vezes, a biblioteca razoavelmente instalada, funciona em horários breves e irregulares. Há situações em que o espaço da biblioteca é utilizado não como lugar de estudo, de pesquisa ou leitura, mas de punição. E na melhor das hipóteses, ou menos pior, é o espaço onde os alunos vão copiar verbetes, trechos ou parágrafos dos mesmos livros e enciclopédias indicados pelos professores desde os tempos imemoriais. Quanto aos recursos humanos, poucos são os que demonstram disposição e preparo para desempenhar a tarefa da promoção da leitura entre os alunos, ou mesmo formação especial para organizar, planejar e disponibilizar o acervo. Normalmente estes espaços são administrados por professores que por doença, velhice ou fastio pedagógico são encostados nas bibliotecas escolares, visto que este, no espaço escolar, o melhor lugar para o repouso profissional, até que chegue a aposentadoria ou outra oportunidade de trabalho. (SILVA, 2003, p.16)

A exclusão social da BE na escola e nos dispositivos dos sistemas educacionais, ao longo dos tempos, são produtos históricos resultantes de sucessivas omissões, negligências, incompetências, descontinuidades de políticas do poder público em relação à educação, e que ainda esperam por soluções razoáveis. Reformas, planos e leis, nem sempre implantados e executados, muitas vezes revistos e abandonados ou atravancados pela falta de integração ministerial refletindo a falta de planejamento e compromisso político e social com as causas que envolvem a educação.

Com um olhar mais atento para as BEs paulistas, percebe-se que a descontinuidade de políticas públicas, o abandono dos planos para a implementação delas nas escolas, seguem as mesmas trajetórias verificadas nos sistemas educacionais como um todo. Mendes (2006), isenta as SL das Escolas Municipais de São Paulo, nesta trajetória e relata nas suas pesquisas,

[...] considera-se que, apesar das duas administrações que a Prefeitura do Município de São Paulo teve nesse período trabalharem com propostas políticas diferenciadas, a SL não só se manteve enquanto

proposta como também se sedimentou ainda mais na escola. Esse período demonstra que o Projeto SL foi se inserindo gradativamente na vida das escolas, se fixando, criando raízes e se incluindo, cada vez mais, na organização do processo pedagógico da escola, envolvendo a grande maioria do alunado e dos professores. (MENDES, 2006, p. 6)

Na percepção de Mendes (2006, p. 8), “a SL foi concebida (no município de São Paulo) como multi-espço. Assim, esse espaço que era idealizado para a mediação da leitura – entre o professor, o aluno e o texto – passou a ser apreciado como local para promoção do acesso ao livro por escolha e informação”. No que se refere ao acesso ao livro, a análise pousa sobre os dados da indústria editorial em que o Brasil está posicionado em oitavo lugar no mundo e apenas 20% da população alfabetizada compram livros. Estes dados refletem que, possivelmente, a população pré-letrada ou de baixa escolaridade lê pouco ou não lê, sem descartar que metade da produção editorial brasileira é composta de livros didáticos adquiridos, em sua maior parte, pelo poder público, para distribuição gratuita nas escolas por meio dos programas de incentivo de acesso ao livro e a leitura. (MARCILIO, 2005)

Na legislação pesquisada, sobre as Escolas Estaduais de ensino fundamental paulista, particularmente sobre a BE, os dispositivos legais em vigor não tratam da BE e da SL. Considerando a legislação, as BEs não existem nas Escolas Estaduais de ensino fundamental e médio. Os livros recebidos dos programas, como PNBE, PNLIJ, PNLD, quando não são descartados, ficam armazenados em alguma sala vazia, em armários trancados na diretoria ou administração e não chegam, muitas vezes, até as mãos dos alunos.

CAPÍTULO III - BIBLIOTECAS ESCOLARES: OBRIGATORIEDADE DA LEI Nº 12.244/10

3.1 Bibliotecas Escolares e Leitura

A leitura permite aos indivíduos conhecer outras culturas, identidades diversas, afetos e valores. Abre oportunidades para descobertas de novas vidas, ensina o caminho para o respeito à diversidade individual e cultural. Uma riqueza que não pode ficar à margem do processo de ensino e aprendizagem das escolas, nem da oferta educacional e cultural que as instituições públicas fomentam. Ler é uma atividade completa, formativa e prazerosa que deve ser incentivada nas escolas. A leitura facilita a aprendizagem e se converte em um veículo para construir significados e pode ser uma via para tornar o ensino mais atraente e despertar o interesse dos alunos. Uma estratégia para melhorar a qualidade do ensino e favorecer a coesão da comunidade educacional.

Os efeitos propiciados pelo acesso e contato com os registros do conhecimento pela comunidade escolar reforçam a preocupação dos educadores e legisladores com a formação de indivíduos conscientes, e vêm na concepção de ações que propiciem o domínio do código escrito uma contribuição significativa para o desenvolvimento de competências e habilidades para que os alunos possam transitar com desenvoltura e autonomia em qualquer ambiente.

Segundo a OIE – Organização dos Estados Ibero-Americanos⁴⁶ (2011),

[...] as bibliotecas escolares são reconhecidas por organizações internacionais como a chave para a consecução dos objetivos das políticas públicas de leitura peças do sistema de ensino. [...] um instrumento de apoio ao currículo de todas as disciplinas, bem como um importante instrumento de educação para a criação de hábitos de leitura no conjunto da população escolar. (OIE, 2011)

A aventura de ler parece ser ainda uma ventura de poucos, apesar dos avanços editoriais, do comércio de livros, dos meios de comunicação de massa, ainda não diminuiram a distância entre os alunos e os registros de conhecimento. Sem a multiplicação e a manutenção de bibliotecas e espaços de leitura modernos que insiram

⁴⁶ A Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) é um organismo internacional de caráter governamental para a cooperação entre os países ibero-americanos no campo da educação, da ciência, da tecnologia e da cultura no contexto do desenvolvimento integral, da democracia e da integração regional. O financiamento da OEI e dos seus programas está coberto pelas quotas obrigatórias e as contribuições voluntárias dos Governos dos Estados-Membros, instituições, fundações e outros organismos. Disponível em: < <http://www.oei.org.br/index.php?secao=quem-somos>> Acesso em: 14 fev. 2016.

os estudantes nas linguagens do século XXI, leis e dispositivos não serão capazes de interromper o ciclo vicioso da indiferença e de maus tratos que a BE vem sendo submetida há tempos nos planos educacionais paulistas.

O domínio da linguagem oral e escrita é condição para a transformação de homens em cidadãos. A preocupação da UNESCO na promoção de uma sociedade leitora, sempre esteve presente entre os seus objetivos, fato é que, na década de 1970, esse foi seu lema. Nos anos de 1990, propõe um esforço mundial para a alfabetização e atribui à leitura a única e insuperável metodologia para alcançar esse objetivo. Segundo Yunes,

Não é possível estimular a leitura e cativar novos leitores se não estamos convencidos das vantagens de ler. Não seremos capazes de converter analfabetos ou iletrados em leitores se não estamos convencidos da importância da leitura. Nós que estamos como intermediários entre os livros e as crianças — pais, mestres, bibliotecários, editores, livreiros e produtores culturais —, se não vivemos a leitura como um ato permanente de enamoramento com o conhecimento e a informação, se não praticamos o prazer da convivência com a leitura, não lograremos promovê-la, nem ampliaremos o número de leitores. (YUNES, 1994, p. 20)

A intenção de formar e promover leitores se vê refletida em programas de fomento à leitura na Europa, como *Apenteur Lesen*, na Alemanha, e *La Fureur de Lire*, na França e no Brasil, o PROLER e o PNBE, entre outros, que reforçam o *Manifesto da Unesco para a Biblioteca Escolar*. Publicado em 2000, pela IFLA e aprovada pela UNESCO, o documento afirma que,

A biblioteca escolar propicia informações e ideias que são fundamentais para atuar com sucesso na sociedade atual, baseada em informação e conhecimento. A biblioteca escolar habilita os estudantes para aprender ao longo da vida e desenvolve a imaginação, preparando-os para viver como cidadãos responsáveis. (IFLA/UNESCO, 2005).

A UNESCO têm desenvolvido iniciativas que vêm de encontro à Declaração dos Direitos da Criança que adotou em 1959 e que entre, proteção, saúde, abrigo, boa nutrição, o direito à educação é o cerne e parte integrante das atribuições constitucionais da UNESCO, que defende “oportunidades de educação plenas e iguais para todos [...], e em promover o ideal de igualdade de oportunidades educacionais”. (Apud FRAMER, 2008)

Em geral, os programas de incentivo à leitura e ao desenvolvimento das BEs, são fruto de políticas públicas e a UNESCO tem consciência do impacto que as diferenças entre povos e governos, ideologias educacionais, infra-estrutura tecnológica, instabilidade econômica e política, causam na implantação e manutenção de bibliotecas. No que pese as restrições políticas e sociais, a ONU tem ajudado a proliferação e desenvolvimento de bibliotecas, incluindo as BEs.

É importante reconhecer que não é suficiente implantar BEs, em todas as instituições de ensino para que a leitura seja incorporada nas atividades e hábitos dos alunos. Os professores bem como toda a comunidade escolar, precisa desfrutar da leitura e incorporar a sua utilização nas aulas e nas atividades escolares, intra e extraclasse. A existência de BEs, no espaço escolar, não garante o acesso e o uso dos materiais para complementação do conhecimento explicitado na sala de aula. Sem dúvida, a existência de BEs, facilita o despertar e o interesse dos alunos na descoberta de possibilidades encerradas no acervo. Portanto, é pertinente a existência de BEs na escola, mas é preciso que elas sejam vistas e entendidas como uma necessidade e uma riqueza pelos professores em sua ação educativa e pelos alunos, no estabelecimento de relações com o conhecimento em torno dos livros e materiais do acervo.

O *Manifesto* para Biblioteca Escolar da IFLA/UNESCO, traz no seu conteúdo uma série de proposições para a implantação, organização e manutenção das BEs. O documento, disponibilizado entre os países membros e participantes da UNESCO, incitou uma série de discussões entre os profissionais atuantes nas BEs, sejam eles, bibliotecários, professores atuantes em bibliotecas, gestores de estabelecimentos de ensino e estudiosos da educação, ciosos na busca incessante para a qualidade e melhoria da aprendizagem e cômicos da abrangência e capilaridade da BE, representada nas palavras de Moro e Estabel, que destacam,

Na universidade chegam poucos, mas na escola circulam milhares, por isso a biblioteca escolar congrega um universo de usuários. Neste espaço universal e democrático, por onde circulam o aluno, o professor, o diretor, o funcionário, entre outros, o acesso à informação é a chave da inclusão de todos. A biblioteca escolar perpassa a linha do tempo, seja na memória de quem por ela passou, seja no presente de quem dela faz uso, seja no futuro para a geração que virá ou que ainda não chegou à escola. (MORO e ESTABEL, 2008, p.62)

Diante das características que possui como equipamento de apoio no processo ensino e aprendizagem, amplitude dos usuários que abrange, e a sua representação no

universo educacional, percebe-se a publicação de dispositivos legais que a priori, garantem a implantação, organização e manutenção da biblioteca na ambiência escolar. Após a divulgação do *Manifesto* da IFLA/UNESCO, em 2005 no Brasil, deparamos com o Decreto nº 7.084, de 27 de janeiro de 2010 que, *Dispõe sobre os programas de material didático e dá outras providências*. Este decreto consolida as várias alterações sofridas pelo PNLD, ao longo de décadas. O programa teve origem em 1929, no Instituto Nacional do Livro (INL) e se manteve ativo e atuante no que se refere ao provimento de obras didáticas, pedagógicas e literárias e de outros materiais de apoio à prática educativa, nas escolas de educação básica pública das redes federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal de forma sistemática, regular e gratuita. Responsabiliza as escolas pela escolha dos livros didáticos desde que estejam de acordo com as resoluções do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. A seleção dos dicionários e materiais de apoio à prática educativa ficaram, nas atribuições estabelecidas no decreto, sob a responsabilidade do Ministério da Educação. Na origem, é evidente a intervenção do Estado no INL, segundo ROSA e ODDONE (2006),

A intervenção do Estado, pelo INL, na qualidade da difusão da informação pelos livros que comporiam os acervos das bibliotecas públicas foi bastante clara, sobretudo no período pós-64.[...] Considerando o quadro político, econômico e cultural daquele período, as ações do INL não devem ser tomadas apenas nos seus pontos negativos. Sua contribuição para o desenvolvimento da biblioteca pública no Brasil foi expressiva, bem como no desenvolvimento da biblioteconomia para a formação de recursos humanos especializados. Em 5 de novembro de 1987, por meio da Lei nº 7.624, o Instituto Nacional do Livro e a Biblioteca Nacional passaram a integrar a Fundação Nacional Pró- Leitura, que em 12 de abril de 1990 foi extinta, pela Lei nº 8.029, sendo suas atribuições transferidas para a Fundação Biblioteca Nacional. (ROSA e ODDONE, 2006, p.186-187)

A tutela do Estado na escolha dos materiais para atender as determinações dos programas do INL, atinge o PNLD durante a sua atuação. No Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985, o programa sofre algumas mudanças: indicação dos livros pelos professores, extinção do livro descartável para permitir a sua reutilização, aperfeiçoamento das especificações técnicas para produção dos livros, ampliação da oferta para os alunos de todas as séries e, finalmente, a participação dos professores no processo de escolha dos livros e o fim da participação financeira dos estados. (BRASIL, PNLD, 1985). Atualmente, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) mantém, com recursos financeiros do Orçamento Geral da União e da

arrecadação do salário educação, os programas voltados para o livro didático - PNLD e PNLEM⁴⁷. No final do processo para a aquisição dos livros, é elaborado um Guia dos Livros Didáticos para que os professores escolham os livros a serem adotados. Segundo Hofling, “a intensa participação de algumas editoras no PNLD, que dispõem de efetivas ferramentas de divulgação, interfere na escolha feita pelo professor” (Apud, ROSA e ODDONE, p.191).

O objetivo do Programa, oferecer a oportunidade de contato com os materiais à comunidade escolar, satisfaz um dos propósitos explicitado na missão do *Manifesto* (IFLA/UNESCO, 2005), “promoção de serviços de apoio à aprendizagem e livros aos membros da comunidade escolar, oferecendo-lhes a possibilidade de se tornarem pensadores críticos e efetivos usuários da informação, em todos os formatos e meios” e, ao mesmo tempo exhibe, de acordo com (CHARTIER, R. 1998, p.21) “a presença, como apresentação pública de algo ou alguém. [...] entre representação e representado, entre signo e significado.”

A Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, no Art. 2º, define BEs, “considera-se biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura.” (BRASIL, 2010). Na análise do texto legal, verifica-se uma preocupação dos legisladores em estabelecer uma definição para BE, e esclarecer sobre o uso e propósito do ambiente, que no Brasil, reveste-se de outras denominações no espaço escolar, como Salas de Leitura, Cantinhos de Leitura ou de Livros, e são encontrados nas salas de aula, corredores, ou não existem. A respeito da denominação, muitos atribuem as divergências aos limites impostos pela legislação que exige a presença de um profissional bibliotecário para que se denominem *bibliotecas*. Sobre este aspecto, a Lei nº 12.244/2010, no Art. 3º estabelece:

Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis

⁴⁷ Implantado em 2004, pela Resolução nº 38 do FNDE, o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) prevê a universalização de livros didáticos para os alunos do ensino médio público de todo o país. Os alunos recebem livros didáticos de língua portuguesa, matemática, geografia, história, física, química, biologia, sociologia, filosofia e de língua estrangeira (inglês ou espanhol). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnlem> > Acesso em: 16.03.2016

n^{os} 4.084, de 30 de junho de 1962⁴⁸, e 9.674, de 25 de junho de 1998⁴⁹. (BRASIL, 2010)

As leis mencionadas, dispõem respectivamente, *sobre a profissão do Bibliotecário, regula seu exercício e dá outras providências*. No *Manifesto*, o capítulo 3 trata exclusivamente dos recursos humanos necessários para a organização e manutenção da BEs e explicita:

O bibliotecário escolar é o membro profissionalmente qualificado, responsável pelo planejamento e gestão da biblioteca escolar. Deve ser apoiado tanto quanto possível por equipe adequada, trabalhar em conjunto com todos os membros da comunidade escolar e deve estar em sintonia com bibliotecas públicas e outros. (IFLA/UNESCO, 2005).

O *Manifesto*, neste quesito, se adapta às exigências legislativas de cada país membro. Sobre o assunto, na Espanha, esclarece, “ La responsabilidad de la biblioteca recaerá en aquel miembro del equipo escolar cualificado profesionalmente para hacerse cargo de la planificación y funcionamiento de la biblioteca escolar[...]” (IFLA/UNESCO, 2000). Independente se haja ou não um dispositivo legal, local, que exija um profissional específico para desempenhar as atividades na BEs, o *Manifesto* sugere que na gestão e manutenção das BEs, o profissional seja especialmente preparado e treinado para desenvolver com qualidade, o processo de ensino-aprendizagem e desempenhar bem, as suas principais funções, cultural e a educativa.

3.2 Lei nº 12.244/10: dificuldades para a implantação

A BE é um projeto institucional em contínuo desenvolvimento que busca estabelecer relações de interação entre o sujeito, a informação e a cultura. Neste contexto, a biblioteca é também um espaço de expressão, além de ser reconhecida como um centro de difusão e disseminação. (AMARO, 1998).

⁴⁸ Lei nº 4084 de 30 de junho de 1962. *Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-1962-353848-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 30 set. 2015.

⁴⁹ Lei nº 9674, de 25 de junho de 1998. *Dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário e determina outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9674.htm> Acesso em: 30 set. 2015.

O censo escolar realizado em 2015 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), contabilizou aproximadamente 23 milhões de alunos matriculados no ensino fundamental, descartando, aqueles matriculados nas creches e pré-escola. Destes, 85% estudam em escolas da rede pública nas quais, 33,7% dos estabelecimentos de ensino estão contemplados com BEs.

Tabela 3.1 - Ensino Fundamental Brasileiro. Matrículas iniciais em 2015

Matrículas Iniciais				
Ensino Regular				
Ensino Fundamental				
	Anos Iniciais		Anos Finais	
BRASIL	Parciais	Integrais	Parciais	Integrais
Estadual Urbana	1.739.633	266.488	4.495.434	520.798
Estadual Rural	127.567	30.848	220.613	47.475
Municipal Urbana	6.200.550	1.742.785	3.156.385	747.032
Municipal Rural	1.626.823	680.973	776.205	376.555
Estadual e Municipal	9.694.573	2.721.094	8.648.637	1.691.860

Fonte: MEC/INEP – Censo Escolar 2015

Uma vez que a lei de universalização das bibliotecas estabelece a obrigatoriedade da implantação e manutenção de BEs em todos os estabelecimentos de ensino, a revelação de que menos da metade ⁵⁰ das escolas possuem bibliotecas nos seus espaços, coloca uma distância muito grande entre as exigências legais e o cumprimento delas. Para atendê-las, o Brasil precisaria construir BEs diariamente até 2020, fato que foi alvo da matéria publicada no jornal *O Estado de São Paulo*⁵¹, no dia 23 de janeiro de 2013, pela repórter Ocimara Balmant, com a seguinte manchete: Em 72,5% das escolas não há bibliotecas: Lei prevê obrigatoriedade até 2020, expõe:

O Brasil precisa construir 130 mil bibliotecas até 2020, para cumprir a Lei nº 12244/10. Seria necessário construir 34 bibliotecas por dia, de acordo com o movimento, “Todos pela Educação”, com base no censo escolar de 2011. Segundo a reportagem, o Estado de São Paulo apresenta um dos piores índices, sendo que 85% das escolas não possuem bibliotecas. Um enorme prejuízo, segundo a edição de 2012, do censo “Retratos do Brasil”, pois a BE está à frente de qualquer outra fonte de acesso ao livro, para crianças de 5 a 17 anos. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2013)

⁵⁰ De acordo com a OCDE – Pontuação PISA e o percentual de Escolas com Bibliotecas, no Brasil, apenas 33,7% das escolas possuem Bibliotecas. (ver p. 47-48) e segundo o Censo Escolar da Educação Básica – MEC/INEP, 2013, apenas 43,9% dos estabelecimentos de ensino possuem Bibliotecas. (ver p. 46).

⁵¹ O Estado de São Paulo. Disponível em: < <http://http://www.estadao.com.br/noticias/geral,em-72-5-das-escolas-nao-ha-biblioteca-lei-preve-obrigatoriedade-ate-2020-imp-,987556> > Acesso em: 30 set. 2015.

Esta exposição, aqui mencionada se justifica porque são fatos extralegislação, que irão impactar na implantação das BEs. A inexistência de espaços especialmente destinados para o funcionamento das bibliotecas, perpetua o improvisado dos espaços acanhados e sem atrativos para a comunidade escolar, o desleixo com a organização do acervo e a ausência de profissionais para fazer cumprir a missão que, segundo (MACEDO, 2005, p. 168), define-se numa frase enxuta: “Informar educando [...]. Para o cumprimento da sua missão, a BE deve ser um organismo cuidado sob princípios técnicos e educativos, bem organizados, com objetivos bem definidos, tendo como alvo, o aprendiz”.

Em se tratando de espaços improvisados no ambiente escolar, destinados à biblioteca, este muitas vezes recebe outras nomenclaturas para designa-la como lugar de encontro dos usuários com os materiais e suportes do conhecimento humano, incitando por vezes, estudos e olhares atentos dos estudiosos e interessados nas atividades executadas no seu interior, em benefício à expansão do conhecimento. Na análise das nomenclaturas, BE ou SL, no que tange à legislação do ensino paulista, nas pesquisas realizadas, observa-se que as normas jurídicas ordinárias não mencionam a SL. Referem-se à coleção de livros para uso e consulta da equipe escolar, como Biblioteca. Essas nomenclaturas têm, para os Bibliotecários, representatividades diferentes. À Biblioteca pressupõe um acervo organizado de forma sistemática, intermediado, no seu uso, por profissionais habilitados para a recuperação de dados, informações e materiais nos diversos suportes de registros que atendam às necessidades informacionais dos usuários. Enquanto a SL, diz-se de uma coleção de livros e materiais disponíveis para o uso, sem organização sistemática, sem intermediação, sem a oferta de produtos e serviços que possam satisfazer os usuários. A SL representa, pois, o local onde se lê, onde se executa o ato de ler.

Uma das características que diferenciam as BEs das SL, Cantinhos de Livros, e outros espaços representativos da *biblioteca*, é a intermediação do acervo e os usuários, realizada por profissionais especializados e treinados, com formação em Biblioteconomia, familiarizados com técnicas para a gestão de acervos e a elaboração de produtos e serviços que aproximem os materiais e a comunidade escolar. Profissionais bibliotecários ensaiam a inserção na estrutura de cargos da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE), como Analista Sociocultural - Bibliotecário e são outro fator, extralegislação, que distancia o cumprimento dos dispositivos da Lei

12.244/2010. No último censo realizado pelo Sistema CFB/CRBs⁵², em 2013, o número de bibliotecários em exercício no Estado de São Paulo, não são suficientes para suprir as 5.639 escolas estaduais, bem como nos outros estados da Federação.

Tabela 3.2 – Sistema CFB/CRBs – Bibliotecários no Brasil⁵³

Regional	UF	Total de Inscritos	Total de Ativos
CRB-7	RJ	6.515	3.185
CRB-8	SP	9.239	4.778
CRB-9	PR	1.344	797
CRB-10	RS	2.247	1.139

Fonte: CFB – Conselho Federal de Biblioteconomia - 2016

Sobre os profissionais atuantes na BE e suas atividades, o *Manifesto* (2005, p.1) indica, “O quadro de pessoal da biblioteca constitui-se em suporte ao uso de livros e outras fontes de informação, desde obras de ficção até outros tipos de documentos, tanto impressos como eletrônicos, destinados à consulta presencial ou remota.” Atribui ao profissional que atua na BE, a responsabilidade pela organização do acervo, livros, revistas, mapas, dicionários, enciclopédias, entre outros, elaboração e implantação de procedimentos para viabilização do empréstimo dos materiais, providenciar metodologias e ferramentas que agilizem a consulta, auxiliar e orientar os usuários no uso da biblioteca, mas prioritariamente criar e desenvolver programas e atividades de incentivo à leitura, participar do planejamento escolar e inserir-se como participante ativo de todas as atividades da escola. O documento da IFLA/UNESCO, pondera sobre os recursos humanos na BE,

O bibliotecário escolar é o membro profissionalmente qualificado, responsável pelo planejamento e gestão da biblioteca escolar. Deve ser apoiado tanto quanto possível por equipe adequada, trabalhar em conjunto com todos os membros da comunidade escolar e deve estar em sintonia com bibliotecas públicas e outros. O papel do bibliotecário escolar varia de acordo com orçamentos, currículos e metodologias de ensino das escolas, dentro do quadro legal e financeiro do país. Em contextos específicos, há áreas gerais de conhecimento que são vitais se

⁵² Sistema CFB/CRBs. Autarquias federais, previstas na Lei nº 4084 de 1962, instalados oficialmente em março de 1966. O CFB acompanha o desenvolvimento da Biblioteconomia no Brasil, e realiza a fiscalização do exercício profissional do bibliotecário, juntamente com os 14 Conselhos Regionais. Disponível em < http://www.cfb.org.br/historico/historico_01.htm > Acesso em: 12 mar.2016.

⁵³ A Tabela completa do Total de Bibliotecários Inscritos e na Ativa por Estados da Federação. Disponível em: <blog.crb6.org.br/artigos-materias-e-entrevistas/cfb-divulga-o-numero-de-bibliotecarios> Acesso em: 12 mar.2016

os bibliotecários escolares assumirem o desenvolvimento e a operacionalização de serviços efetivos: gestão da biblioteca, dos recursos, da informação e ensino. Em vista do crescimento dos ambientes de rede, os bibliotecários escolares devem tornar-se competentes no planejamento e na instrução das diferentes habilidades para o manuseio de novas ferramentas de informação, tanto a professores como a estudantes. Portanto, devem obter contínuo treinamento e desenvolvimento profissional. (IFLA/UNESCO, 2005, p.2)

A BE, reconhecida como recurso educacional, deve, ela e o seu uso, estar integrado a um projeto educacional da escola, como elemento ativo que favoreça os processos de ensino e aprendizagem e apoie o trabalho dos docentes. Portanto, é compreensível que a BE necessite de ações específicas de gestão bibliotecária de organização e de recursos que garantam um ambiente estável, propício para o desenvolvimento de atividades educacionais. Assim sendo, participa do projeto da escola, colabora com o desenvolvimento dos conteúdos explicitados nos planos de ensino de diferentes disciplinas e áreas do conhecimento. Nesse contexto, o profissional responsável pela BE, é um profissional que mantém uma parceria com o corpo docente, um ponto de referência para questões editoriais de leitura e literatura, com habilidades específicas para a pesquisa com o uso de ferramentas informacionais.

Não é possível abortar a gestão da BE, diante das dificuldades reais apreciadas, de suas instalações, dos equipamentos e especificamente dos produtos e serviços. Como parte da escola, é preciso que ela preserve uma estrutura organizacional e que garanta no seu espaço, a possibilidade do encontro, propício para o desenvolvimento e aprendizagem, além de ser adequado para as descobertas da leitura. A gestão deve incluir elementos da coordenação da *biblioteca* com os aspectos da administração e considerar suas ações no planejamento escolar. A BE, segundo Roca,

[...] no âmbito da ação pode ser descrita em duas dimensões que possibilitam ver e materializar suas funções básicas e as diversas contribuições que ela traz para o projeto curricular e educacional da escola, trata-se da dimensão física e da dimensão educacional.[...] A primeira facilita e favorece a realização de atividades reais vinculadas a trabalhos de pesquisa e a intervenções da leitura. E a segunda, graças ao recurso humano, [...] conduz um trabalho de apoio pedagógico interdisciplinar no âmbito da organização e do planejamento escolar. (ROCA, 2012, p.25)

Designar para a gestão, pessoal especialmente treinado para gerenciar o espaço e os acervos escolares. Ambiente, acervo e profissionais adequados foram os requisitos dispostos na Lei nº 12.244/10 como meios para a obtenção de retorno no desempenho dos alunos no âmbito escolar e o cumprimento dos objetivos das BEs, que segundo Amato e García, são:

Ampliar conhecimento visto ser uma fonte cultural; Colocar à disposição dos alunos um ambiente que favoreça a formação e desenvolvimento de hábitos de leitura e pesquisa; Oferecer aos professores o material necessário à implementação de seus trabalhos e ao enriquecimento de seus currículos escolares; Colaborar no processo educativo, oferecendo modalidades de recursos, quanto à complementação do ensino-aprendizado, dentro dos princípios exigidos pela moderna pedagogia; Proporcionar aos professores e alunos condições de constante atualização e de conhecimentos, em todas as áreas do saber; Conscientizar os alunos de que a biblioteca é uma fonte segura e atualizada de informações; Estimular nos alunos o hábito de frequência a outras bibliotecas em busca de informação ou lazer; Integrar-se com outras bibliotecas, proporcionando: intercâmbios culturais, recreativos e de informações. (AMATO e GARCIA, 1989, p.12)

No desenrolar da pesquisa, na busca pelos dispositivos legais que tratavam da BE, é impossível não entender a justificativa dada pelos diversos legisladores ao incluir a BE no contexto educacional. Outorgam à BE, a dimensão física, apregoada por Roca (2012) ao lhes atribuírem, a facilidade no processo ensino aprendizagem e as ações para a promoção da leitura na escola, como recursos específicos e principais funções. Segundo Roca (2012),

[...] a BE não deve ser conceituada como um centro de recursos a serviço da aprendizagem, mas sim como um contexto de aprendizagem que graças à interação com determinados recursos, processos de ensino e aprendizagem e práticas de leitura são facilitados. (ROCA, 2012, p.26)

A exigência especificada na Lei nº 12.244/10 em respeito à Lei nº 4084/62, no que se refere ao exercício das atividades profissionais do bibliotecário, o legislador respeita a regulamentação e a dimensão física da *biblioteca*. É o aspecto mais visível, sem deixar de ser importante para a prática educacional, a organização do espaço, a designação de mesas para desenvolvimento de trabalhos em grupos, pontos para a leitura individual e coletiva, uso de computadores e projetores para a realização de apresentações, lugares específicos para materiais especiais. (ROCA, 2012).

A organização do espaço pressupõe facilitar a comunicação, visto que, os processos de ensino e aprendizagem são processos comunicacionais com uma função mediadora. A sala de aula é um ambiente de comunicação, fala e escuta, lê e escreve. Sem comunicação não há educação. O uso dos materiais da BE deve ser incentivado pelo professor por meio de uma ou mais demandas surgida em sala de aula. O uso da BE deve ser feita como apoio pedagógico ao trabalho do docente, numa ação articulada e contextualizada que responda as comunicações didáticas da sala de aula. Portanto, no que pese as exigências legais, o profissional, responsável pela BE, deve ter clareza dos objetivos dos docentes e dos planos de ensino, para que possa desenvolver ações que propicia a sua concretização.

3.3 Bibliotecas Escolares: programas e incentivos

Conforme destacado anteriormente, o papel e a função da BE no processo de ensino-aprendizagem são incontestáveis e foi alvo de inúmeras tentativas de implantação nas escolas estaduais de ensino fundamental paulistas, estabelecidas nos dispositivos legais publicados ao longo de décadas. Os esforços não se restringiram ao Estado de São Paulo. Alcançaram todos os estados da federação. Com o intuito de subsidiar a implantação de fato, programas de incentivo foram elaborados pelo MEC, Fundação Biblioteca Nacional, secretarias estaduais, da cultura, da educação, e têm se repetido e reinventado projetos, com o objetivo despertar o gosto pela leitura e construir pelo menos uma biblioteca em cada município, sem lograr êxito. Verbas e esforços são despendidos e os resultados esperados não são percebidos. Assim como na implantação de BEs, os projetos pecam pela discrepância entre envio de acervos e a falta de definição e provimento de ações para organizar, promover a utilização e a preservação dos acervos dispostos em estantes, armários, gavetas, cantinhos e não atingem os usuários e os saberes neles existentes. A distância e a dissociação entre a sala de aula e o acesso ao conhecimento registrado, por meio da leitura e da pesquisa em fontes de informação na escola, disponibilizadas e organizadas sistematicamente, são fatores que comprometem o resultado na qualidade do ensino.

Entre os programas de incentivo para a implantação de BE, destaca-se o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), criado em 1997 sob a supervisão do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), uma iniciativa do governo federal com o objetivo de,

Estimular o hábito da leitura no aluno, melhorando a aprendizagem por meio da utilização de material paradidático em sala de aula e prover acervos bibliográficos, materiais didáticos e de referência de qualidade, prioritariamente nas escolas públicas do Ensino Básico das redes federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, visando promover a leitura, além de propiciar melhores condições para inserção dos alunos das escolas públicas brasileiras na cultura letrada. (BRASIL.PNBE, 2008, p.1)

Os recursos financeiros necessários para o cumprimento dos objetivos provêm do Orçamento Geral da União e da arrecadação do salário-educação. A execução das ações do programa são centralizadas, ocorrem em parceria entre o FNDE e a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação com o apoio logístico das escolas públicas, prefeituras e secretarias estaduais e municipais de Educação.

O PNBE é direcionado à aquisição e à distribuição de obras literárias às escolas públicas de educação infantil (creche e pré-escola), anos iniciais e finais do ensino fundamental (1º ao 5º e 6º ao 9º ano), educação de jovens e adultos (ensino fundamental e médio) e ensino médio, com acervos de títulos de diversos gêneros literários, como crônica, novela, romance, bibliografia, teatro, poema, livros de imagens, histórias em quadrinhos, entre outros (FNDE, 2016⁵⁴). Para atingir os objetivos do programa, especialmente no ensino fundamental, do 1º ao 5º ano, foi investido em 2014, o montante de R\$ 31.616.454,48 (Trinta e um milhões, seiscentos e dezesseis mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), beneficiando 104.745 escolas e 13.226.845 alunos.

Os dados estatísticos de 2014, conforme Tabela 3.3, apresentam o segue,

⁵⁴ Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/programas/biblioteca-da-escola/biblioteca-da-escola-dados-estatisticos>> Acesso em: 12 mar. 2016

Tabela 3.3 - PNBE – Execução do Programa - São Paulo - 2014

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE					
PROGRAMA NACIONAL DE BIBLIOTECA NA ESCOLA – PNBE					
DADOS ESTATÍSTICOS POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO - ESTADO DE SÃO PAULO - 2014					
Estado de São Paulo	Creche	Pré-Escola	Ensino Fundamental (1º ao 5º anos)	EJA	Total
Escolas	5.377	6.462	7.575	3.024	15.236
Alunos	468.341	829.861	2.324.933	454.901	4.078.036
Acervos (Impressos + Livros)	40.468	49.247	1.206.195	632.982	156.625
Valores (R\$)	464.167,99	564.863,09	293.345,25	71.859,55	1.406.348,17

Fonte: FDNE – Programa Nacional Biblioteca na Escola – 2016 (elaborada pela autora)

Os números evidenciam a concretização do programa e de certa forma os dados aproximam-se dos fatores quantitativos identificados pela UNESCO (2005, p.3) como necessários para a existência e subsistência de leitores num país, especificado nos objetivos da BE, “prover acesso em nível local, regional, nacional e global aos recursos existentes e às oportunidades que expõem os aprendizes a diversas ideias, experiências e opiniões”. Destaca, que deve ser garantido o acesso ao livro, com a disponibilidade de um número suficiente de bibliotecas e livrarias. A UNESCO aponta que a leitura e o livro estão estreitamente associados ao desenvolvimento da competência no uso da informação *information literacy* e do aprendizado ao longo da vida, como um direito humano básico no mundo digital, necessário para criar condições de inclusão social. A respeito do fator qualitativo, refere-se à inclusão nas escolas, de mediadores bem formados, professores, bibliotecários, que promovam a leitura e invistam na formação de leitores, com o uso de estratégias e recursos para efetivar as propostas.

Importante ressaltar que o PNBE, esclarece, “[...] considerando a necessidade de garantir aos alunos e professores da rede pública de ensino o acesso à cultura e à informação, estimulando a leitura como prática social; [...]” (BRASIL, 2009)⁵⁵ a missão da BE, explicitada e propagada no *Manifesto*, não se limita à promoção e incentivo da leitura atribuída a sua atuação também, na pesquisa e cultura, visando o desenvolvimento de competências informacionais dos alunos.

⁵⁵ Disponível em: < www.fn.de.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico >
Acesso em: 12 fev.2016

O PNBE estimula e favorece a distribuição de livros de literatura para compor os acervos das BEs nas escolas públicas, contudo não viabiliza a execução de serviços que permitam o acesso ao conhecimento registrado e disponibilizado. Uma avaliação do Tribunal de Contas da União (TCU), explicitada no Acórdão nº1287/2005, reconhece a importância do programa para o incentivo da leitura e o contato com os livros, no entanto, ressalta que os problemas de acesso aos materiais, identificados no desempenho dos objetivos propostos originalmente, estão associados a “[...] existência de limitações na infraestrutura física das escolas, para utilização dos acervos, ausência de profissionais responsáveis pela biblioteca [...]” (TCU, 2005, p.8), reconhecendo que a distribuição de materiais e publicações não garante o uso e a apropriação do conteúdo.

Na ausência de profissionais habilitados para atuarem nas BEs das Escolas Estaduais de Ensino Fundamental Paulista, é o professor que exerce a função de bibliotecário. Estudos brasileiros ⁵⁶demonstram que o professor trabalha na BE por problemas de desempenho na sala de aula, e por vezes, deturpa os serviços que deveriam ser desenvolvidos na biblioteca, porque estes exigem habilidades, atitudes e conhecimentos específicos, com os quais os docentes não estão preparados.

O relatório da avaliação diagnóstica do PNBE empreendida por Paiva e Berenblum (2006), em atendimento a solicitação da Secretaria de Educação Básica (SEB) do MEC em consonância com os preceitos da UNESCO relatam:

Além do nível de formação, do tempo e da experiência na docência ou na função exercida na escola, a insegurança, a ausência de interesse e de criatividade no uso dos recursos bibliográficos e da própria biblioteca foram características evidenciadas a partir da pesquisa. O espaço da biblioteca escolar também pôde ser questionado. Em grande parte das escolas esse dispositivo não existe como tal, sendo substituído por salas de leitura, “cantinhos” etc. O desenho de bibliotecas nos projetos arquitetônicos das escolas é raro, inclusive quando foram projetadas como parte do edifício escolar, e a dinâmica institucional conduz ao ‘reaproveitamento’ das bibliotecas como salas de aula, sempre que a escola pensa em expansão de matrículas. Pensar a biblioteca escolar com características físicas que transcendam a ideia de uma sala com estantes de livros não foi o denominador comum nas escolas visitadas. Pelo contrário, muitas bibliotecas se confundiam com depósitos de livros amontoados sem nenhum critério nem organização e, muitas vezes, se encontraram os livros empacotados em suas embalagens originais. Outras se reduziam à “armariotecas”, os livros se

⁵⁶ As teses de Neves (2000) e de Mayrink (1991), além das dissertações de Barros (1998), Dios (1989), Amaro (1998), Santos (2002), Silva (2001) e Pércola (1998), além dos trabalhos executados pelo grupo de pesquisa registrado no Conselho Nacional de Pesquisa, o Grupo de Estudos em Bibliotecas Escolares da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que constituiu uma base de referências sobre o tema.

encontravam guardados em armários trancados a chave, não estando disponíveis para consulta de alunos ou professores. Em muitas bibliotecas não existiam registros dos livros em catálogos, o que implicava desconhecimento por parte da comunidade escolar sobre a quantidade e qualidade das obras de que dispunham. Do ponto de vista do profissional que atua nas bibliotecas, registrou-se a inexistência quase total de bibliotecários com formação, a ausência de cursos que qualifiquem os responsáveis para a função e a pouca valorização da problemática do livro, da leitura e da biblioteca no currículo da maioria dos cursos de formação. A figura mais comum encontrada neste espaço é a do “professor readaptado”, ou seja, deslocado da função de regente de turma por problemas de saúde. (PAIVA e BERENBLUM, 2006, p.13-14)

A realidade que precisa ser encarada é que, enquanto espaço físico e acervo, as BEs existem. Não se destacam, diante da comunidade escolar, pelos serviços oferecidos, que são precários, improvisados ou inexistentes, até porque, os poucos diagnósticos⁵⁷ que tratam do assunto apontam que a maioria dos responsáveis técnicos e diretores das escolas, não têm domínio sobre o funcionamento adequado da BE e destacam o espaço físico como única diferença entre Biblioteca e a Sala de Leitura. Segundo apurado nos diagnósticos, a Biblioteca seria, na visão da comunidade da escola, aquela com maior espaço físico, a despeito da organização, constituição do acervo, serviços oferecidos, falta de sistematização e pessoal qualificado na sua gestão.

O PNBE nasceu com a finalidade de equipar as escolas com acervos para as BEs. Na prática, se manteve ao longo dos anos, como um programa de distribuição de livros, como se possuir acervos fosse suficiente para a formação de leitores. A simples distribuição de livros nas escolas dificilmente vai alterar as práticas pedagógicas em relação ao uso de livros de literatura nem a apropriação e construção de novos sentidos a partir da leitura. O esperado acesso às obras literárias, a partir da distribuição de livros parece não ter sido alcançada. Os resultados obtidos nas avaliações internacionais, a exemplo do PISA (ver p. 47-48), parecem evidenciar as dificuldades dos professores para trabalhar com os livros distribuídos, discutir linguagem, leitura e escrita, com o aproveitamento do material recebido.

Paiva e Berenblum (2006), evidenciam no seu relatório,

⁵⁷ Os diagnósticos pesquisados foram elaborados por: Duarte (1998), em João Pessoa (PB); Martucci e Milani (1999), no município de São Carlos (SP); Oliveira, Moreno e Cruz (1999), em Londrina (PR); Oliveira (1999), em Brasília; Lima e Santos (2001), no município de Manaus; Abreu et alli. (2004), em Belo Horizonte (MG); Nascimento e Castro Filho (2007), sobre o município de Ribeirão Preto (SP) e Penedo (2008), em Manaus.

O cotidiano das escolas visitadas, as condições sociais em que estão inseridas definem o PNBE como uma ação cultural de baixo impacto nas políticas de formação do leitor e produtor de textos. Qualquer processo educativo que não seja capaz de renovar-se de acordo com as novas exigências impostas por desafios sociais, como é o caso da maior parte das comunidades abordadas durante a investigação, pode perder sua autenticidade e seu poder transformador. (PAIVA e BERENBLUM, 2006, p. 11)

A Lei n.º 10.753, de 30 de outubro de 2003, instituiu a Política Nacional do Livro⁵⁸ e se tornou o instrumento legal que autorizava o Poder Executivo a criar projetos de incentivo à leitura e acesso ao livro. O Decreto nº 7.559, de 01 de setembro de 2011, *Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL e dá outras providências*. A institucionalização do PNLL, como política pública de Estado, na forma da lei, “garante a democratização do acesso ao livro; a criação e difusão da literatura; o fomento da produção e circulação da bibliodiversidade brasileira, com vistas à formação de uma nação de leitores.” (BRASIL, 2003).

A divulgação da pesquisa, *Retratos da Leitura no Brasil*⁵⁹ (2012), revelou que o brasileiro lê, em média, 1,85 livro por trimestre, isso é, 4 livros ao ano. As dificuldades de acesso aos livros, em escolas e bibliotecas, somado, ao baixo poder aquisitivo da maioria dos leitores, propicia poucas alternativas para a aquisição do hábito de ler. O acesso às bibliotecas é pequeno, em parte, porque a rede de bibliotecas no país é pequena, apesar do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), de 2013, a biblioteca é o equipamento cultural presente em 97% dos municípios brasileiros. Na pesquisa citada, *Bibliotecas*, são todos os espaços de leitura com acesso ao público. A pesquisa reforçou os esforços governamentais para estabelecer,

[...] diretrizes para uma política pública voltada à leitura e ao livro no Brasil e, em particular, à biblioteca e à formação de mediadores, apresentadas [no] Plano, levam em conta o papel de destaque que essas instâncias assumem no desenvolvimento social e da cidadania e nas transformações necessárias da sociedade para a construção de um projeto de nação com uma organização social mais justa. Elas têm por

⁵⁸ Popularmente chamada de *Lei do Livro*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10753-30-outubro-2003-497306-norma-pl.html>> Acesso em: 20Mar.2016.

⁵⁹ Pesquisa realizada pelo Instituto Pró-Livro em âmbito nacional, e tem por objetivo avaliar o comportamento leitor do brasileiro. Realizada a cada três anos, a pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil* tornou-se uma referência quando se trata do comportamento leitor no país. Seus resultados orientaram estudos; projetos e a implantação de políticas públicas do livro e leitura. Disponível em: <http://prolivro.org.br/home/images/relatorios_boletins/3_ed_pesquisa_retratos_leitura_IPL.pdf> Acesso em: 23Mar.2016.

base a necessidade de formar uma sociedade leitora como condição essencial e decisiva para promover a inclusão social de milhões de brasileiros no que diz respeito a bens, serviços e cultura. (BRASIL, PNLL, p.21)

O objetivo do PNLL é implantar em todos os municípios brasileiros, uma *Biblioteca*. Distribui, com recursos do Ministério da Cultura, acervos e equipamentos, com o intuito de fortalecer as bibliotecas públicas em condições minimamente adequadas para atender à população. O foco das suas ações está na biblioteca pública e não na BE, e pretende criar condições para a promoção da cidadania e inclusão social e estabelecer estratégias para o desenvolvimento social. Diferente do PNBE, o PNLL, ao estabelecer planos e metas, inclui “Fomentar a formação de mediadores e agentes de leitura [...] Formação de mediadores de leitura. Programas de capacitação de educadores, bibliotecários e outros mediadores da leitura”. (BRASIL. PNLL, p.37-38).

É preciso reconhecer a validade das ações empreendidas, no entanto, o desenvolvimento do hábito de leitura requer ações mais amplas. Segundo Hidalgo e Mello,

A constituição de políticas públicas não restritas ao âmbito de determinados governos, portanto não passíveis de substituição a cada mandato e aos interesses restritos dos partidos políticos, até por envolver também instituições da sociedade civil, tem sido apontada como forma de superação do caráter fragmentário das políticas públicas e como possibilidade de avanços na implementação de programas e projetos articulados, orgânicos e contínuos. (HIDALGO e MELLO, 2014, p.159)

A situação da leitura no Brasil preocupa. O índice aferido na pesquisa *Retratos da leitura no Brasil*, de 4,0 livros habitante/ano em 2011 (BRASIL, 2012), indica que os programas em atuação na área da leitura, não atingem o público para o qual se destinam. Como política pública, entre os desafios dos planos e programas institucionais, é quebrar o paradigma da leitura obrigatória, imposta pela escola e relaciona-la ao prazer, não que a leitura feita por necessidade não possa conduzir o leitor ao hábito. Chartier, A. (2007, p. 48), avalia, “Cada aluno deve descobrir, em sua experiência escolar, a lacuna que persiste entre seu desejo de saber e sua vontade de aprender; e deve descobrir assim também que a obrigação escolar não é sempre incompatível com o prazer de aprender”.

Com a finalidade de contribuir para a ampliação do direito à leitura, propiciar condições de acesso e práticas aos hábitos da sociedade, constituindo, dentro e fora da biblioteca e escola, uma sociedade leitora, o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), foi criado pelo Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992, vinculado à Fundação Biblioteca Nacional. O programa reflete a preocupação do governo de vincular os incentivos à edição de livros literários a projetos de formação de leitores, para a promoção de uma política nacional de leitura. Uma pesquisa realizada pelo IPL e analisada por Cunha, com o propósito de averiguar a eficácia do programa, mostram que:

Com relação aos dados levantados sobre o uso de bibliotecas, a pesquisa mostra que muitos dos entrevistados sequer conhecem esse equipamento no bairro ou na cidade. Segundo informação de 2005 do Ministério da Cultura - e a situação, hoje, já é mais favorável - quase 90% dos municípios brasileiros têm pelo menos uma biblioteca. No entanto, apenas 66% dos entrevistados confirmam isso. A essa desinformação, soma-se a incômoda indicação de que apenas 10% dos entrevistados frequentam assiduamente tal espaço [...] confirmando a ideia de que leitura é para quem estuda. Em alguns Estados, aliás, a biblioteca escolar é mais frequentada do que a pública. (CUNHA, A. 2008, p.33-34)

É importante ressaltar que a pesquisa, promovida pelo Instituto Pró Livro (IPL), em 2005, por meio do Ministério da Cultura, verificou e analisou dados oriundos das bibliotecas públicas, e segundo Cunha, A. (2008, p.33-34), “no que pese as primeiras assumirem no Brasil o papel das segundas, a existência de acervo não garante o uso,” evidenciando a característica deste programa e de outros descritos anteriormente, de que o objetivo proposto, é basicamente a distribuição de acervos, repetindo os equívocos cometidos pelos formuladores de planos e projetos para a promoção da leitura e destaca um outro aspecto, o uso da biblioteca pública como se esta fosse escolar. Ao assumir o papel da BE, a biblioteca pública deixa de cumprir o seu papel na sociedade e por desconhecer os conteúdos programáticos da escola e não possuir materiais adequados, não representa adequadamente a BE. O uso da biblioteca pública pelos educandos remete à ausência da biblioteca no espaço escolar ou a falta de acesso à SL, esta também uma representação da BE. “Apesar de haver projetos de estímulo à leitura, eles apresentam deficiências que acarretam decepções nas escolas, já que não resolvem de modo eficiente os diferentes problemas que o desenvolvimento da BE apresenta na realidade cotidiana.” (ROCA, 2012, p.13)

Decepções e frustrações em relação às ações do PNBE foram percebidas em 2001, no “Literatura em minha casa”, cujo objetivo era a distribuição de obras literárias aos alunos de 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e suas famílias. Pesquisas acadêmicas (GUIMARÃES, 2010; ROSA e ODDONE, 2006) acerca dessa ação, especialmente, evidenciam que o impacto da sua execução foi limitado nas escolas, e que a informação dos gestores acerca do programa era muito baixo, além de detectar problemas na distribuição do material nos níveis intermediários e na escola. Os autores relatam que, no colégio em que se realizou a pesquisa, os livros ficaram no acervo da biblioteca, sem que as famílias tivessem sequer conhecimento do programa.

Todas as iniciativas realizadas para melhorar os índices de leitores e leituras no país, centraram esforços na distribuição de materiais com o objetivo de melhorar uma situação precária e impulsionar a implantação de bibliotecas, inclusive a BE. Os caminhos escolhidos carregam a perspectiva de educar leitores nas formas de ensinar, exercitar a leitura e na divulgação de materiais. Nestes programas e planos, o livro, segundo Cunha, M. (2012, p.20), “não são simples objetos ou meios técnicos para implementar uma proposta pedagógica; são espaços de memória que representam códigos de vida das instituições e dos homens que as conformam.”

3.4 Da Biblioteca Escolar à Sala de Leitura: agentes

São evidentes os esforços para o desenvolvimento da BE nas últimas décadas. As iniciativas governamentais são frutos da vontade explícita de implementar uma BE em cada estabelecimento de ensino do país, num tempo razoável, diante da premência exalada por inúmeros organismos nacionais e internacionais que vêm na disponibilização de recursos, mecanismos para injetar qualidade nos serviços do ensino e da aprendizagem.

Tamanha urgência vem de encontro às mudanças do paradigma social do acesso à informação. A revolução digital carrega consigo a percepção da descentralização e da recuperação instantânea de recursos informacionais. A rapidez e o volume são fatos imponderáveis, assim como, a necessidade de encontrar uma solução imediata para inserção de parte da sociedade neste universo. No que se refere ao ensino, não é tudo que tem valor. Os recursos devem primar pela qualidade, portanto, devem ser selecionados e revisados de modo que construam oportunidades e promovam a igualdade e domínio da leitura e da escrita para facilitar o trabalho da escola, de ensinar

a aprender e que o conhecimento construído pela aprendizagem seja um instrumento de integração social e cultural.

A Organização dos Estados Americanos (OEA), ao demonstrar preocupação com o desenvolvimento da educação entre os seus membros, elegeu a BE como um centro de aprendizagem e reforçou a sua função pedagógica como equipamento da escola e destaca,

[...] participação direta em todos os aspectos do programa de educação [...] onde os educadores, estudantes e usuários em geral podem redescobrir e ampliar seus conhecimentos, desenvolver pesquisas, desenvolver aptidões para leitura, para opinar, para avaliar, assim como desenvolver meios de comunicação [...] com o objetivo de assegurar uma aprendizagem total. A biblioteca escolar é um instrumento de desenvolvimento do currículo e permite o fomento da leitura e da formação de uma atitude científica; constitui um elemento que forma o indivíduo para aprendizagem permanente; estimula a criatividade, a comunicação, facilita a recreação, apoia os docentes em sua capacitação e lhes oferece informação necessária para tomada de decisão na aula. (OEA, 1985, p.21-22).

A OEA reconhece que, à BE cabe a incumbência de lidar com as demandas informacionais dos alunos, mas, sobretudo, participar ativamente do projeto político-pedagógico da escola por meio de um trabalho conjunto e integrado com os professores e a administração escolar. Reconhece que a função da BE é ser um espaço construído que, assimilado pelos alunos, professores e demais atores do ambiente escolar, facilita a interação com os processos do conhecimento e contribui na formação integral do indivíduo, incita o desejo de aprender a aprender, desenvolver habilidades para saber obter, utilizar e gerar informações. A função pedagógica é reforçada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica que foi estabelecida na Resolução CNE/CEB nº2, de 7 de abril de 1998. Na norma regulamentar publicada, a LDB afirma,

As escolas deverão reconhecer que as aprendizagens são constituídas pelas interações dos processos de conhecimento com os de linguagem e os afetivos, em consequência das relações entre as distintas identidades dos vários participantes do contexto escolarizado: as diversas experiências de vida de alunos, professores e demais participantes do ambiente escolar, expressa por meio de múltiplas formas de diálogo, deverá contribuir para a constituição de identidades afirmativas, persistentes e capazes de protagonizar ações autônomas e solidárias em relação a conhecimentos e valores indispensáveis à vida cidadã. (BRASIL. CNE/CEB, 1998, p.50)

Escolas são eixos para a inserção, desenvolvimento e ampliação de conhecimentos e valores e contribuem para que o indivíduo participe ativamente da vida em sociedade e das decisões políticas do lugar onde vive, se expresse e se informe, de modo que, possa exigir seus direitos e cumprir os seus deveres de cidadão. O domínio da leitura e da escrita é fundamental para o aprendizado autônomo, a formação intelectual, e o crescimento pessoal e profissional. A leitura contribui com a formação da identidade individual, propicia o contato com o simbólico, novas ideias e realidades. Proporciona acesso à cultura e ao conhecimento da humanidade, desenvolve habilidades de comunicação, expressão, compreensão, e favorece a ampliação do imaginário e visão de mundo. A Biblioteca é parceira e apoio no cumprimento dessas atribuições que segundo Macedo (2005, p. 168), define-se em, “Informar educando [...]. Para o cumprimento da sua missão, a BE deve ser um organismo cuidado sob princípios técnicos e educativos, bem organizados, com objetivos bem definidos, tendo como alvo, o aprendiz”.

A biblioteca é um instrumento de valor teórico-prático, mas encontra na identificação, sua essência, distorções e interpretações díspares. Entender e definir suas características funcionais e institucionais podem esclarecer e configurar a sua utilidade social. Uma série de fatores podem identificar e unificar esses papéis. De acordo com Lemos,

Nem toda coleção de livros é uma biblioteca, do mesmo modo que nem toda biblioteca é apenas uma coleção de livros. Para haver uma biblioteca, no sentido de instituição social, é preciso que haja três pré-requisitos: a intencionalidade política e social, o acervo e os meios para sua permanente renovação, o imperativo de organização e sistematização; uma comunidade de usuários, efetivos ou potenciais, com necessidades de informação conhecidas ou pressupostas, e, por último, mas não menos importante, o local, o espaço físico onde se dará o encontro entre os usuários e os serviços da biblioteca. (LEMOS, 2005, p.101)

Na discussão sobre BE ou SL, no que tange à legislação do ensino paulista, nas pesquisas realizadas, observa-se que as normas ordinárias não mencionam a SL. Referem-se à coleção de livros para uso e consulta da equipe escolar, como *Biblioteca*. Considerando a tríade especificada por Lemos, no que se refere à intencionalidade, toda biblioteca empreende nas suas ações vestígios de práticas políticas e sociais com interesses. A implantação de uma biblioteca traduz uma intencionalidade política e social. Em se tratando de uma biblioteca pública, caso das BEs das Escolas Estaduais de

ensino fundamental paulista, estas precisam ser entendidas a partir de uma política de ação social que imprime ideologias do Estado. O Estado funciona como aparelho ideológico e imprime suas políticas, em ações nas bibliotecas por meio de programas que refletem a configuração hierárquica: federais, estaduais e municipais.

A identificação de uma biblioteca resvala na concepção da coleção, portanto uma biblioteca deve estabelecer políticas para adequar o acervo às necessidades dos usuários, condição imprescindível para firmar sua presença na comunidade e imprimir uma atuação efetiva. Um aspecto controverso em se tratando de BEs, visto que, normalmente a coleção é fruto da distribuição de materiais pelos programas de incentivo e de valorização de livro, leitura e bibliotecas e que, apesar de imprimir a responsabilidade da escolha dos materiais aos professores, esta fica limitada a uma listagem pré-selecionada que nem sempre reflete as necessidades informacionais do público a que se destina.

No que se refere à organização e sistematização dos materiais e do espaço, estes envolvem a trilogia, organização – disseminação – acesso. Para obtenção de sucesso na execução dos objetivos educacionais e culturais é necessário construir um ambiente propício à leitura, um espaço de aprendizagem, que incita a necessidade de utilização de textos escritos, cotidianamente. A intensificação do uso se alimentará da heterogeneidade das pessoas e de textos escritos e de uma “contínua interação com um lugar onde as razões para ler são intensamente vividas” (FOUCAMBERT, 1994, p. 31).

A noção da biblioteca como espaço de aprendizagem, segundo Peraya, ganha complexidade se esta for analisada com base no conceito de dispositivo,

[...] uma instância, um local social de interação e de cooperação, com seu funcionamento material e simbólico, enfim, seus modos de interação próprios. [...] A economia de um dispositivo - seu funcionamento - determinada por suas intenções, apoia-se na organização estruturada dos meios materiais, tecnológicos, simbólicos e relacionais que moldam, a partir de suas características próprias, os comportamentos e as condutas sociais (afetivas e relacionais), cognitivas, comunicativas dos sujeitos. (Apud, CAMPELLO, 2011, p.108)

A BE, inserida nas diretrizes educacionais como dispositivo, cumpre uma função estratégica, responde à urgência e necessidades de um tempo. Atende enunciados, científicos, filosóficos, morais e filantrópicos, de instituições, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas. Pieruccini considera que,

A biblioteca para crianças e jovens é um dispositivo complexo, constituído por elementos heterogêneos: arquitetura e ambiente, técnicas e tecnologias, processos e produtos, regras e regulamentos, conteúdos materiais e imateriais, responsáveis por sobrepor significados aos significados por ela guardados, constituindo-se elementos de sua natureza. (Apud, CAMPELLO, 2011, p.108)

A publicação da Lei nº12.244/10, pressupõe um acolhimento da biblioteca como recurso de aprendizagem imerso na cultura da escola, pelas comunidades escolares, ainda que não esclareça quais os meios necessários para a implantação e o provimento de recursos para a sua concretização. Trata de forma genérica do conceito de BE, apresenta um indicador numérico, a quantidade de títulos para a composição do acervo — um para cada aluno matriculado — e a observância das leis que regulamentam a gestão do espaço por profissionais habilitados, sem considerar as deficiências verificadas na infraestrutura das escolas públicas que não dispõe, no plano arquitetônico, de espaço para a implantação de BE e no organograma, a designação de profissionais habilitados, que segundo Macedo, aspectos que limitam a formação integral dos alunos,

[...] os pontos críticos, todavia, não recaem tão-somente na inexistência da biblioteca escolar, mas na sua precariedade: ou é “arremedo de biblioteca escolar”, sem organização, confusa, e que não pode servir de modelo para o uso correto da informação, ou não conta com alguém motivado para dinamizar a prestação de serviços bibliotecários (MACEDO, 2005, p.68). (grifo do autor)

Como recurso da educação e dispositivo da escola, a BE assume um valor crescente a medida que os métodos pedagógicos centram sua atenção no aluno. É ele que, por meio de descobertas individuais e coletivas, chega ao conhecimento. O comprometimento com o processo ensino-aprendizagem e com a educação, fazem da BE um dispositivo a ser inserido no planejamento de ambos, num nível macro a biblioteca deve fazer parte do plano de educação e num nível micro, do planejamento de ensino. Na busca para delinear as condições necessárias para o funcionamento da BE como espaço de aprendizagem, Campelo et al (2011), descrevem que para ser considerada BE, esta deve possuir as seguintes características:

- a) funcionar em sala de uso exclusivo;
- b) possuir coleção classificada;
- c) possuir coleção catalogada;
- d) fornecer serviço de consultas no local;
- e) ter serviço de empréstimo domiciliar;
- f) oferecer atividade de incentivo à leitura;
- g) ter serviço de orientação à pesquisa;
- h) contar

com um funcionário responsável. (CAMPELLO et al, 2011, p. 109-110)

Apesar dos diversos atos normativos, publicados ao longo da história do ensino fundamental público paulista, a começar em 1893, a biblioteca sempre foi citada, entretanto, nem sempre regulamentada para implantação, e nem sempre, especificamente no ensino fundamental. A despeito dos esforços para a concepção e implantação da BE como dispositivo na escola, empreendida por Instituições Nacionais e Internacionais, como OEA, UNESCO, a SL, aparece nominalmente nas normas regulamentares da SEE, a partir de 2008.

O Comunicado Conjunto Censp/Cogsp/CEI de 2 de outubro de 2008, *Comunica aos Dirigentes de Ensino e Diretores de Escolas, que considera o Livro como material de consumo (e não mais como permanente)*. Esse Comunicado, menciona no ítem 3, “que os livros não circulantes, deverão permanecer para consulta, uso individual e coletivo, nos Espaços das Salas/Ambientes de Leitura”, reconhecendo a existência da SL no espaço escolar sem esclarecer, no entanto, a implantação e funcionamento. Em 2009, a Secretaria da Educação do Estado⁶⁰, admite a presença, confirma e legitima a SL no ambiente das Escolas Estaduais Paulistas ao publicar a Resolução SE nº15, de 18 de fevereiro de 2009, em que *Dispõe sobre a criação e organização de Salas de Leitura nas escolas da rede estadual de ensino*,

a formação escolar do educando não pode prescindir do atendimento às exigências do mundo contemporâneo que demandam acesso cotidiano a fontes de informação e cultura atualizadas e diversificadas; a escola se apresenta como um dos espaços privilegiados de desenvolvimento das competências e habilidades de leitura e escrita; o desenvolvimento dessas competências e habilidades requer local e ambientes apropriados, exigência constante no padrão mínimo nacional de infraestrutura [...] Art. 1º - Fica criada, em cada unidade escolar da rede pública estadual, uma sala de leitura que objetiva oferecer aos alunos de todos os cursos e modalidades de ensino. (SÃO PAULO (estado). SEE, 2009)

A criação da SL nas Escolas Estaduais por meio de normativo regulamentar, oficializou o ambiente que estava presente e em funcionamento no espaço escolar, sem revogar os dispositivos legais, em vigor, que tratam da BE. Ainda que tenha sido foco nos debates das instituições defensoras da educação, notadamente no Fórum Mundial de Educação em Dakar, Senegal, em que 164 governos concordaram com o Marco de Ação

⁶⁰ Doravante denominada SEE

de Dakar, “Educação para Todos”, liderado pela UNESCO. O encontro resultou na publicação do *Manifesto* IFLA/UNESCO para Biblioteca Escolar, cuja missão estabelece, “A biblioteca escolar promove serviços de apoio à aprendizagem e livros aos membros da comunidade escolar, oferecendo-lhes a possibilidade de se tornarem pensadores críticos e efetivos usuários da informação, em todos os formatos e meios.” (IFLA/UNESCO, 2005, p. 1). O documento com ampla aceitação mundial, encontrou no Governo do Estado de São Paulo e conseqüentemente na SEE, empenho e efetividade na execução dos preceitos externados no documento, ainda que, transfira para a SL, os objetivos para o ensino e aprendizagem da BE,

[...]que objetiva oferecer aos alunos de todos os cursos e modalidades de ensino: I - oportunidade de acesso a livros, revistas, jornais, folhetos, catálogos, vídeos, DVDs, CDs e outros recursos complementares, quando houver; II - espaço privilegiado de incentivo à leitura como fonte de informação, prazer, entretenimento e formação de leitor crítico, criativo e autônomo. (SÃO PAULO (estado). SEE, 2009)

A transferência não se resume apenas à missão. No *Manifesto* IFLA/UNESCO (2005), a respeito da gestão da BE, manifesta,

O bibliotecário escolar é o membro profissionalmente qualificado, responsável pelo planejamento e gestão da biblioteca escolar. Deve ser apoiado tanto quanto possível por equipe adequada, trabalhar em conjunto com todos os membros da comunidade escolar e deve estar em sintonia com bibliotecas públicas e outros. O papel do bibliotecário escolar varia de acordo com orçamentos, currículos e metodologias de ensino das escolas, dentro do quadro legal e financeiro do país. Em contextos específicos, há áreas gerais de conhecimento que são vitais se os bibliotecários escolares assumirem o desenvolvimento e a operacionalização de serviços efetivos: gestão da biblioteca, dos recursos, da informação e ensino. (IFLA/UNESCO, 2005, p. 3)

Ao atribuir ao bibliotecário a responsabilidade de gerenciar a BE, o *Manifesto* reafirma a importância das atividades e da formação em Biblioteconomia para a organização e sistematização do acervo e planejamento de atividades que aproximem o usuário dos materiais informacionais, sem dispensar a contribuição e as competências pedagógicas do professor para efetivamente inserir a BE no ambiente escolar. Geralmente as concepções de biblioteca enfatizam a estrutura física e evidenciam uma separação entre esta e os projetos de incentivo à leitura e não realizam uma análise sobre as finalidades sociais das bibliotecas nas escolas, limitando-se aos objetivos didáticos, sem considerar, a biblioteca, como fonte geradora de conhecimentos e de

desenvolvimento da autonomia de pensamento e de criatividade. Visualizar a biblioteca como instrumento formador da identidade da comunidade escolar, pressupõe a intermediação de profissionais habilitados entre os materiais, os projetos e os usuários. Sobre este posicionamento, explicita no *Manifesto*,

A riqueza e a qualidade dos recursos da biblioteca dependem dos recursos humanos disponíveis dentro da biblioteca escolar e para lá dela. Por este motivo, é de grande importância dispor de pessoal com boa formação e alta motivação, incluindo um número suficiente de elementos adequados à dimensão da escola e às suas necessidades específicas de serviços de biblioteca. O termo “equipa⁶¹” significa, neste contexto, bibliotecários qualificados e auxiliares de biblioteca. Como complemento, pode existir pessoal de apoio, tal como professores, técnicos, pais e outro tipo de voluntários. Os bibliotecários escolares devem ser formados e qualificados profissionalmente, com formação adicional em teoria educativa e metodologias de aprendizagem. (IFLA/UNESCO, 2006, p. 11)

Na contramão das sugestões apresentadas pelas instituições, UNESCO, IFLA, OCDE, OEA e OIE, em que estas outorgam a condução do dispositivo, BE, a profissionais habilitados, a SEE especifica na Resolução SE nº15/2009, o funcionamento e a organização do espaço e atribui ao professor as funções de gestor e condutor das atividades nas SL,

[...] Art. 3º - As salas ou ambientes de leitura contarão com um professor responsável [...] § 1º - As escolas com mais de dois turnos de funcionamento poderão contar com mais um professor responsável. § 2º - Estagiários poderão ser contratados, nos termos da legislação vigente, para atuarem nas salas ou ambientes de leitura. [...] Art. 4º - São requisitos à seleção de docente para atuar nas salas ou ambientes de leitura: I - possuir vínculo docente junto à Secretaria de Estado da Educação, no campo de atuação referente a aulas dos ensinos fundamental e médio, devendo encontrar-se na condição de **readaptado**, com rol de atividades compatível com as atribuições a serem desenvolvidas. II - ser portador de diploma de licenciatura plena, preferencialmente em letras; (SÃO PAULO (estado). SEE, 2009). (grifo nosso)

A designação, *professor readaptado*, complementado pela especificidade, *ser portador de diploma de licenciatura plena, preferencialmente em letras*, impõe à gestão da escola premissas para a escolha do condutor das atividades que a SL deve desenvolver no cotidiano escolar. Segundo Chartier, R. (1990, p.21), “[...] têm em vista

⁶¹ IFLA/UNESCO. Directrizes para Bibliotecas Escolares, 2002. Tradução de Maria José Vitorino. Portugal, 2006

fazer com que a identidade do ser não seja outra coisa senão a aparência da representação, isto é, que a coisa não exista a não ser no signo que a exhibe”. O *professor readaptado* como agente da SL, representa o *bibliotecário* e assume a responsabilidade de executar as atividades determinadas pela norma,

Art. 3º - As salas ou ambientes de leitura contarão com um professor responsável com as seguintes atribuições: I - Elaborar Projeto de Trabalho; II - Planejar e desenvolver, com os alunos, atividades vinculadas à Proposta Pedagógica da escola e à programação da sala de aula; III - Reunir e organizar o material documental; IV - Planejar, coordenar, executar e supervisionar o funcionamento regular no que diz respeito: a) à estruturação do espaço físico; b) à permanente organização e controle patrimonial do acervo; c) às atividades na rede informatizada na Web; V - Participar de Orientações Técnicas centralizadas e descentralizadas e de reuniões técnicas de HTPCs realizadas na escola; VI - Apresentar relatórios sobre as atividades desenvolvidas para análise e discussão da Equipe Pedagógica; VII - Organizar ambientes alternativos de leitura na escola; VIII - Promover o acesso dos professores às salas ou ambientes de leitura, para utilização em atividades pedagógicas; IX - Orientar os alunos nos procedimentos de estudos, pesquisas e leitura. § 1º - As escolas com mais de dois turnos de funcionamento poderão contar com mais um professor responsável. § 2º - Estagiários poderão ser contratados, nos termos da legislação vigente, para atuarem nas salas ou ambientes de leitura. (SÃO PAULO (estado). SEE, 2009)

E que no *Manifesto* (2005), estabelece,

[...] O bibliotecário escolar deve encarregar-se das seguintes tarefas: analisar os recursos e as necessidades de informação da comunidade escolar; formular e implementar políticas para o desenvolvimento de serviços; desenvolver políticas de aquisição e sistemas para os recursos da biblioteca; catalogar e classificar materiais da biblioteca e oferecer instrução no uso da biblioteca; capacitar professores e alunos no conhecimento e uso da informação; prestar atendimento a estudantes e professores no uso dos vários recursos da biblioteca e das tecnologias de informação; responder a questões de referência e informação, utilizando materiais apropriados; promover programas de leitura e eventos culturais; participar do planejamento de atividades relacionadas à implementação do programa escolar; participar do preparo, da implementação e avaliação de atividades de ensino; promover a avaliação dos serviços da biblioteca escolar, como parte integrante do sistema geral de avaliação da escola; efetuar parcerias com organizações externas; preparar e implementar orçamentos; desenvolver planejamento estratégico; gerenciar e promover treinamentos da equipe da biblioteca. (IFLA/UNESCO, 2005, p.14)

As atividades a serem desempenhadas pela SL, atribuídas pela norma regulamentar da SEE, coincidem com aquelas explicitadas nas Diretrizes para a Biblioteca Escolar e consolidam a representação da BE pela SL.

No que se refere às competências necessárias aos profissionais para atuarem na BE o *Manifesto* identifica:

As qualidades e habilidades fundamentais esperadas do pessoal da biblioteca escolar podem ser assim definidas: a) Habilidades de: comunicação de forma positiva e aberta com crianças e adultos; entendimento das necessidades dos usuários; cooperação com indivíduos e grupos dentro e fora da comunidade escolar. b) Conhecimento e compreensão: da diversidade cultural; metodologia de ensino; teoria da educação. c) Habilidades no uso: da informação; materiais que compõem o acervo da biblioteca. d) Acesso: à literatura; meios de comunicação; cultura infantil. e) Conhecimento e aptidão: gerência; marketing; tecnologia da informação. (IFLA/UNESCO, 2005, p.13).

As competências e habilidades exigidas para os gestores das BEs, se tornam a cada vez mais complexas, influenciadas pelo uso constante de ferramentas tecnológicas e o volume de dados que são disponibilizadas todos os dias. A informação ganha destaque no mundo globalizado impulsionada pelo rápido acesso aos conteúdos informacionais e com fortes apelos visuais, sonoros, textuais e audiovisuais. O processo de aprendizagem centrada na voz do professor, se dilui em outras fontes de informação e a Escola precisa se adaptar à nova realidade com ações que redefina a educação e o trabalho da comunidade escolar, incluindo aqueles que atuam nas BEs. As habilidades e competências necessárias para enfrentar múltiplos desafios em termos de recepção, acesso e disponibilização de informações perpassam pela formação especializada e pelo treinamento das técnicas relacionadas com o fornecimento, resolução e utilização de todas as fontes, impressas e eletrônicas de informação, além do preparo específico para condução de campanhas de leitura e a promoção da literatura, entre crianças, adolescentes e jovens. A promoção de atividades na *biblioteca* deve priorizar o caráter interdisciplinar e ter o apoio da gestão da escola. Para que esta perspectiva seja efetiva, o responsável pela *biblioteca* precisa ser um membro pleno, integrado no quadro de profissionais da escola participar dos trabalhos da equipe escolar.

O responsável pela SL, atribuída ao professor readaptado, deve atender as prerrogativas da Instrução Conjunta Cenp/DRHU, de 04 de março de 2009 que, *Dispõe sobre o processo seletivo para o exercício das atribuições de professor responsável*

pela Sala ou Ambiente de Leitura nas escolas da rede estadual de ensino, em que estabelece no inciso I - Dos requisitos para o desempenho das atribuições,

O docente que apresente interesse em exercer as atribuições relativas à Sala/Ambiente de Leitura deverá atender, cumulativamente, os seguintes requisitos: a) possuir vínculo docente junto à Secretaria de Estado da Educação, com experiência docente na rede estadual de ensino de, no mínimo, 3 (três) anos; b) ser portador de diploma de licenciatura plena, preferencialmente, em Letras; c) encontrar-se na condição de readaptado, com rol de atividades compatível com as referidas atribuições e carga horária da Apostila não inferior a 30 (trinta) horas semanais, ou ser docente ocupante de função-atividade de categoria F, que se encontre em período de interrupção de exercício. (SÃO PAULO (estado), 2009)

E completa as exigências estabelecendo os requisitos mínimos necessários, para o exercício das atividades na SL no Inciso II - Do Perfil,

O docente, no desempenho de suas atribuições como responsável pela Sala de Leitura, deverá propor e executar ações inovadoras e criativas, de acordo com a Proposta Pedagógica da Unidade Escolar, que incentivem a leitura e a construção de canais de acesso a universos culturais mais amplos, sendo, portanto, imprescindível para este desempenho que o docente: a) seja leitor assíduo, mantendo-se sempre informado e atualizado por meio de jornais e revistas; b) conheça e demonstre estar inserido nas atividades do cotidiano escolar; c) domine programas e ferramentas de Informática. (SÃO PAULO (estado), 2009)

Diante das atribuições estabelecidas pelo *Manifesto*, aos responsáveis pela BE, e as exigências determinadas na Instrução, coloca o professor readaptado muito distante do bibliotecário no que se refere à formação e as competências reais para a execução dos objetivos a que se propõem, BE e SL como dispositivos da escola e apoio à comunidade escolar no ensino e aprendizagem.

As características descritas no perfil, explicitadas na Instrução Conjunta, subestima as habilidades que o responsável necessita para o desempenho das atividades com qualidade e assim, caracteriza a SL apenas como um ambiente para leitura da escola, sem as atribuições para representar de fato, a *biblioteca*.

A preocupação com a SL e as atribuições do professor readaptado para a execução das atividades no espaço, movimenta a SEE, em relação à normalização, uma das prerrogativas dos gestores da Educação no Estado. Segundo Chartier, R. (1990, p. 228), “[...] é necessário reconhecer a estreita imbricação, na escrita de Estado, entre o

simbólico e o instrumental. A presença multiplicada ou monumental dos escritos é sempre, em si mesma, a marca de uma dominação para todos tornada visível[...]”. Neste contexto, a Resolução SE nº70, de 21 de outubro de 2011, que *Dispõe sobre a instalação de Salas e Ambientes de Leitura nas escolas da rede pública estadual*, reafirma a SL como o espaço destinado à leitura nas Escolas Estaduais de ensino fundamental. (SÃO PAULO (estado),2011). A Resolução, publicada após a Lei nº 12.244/10, não descaracteriza o espaço da BE, ainda que confirme a existência da SL e atribua ao professor readaptado a condução do espaço, visto que, considerando a hierarquia das normas jurídicas, uma Resolução não substitui uma Lei Ordinária e não invalida as exigências especificadas na Lei nº 4084/62.

Em 2016, a publicação da Resolução SE nº14, de 29 de janeiro de 2016, *Altera a Resolução SE 70, de 21-10-2011, que dispõe sobre a instalação de Salas e Ambientes de Leitura nas escolas da rede pública estadual*. A alteração, se resume em ações da administração escolar, permanecendo sem modificações, as características, a condução e a permanência do professor readaptado nas SL. Sobre as atividades a serem executadas na SL, bem como os objetivos a serem alcançados, estes são os mesmos explicitados na Resolução de 2011. Ainda que a Lei nº 12.244/10 encontra-se em vigor em todo território nacional e não mencione a SL, esta, na prática, se instalou nas Escolas Estaduais do Estado de São Paulo e possui norma jurídica regulamentar para permanecer.

A consciência da realidade é fundamental para a busca de alternativas que possa superar as dificuldades e encontrar soluções que amenize a frustração de ver expresso nos atos jurídicos o desconhecimento das competências e habilidades necessárias para o profissional responsável pela BE exercer atividades que agreguem valor ao desenvolvimento da clientela escolar, assim como, reconhecer e fortalecer a abrangência que esta pode ter na escola, junto à comunidade escolar como dispositivo colaborativo no processo ensino aprendizagem.

A BE tem sido objeto de estudos e avaliações nas políticas institucionais públicas e privadas e considerada como “parte integral do processo educativo” (IFLA/UNESCO, 2005, p.2), dispositivo para incentivar e promover a leitura e oferecer oportunidade para o envolvimento dos pais na escola.

A análise dos atos jurídicos que normatizam o ensino no Estado de São Paulo, não descartam a BE na composição do espaço escolar. A partir das primeiras publicações há consenso entre os legisladores que a *biblioteca* é parte do processo

educacional. Na concepção dos grupos escolares, modelo de ensino paulista disseminado para todos os Estados da Federação, previa-se o espaço da *biblioteca* nos projetos arquitetônicos das escolas. Os republicanos paulistas construíram edifícios grandiosos para materializar suas preocupações com a educação. Cesário Motta Júnior (1847-1897), em 1895, quando era Secretário dos Negócios do Interior do Estado de São Paulo, assim se expressou: “[...] sem bons prédios é impossível fazer boas escolas”. (MOTTA JÚNIOR apud BUFFA, 2002, p.64).

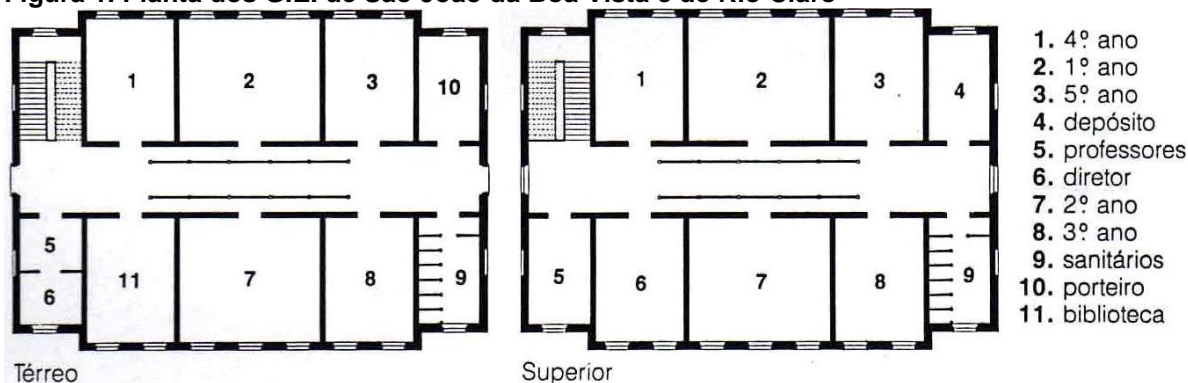
O espaço escolar, segundo os escolanovistas, precisava ser pensado e planejado de forma que a escola pudesse cumprir a sua dupla função, a de formar a inteligência e formar o caráter. Para tanto, o ambiente deveria estar preparado para despertar, nos alunos, a curiosidade, as descobertas para a vida. Sobre o assunto, Teixeira considerava que:

[...] que o prédio escolar e as suas instalações atendam, pelo menos, aos padrões médios da vida civilizada e que o magistério tenha a educação, a visão e o preparo necessários a quem não vai apenas ser a máquina de ensinar intensivamente a ler, a escrever e a contar, mas vai ser o mestre da arte difícil de bem viver. (TEIXEIRA, 1935, p.39)

A preocupação com as instalações e com os equipamentos da escola, inclui a BE, constatada com a reinauguração da Biblioteca Escolar Infantil Caetano de Campos, em 1936, ocupou um lugar privilegiado no prédio novo, construído na Praça da República, em São Paulo, corroborando com a importância dada à BE pelos educadores da Escola Nova. Além de uma sala ampla, para acomodar o acervo e o mobiliário desenhado e fabricado na Escola de Arte e Ofícios, foi organizada e produtos e serviços elaborados, para inserir a clientela num mundo propício para as descobertas, para ampliar o contato com os livros, com as ideias e pensamentos registrados. O ambiente era convidativo, móveis adequados, profissionais habilitados para fazer a intermediação do acervo com os usuários.

É possível, analisando os projetos arquitetônicos do passado, localizar o espaço da BE. Nesta planta baixa, do Grupo Escolar de São João da Boa Vista e Rio Claro, está localizada no térreo, ao lado da sala de professores e da diretoria, com fácil acesso para os alunos.

Figura 1. Planta dos G.E. de São João da Boa Vista e de Rio Claro



Fonte: BUFFA, Ester; ALMEIDA PINTO, Gelson. (2002).

Nos projetos arquitetônicos dos estabelecimentos de ensino paulista, a previsão de espaço é destinada a BE e não a SL, embora muitas vezes seja ocupado por salas de aulas e não para armazenar livros e materiais informacionais destinados à pesquisa, consulta e atividades complementares ao conhecimento transmitido em sala de aula.

A inserção recente da SL em detrimento da BE no espaço escolar estadual e a concessão da responsabilidade de gerenciar o espaço e as atividades ao professor readaptado, exige o desenvolvimento de habilidades e competência estranhas a formação do professor e desencadeia na SEE, ações para treinar e preparar os condutores, com informações e orientações para que no exercício das atividades e programas promovam a integração dos alunos e a comunidade escolar, o conhecimento e uso de instrumentos e saberes adequados às necessidades educacionais da atualidade, e fazer da escola um espaço privilegiado de formação de leitores e de efetivos usuários da informação, em todos os seus formatos e meios (SÃO PAULO (estado), CREMÁRIO COVAS, 2016).

As orientações e treinamento dos professores readaptados do Programa AVA⁶², tem por finalidade,

[...] compartilhar conteúdos e estratégias e, ainda, reunir os materiais de orientação, produzidos para os educadores envolvidos no Programa Sala de Leitura desde 2009. As informações e orientações encontradas em diferentes formatos - vídeos, videoconferências, manuais, textos, power points – facilitam o estudo, apoiam e estimulam os educadores [...]. Três espaços foram preparados com esclarecimentos sobre: planejamento, organização do espaço físico e acervos, estrutura e funcionamento das Salas de Leitura[...]integração das SL ao currículo

⁶² Ambiente Virtual de Aprendizagem do Programa Sala de Leitura. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/ntc_l.php?t=saladeleitura_010> Acesso em: 12fev.2016.

escolar, formação de leitores, sistema InfoPrisma, mundo digital; [...] (SÃO PAULO, CRE MÁRIO COVAS, 2016).

Quanto aos agentes, denominados, Analistas SócioCulturais – Bibliotecários, os atos normativos da SEE que versam sobre a designação dos profissionais para a condução das atividades na SL, orientações para a organização do espaço, o desenvolvimento de ferramentas para o treinamento dos envolvidos, demonstram que a SL está incorporada ao ambiente das Escolas Estaduais de ensino fundamental paulista. Ainda que a Federação, no uso das suas atribuições e no exercício das suas prerrogativas legislativas, tenha publicado e estabelecido regras e exigências para a *universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país*, no Estado de São Paulo, as ações para o cumprimento do ato jurídico federal não tem sido para a alteração da SL em BE, ao contrário, as ações e programas oferecidos e disponibilizados que visam a promoção da leitura, reforçam a presença e a atuação da SL no ambiente escolar paulista.

A admissibilidade e incorporação da SL como equipamento das Escolas Estaduais de ensino fundamental paulista, a designação e normatização do professor readaptado para a gestão do espaço e condução das atividades e programas para a promoção da leitura e acesso aos materiais informacionais dos alunos e comunidade escolar, não invalida as exigências da Lei nº 12.244/10, em vigor. A realização em 2013, pela SEE, de concurso público para ingresso na carreira de Analista Sociocultural – Bibliotecário, sugere que as atividades a serem executadas no exercício do cargo estão consonantes com aquelas atribuídas e explicitadas no *Manifesto IFLA/UNESCO* para os gestores das BEs. A respeito, o Edital de Abertura de Inscrições (SÃO PAULO, 15 mar.2013), especifica,

O Coordenador da Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria de Estado da Educação torna pública a abertura de inscrições para o Concurso Público para provimento de 97(noventa e sete) cargos de Analista Sociocultural[...] (Processo nº 1.15411- DOE 20/07/2012) do Quadro da Secretaria de Estado da Educação. (SÃO PAULO, (estado), 2013)

A contratação de noventa e sete analistas socioculturais-bibliotecário, a princípio coloca um bibliotecário em cada Diretoria de Ensino, este assume o cargo com as atribuições especificadas no Anexo I, do Edital,

ANEXO I - DAS ATIVIDADES A SEREM EXERCIDAS, DE ACORDO COM AS ATRIBUIÇÕES DO CARGO ANALISTA SOCIOCULTURAL. Em conformidade com Lei Complementar nº 1.080⁶³ de 17 de dezembro de 2008, as atividades serão exercidas na Unidade Central do Centro de Referência em Educação Mario Covas-SP e Unidades locais, bibliotecas, salas e ambientes de leitura, unidades de documentação e informação obedecendo ao conceito de rede. (SÃO PAULO (estado), 2013)

As atividades atribuídas no Edital de Concurso, para os Analistas Sócio-culturais – Bibliotecários, foram organizadas em grupos, especificando as tarefas que deverão ser executadas, considerando: Planejamento e Gestão; Formação de Acervo; Processamento Técnico; Serviços e Ação Cultural. Na análise, verifica-se que estas estão direcionadas para as habilidades e competências adquiridas com a “formação universitária do bibliotecário, com forte influência da tecnologia da informação e comunicação, centrada especialmente na seleção e desenvolvimento de coleções, processamento técnico, armazenamento, busca, recuperação e disseminação da informação” (VENEGAS, 2008, p.346), atividades de caráter técnico, em detrimento das competências e habilidades, necessárias para o desenvolvimento de atividades que ressaltem os aspectos da natureza formativa e educativa da BE, àquelas que incitam, nos alunos e comunidades escolar, a curiosidade, o entusiasmo e valorização do conhecimento independente da linguagem e dos suportes.

Ainda que o Edital cite as bibliotecas, salas e ambientes de leitura, como locais possíveis para o provimento da função, as atribuições estabelecidas como requisitos básicos não coloca o bibliotecário dentro do espaço e sim, ao redor, como gestor da dinâmica e procedimentos para a organização e gestão do acervo e do espaço, sem integra-lo nos projetos da escola e nos conteúdos curriculares, dificultando uma possível parceria entre professores e o bibliotecário em favor da leitura, da escrita e do desenvolvimento de habilidades estratégicas de pesquisa que permitam ao aluno e a comunidades escolar, acesso e produção de informação.

As atribuições estabelecidas ao analista sociocultural-bibliotecário, parece ter sofrido influência da tecnicidade imposta pela Ciência da Informação que ao longo de

⁶³ Lei nº 1.080, de 17 de dezembro de 2008, que *Institui Plano Geral de Cargos, Vencimentos e Salários para os servidores das classes que especifica e dá providências correlatas*. Alterada pela Lei Complementar nº 1.158, de 02 de dezembro de 2011 que *Dispõe sobre a reclassificação dos vencimentos e salários dos servidores integrantes das classes regidas pela Lei Complementar nº 1.080, de 2008, institui o Prêmio de desempenho individual - PDI, e dá providências correlatas*. Disponível em: <<https://sts.al.sp.gov.br/norma/?id=164343>> Acesso em: 20. Mar. 2016.

anos tem formado bibliotecários para ocupar-se com os usuários de outras áreas do conhecimento e não com a comunidade escolar. A formação em Biblioteconomia no Brasil, teve início no Século XX, entre os anos de 1911 a 1930, com aberturas e fechamento de cursos até se consolidar na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, em 1940. Uma profissão tardia, com perfil na criação e manutenção de centros e serviços de acesso ao conhecimento registrado, como bibliotecas, arquivos, bases de dados. A formação prioriza as técnicas para a preservação, conservação e recuperação do conhecimento armazenado em diferentes tecnologias. A informação, (seleção, captura, organização e disponibilização), é o objeto de estudo da Biblioteconomia.

A característica tecnicista e a escola para formação tardia com poucos formandos, podem ter sido os fatores que distanciaram o bibliotecário das BEs. Substituídos por *bibliotecários improvisados*, sem formação ou integrantes de outras profissões, cumpriam as funções mínimas da biblioteca, centradas no controle e não na promoção dos recursos para o ensino e aprendizagem. Organicamente integrada ao projeto educacional central (estado), com atuação limitada pelas dificuldades de horário, espaço de silêncio e castigo, refletiram para a comunidade escolar, contornos deformados do profissional atuante naquele espaço.

Professores readaptados às atividades escolares pós afastamento por motivos diversos, foram considerados substitutos do bibliotecário para ocupar e gerenciar o espaço. Como integrantes do corpo docente da escola, familiarizados com a cultura do local, o currículo, professores, alunos e a comunidade, conhece as dificuldades da escola e da SL. A formação acadêmica, o tempo e a experiência na docência ou em outras funções exercidas na escola, parecem credencia-los para fazerem da biblioteca um lugar de aprendizagem e comunicação integrada ao processo pedagógico, apoio aos programas de ensino e trocas educativas, ainda que, não estejam habilitados para a organização de materiais e uso das fontes informacionais que assegurem o acesso a uma grande variedade de recursos que validem o processo. Para exercerem com qualidade a função de gestor da BE, o professor e/ou bibliotecário, deverão suplantar a simples transmissão dos conteúdos escolares e irem além da execução das atividades de promoção da leitura ou preocupação com a organização técnica do acervo. É na somatória, no empenho e no trabalho de ambos que o processo para construção de indivíduos intelectualmente livres, conscientes e participativos será efetivo.

Iniciativas institucionais, tímidas, aos olhos de muitos, têm sido empreendidas com o objetivo de melhorar a convivência pedagógica entre a *biblioteca* e a escola.

Organizações preocupadas com a *Educação*, têm investido em ações mobilizadoras, para conscientizar povos e governantes sobre os benefícios advindos de indivíduos independentes e capazes de utilizar e produzir conhecimentos em prol de uma sociedade mais unida e cooperativa. Publicações como o *Diretrizes para as Bibliotecas Escolares*, da IFLA/UNESCO, demonstram que a preocupação com o desenvolvimento e abrangência da educação não é apenas local, transcende as fronteiras e perpassa por todas as vertentes, frentes, equipamentos e dispositivos que propiciem a todos, o direito e o acesso ao conhecimento. O documento sugere diretrizes e passos possíveis, que adotados podem solucionar uma situação, que na prática, verifica-se ineficiente.

Ainda que as diretrizes do *Manifesto* tenham suscitado muitas discussões entre bibliotecários e interessados na BE, estas não foram amplamente consideradas para mudar a realidade nas Escolas Estaduais de ensino fundamental paulistas, assim como não foi, a Lei nº 12.244/10, de universalização das bibliotecas escolares. É possível perceber uma certa influência dos documentos citados, no que se refere ao bibliotecário, a partir da inserção do analista sociocultural-bibliotecário, no edital de concurso público para provimento de cargos no âmbito da SEE, sem revogar ou alterar a normas regulamentares de 2009, reafirmada em 2016, que consolidam a SL nos estabelecimentos de ensino paulistas e o professor readaptado na sua condução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho percorrido por esta pesquisa seguiu as normas e dispositivos legais paulistas, publicados entre 1996 a 2015, que versavam sobre a educação e tratavam da Biblioteca Escolar. O ponto de partida foi a publicação da Lei nº 12.244, em 24 de maio de 2010, que estabeleceu a universalização da biblioteca escolar nos estabelecimentos de ensino públicos e privados do país.

A iniciativa federativa veio ao encontro das reivindicações de educadores, bibliotecários, entidades nacionais e internacionais que avistavam, na Biblioteca, múltiplas funções, todas elas, colaborativas e auxiliares na construção de indivíduos livres intelectualmente e capazes de usar e produzir informação numa sociedade cada vez mais dependente de recursos informacionais os quais, a biblioteca está credenciada para prover.

Documentos de entidades diversas conferem à BE valor, autoridade e prestígio, e lhe atribuem um lugar de destaque na educação. A IASL⁶⁴ se refere a ela como, “essencial”, “parte vital na educação obrigatória e gratuita”, ou ainda, “fator de desenvolvimento da qualidade educativa”. A CERLALC junto com a UNESCO, os países membros, entidades e representantes regionais, compuseram uma “agenda para a leitura, a escrita, o livro, a biblioteca e o direito do autor e com a definição de diretrizes⁶⁵ para a construção de sociedades leitoras.” A IFLA em parceria com a UNESCO, publicou um Manifesto contendo Diretrizes para as bibliotecas escolares e as definiu como, “parte integral do processo educativo”. Os documentos asseveram e reforçam a utilidade da BE desde que, o aluno, o professor e a comunidade escolar, frequentem o espaço, organizado e estruturado por profissionais especializados e treinados que intermediem e facilitem o acesso ao acervo.

A publicação da lei, de abrangência nacional, se une aos organismos internacionais ao atribuir à BE competência para a promoção do livro e da leitura. Nos seus dispositivos, conceitua a BE, indica uma quantidade mínima para a composição do acervo e estabelece obediência à lei de regulamentação da profissão bibliotecária. Trouxe consigo a perspectiva da efetiva implantação e atuação nos ambientes escolares e junto, a hipótese, de que a lei por si, não seria suficiente para inserir a BE e o

⁶⁴ IASL – International Association of School Librarianship, 1993.

⁶⁵ CERLALC (2013)

bibliotecário nas escolas, especificamente nas Escolas Estaduais de ensino fundamental paulistas.

O procedimento de pesquisa constituiu em buscar nos Diários Oficiais da União e do Estado de São Paulo, e nas normas regulamentares da Secretaria da Educação do Estado, os atos normativos que tratavam da organização e funcionamento do ensino paulista, e localizar aqueles que contemplavam no conteúdo, a BE. A seleção e entendimento dos atos jurídicos foram embasados e acompanhados pelos estudos e pesquisas sobre BEs de organizações e instituições da Educação e da Biblioteconomia que tratavam da BE sob diversos pontos de vista, a partir do reconhecimento da mesma como dispositivo do espaço escolar, especialmente estruturado para o planejamento e execução de atividades para a promoção da leitura e ampliação do conhecimento do educando, professores e comunidade escolar.

Os resultados da pesquisa permitem algumas considerações, ainda que não conclusivas.

As BEs no Brasil são marcadas pela inércia, precariedade e identificadas como uma coleção de livros ou um espaço com estantes, destinado aos “letrados” e desprezado pelos “iletrados”. Como instrumento de poder controlado pelo clero ou pelo Estado, encerrada nos palácios ou nos conventos, não eram acessíveis a uma parcela da sociedade e muito menos difusora de conhecimentos. Portanto, manteve as portas fechadas para a uma parte da população e desconhecida para outra, sem estrutura para ser inserida na sociedade. É possível identificar uma breve movimentação em favor da valorização da biblioteca no rol das discussões em torno das concepções educacionais na década de 1930, empreendida por educadores que lhe atribuíram um papel essencial para promover a leitura, com a criação de bibliotecas infantis e a instituição de programas específicos. Essa aproximação foi interrompida pelo Estado Novo (1937 a 1945), com ações em favor da censura, proibição livros com “ideologias subversivas” e promoção daqueles com valores morais e patrióticos, e a criação de uma política assistencialista, por meio da qual se distribuía livros às escolas e bibliotecas públicas. Estes, ainda em vigor, não propiciaram a instituição e o desenvolvimento da BE, simplesmente porque, elas não são apenas uma coleção de livros.

Conhecer a trajetória da BE no ensino brasileiro, especialmente o paulista, percorrendo os caminhos por meio das normas jurídicas, reforçaram a compreensão de que ela é considerada parte integrante do espaço escolar pelos legisladores, e um

dispositivo auxiliar no processo educativo, pelos educadores. Foi citada, convocada e minimamente planejada para compor o equipamento escolar ao longo de décadas. Acompanhou de longe, a emergência pela escola pública, as reformas no ensino, as idas e vindas de governos, planos e programas sociais e políticos, na espera de ser de fato, implantada e disponibilizada para a população estudantil. No Estado de São Paulo, a legislação educacional paulista contemplou a escola com BEs em todos os dispositivos, sem planejar e determinar, no entanto, a instalação, a organização e atribuir ao bibliotecário, a responsabilidade pela condução, manutenção e permanência no ambiente escolar.

Localizar, identificar e conhecer as normas jurídicas que dispuseram e dispõem sobre as BEs nas Escolas Estaduais de ensino fundamental paulistas, entender o contexto político, social e educacional que as precederam, as ações empreendidas para a consolidação, possibilitaram na análise, refutar a força e a efetividade dos instrumentos legais para o cumprimento das regras estabelecidas. Ao longo de décadas, as Escolas Estaduais de ensino fundamental paulistas, registraram a existência de BE nas escolas, amparadas pelas normas jurídicas que as estabelecia. Na prática, sustentavam no espaço escolar um espaço físico com livros dispostos em estantes, uma simples sala e uma coleção de livros. Sobre as atividades nelas realizadas as mais evidentes dizem respeito a composição do acervo resultantes das ações e políticas públicas voltadas para a distribuição de livros, que a partir dos anos 1930, se justificavam como incentivos para a promoção da leitura, sem prever e organizar o recebimento, a organização e a utilização nas escolas.

A falta do profissional bibliotecário nas Escolas Estaduais de ensino fundamental paulistas, confirma o caráter distributivo e pouco profícuo, deste tipo de iniciativa, na formação de leitores. Com objetivo centrado na atividade de distribuição, as questões que envolvem as condições mínimas para que o acervo seja disseminado e trabalhado, são menosprezadas, e sendo assim, os livros e materiais ficam armazenados e abandonados em *bibliotecas* que não funcionam ou em depósitos, junto com outros materiais da escola. Nas ações que visem a promoção da leitura, a distribuição de livros não deveria ser o fim, e sim o início, e deveriam vir acompanhadas de outras, ligadas à recepção, organização, disseminação e uso.

Os dados recolhidos durante a pesquisa revelaram leis que citam a BE, mas não a inserem, projetos arquitetônicos que indicam espaços especialmente dedicados para a biblioteca que não se fixam, acervos pré-selecionados sem a identidade da comunidade para qual se destinam que descansam nas prateleiras, caixas e cantinhos permeados pela ausência de bibliotecários. BEs, que não são bibliotecas.

As BEs podem promover diferentes ações, agir e ser um dispositivo da escola e apoio ao ensino e aprendizagem, destacando orientações nas pesquisas, leituras, utilização da informação, incentivo ao desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo, formação de leitores e o despertar do gosto pela leitura nos alunos, professores e comunidade escolar. A organização do espaço precisa atender essas necessidades e atuar como um órgão de apoio aos programas educativos, seja de natureza didática, cultural e/ou recreativa e possibilitar o acesso e uso de materiais essenciais para cumprir os objetivos dos currículos e satisfazer os interesses, necessidades e aptidões dos alunos. Na falta de BEs, regularmente a comunidade escolar se contenta com uma sala e livros dispostos em estantes, mesas e cadeiras para a cópia de verbetes e um funcionário que abre, fecha e controla o espaço.

O recebimento de livros por meio de políticas públicas, as estatísticas desfavoráveis sobre o número de leitores no país, a disponibilidade de professores readaptados nas escolas, desenharam e instituíram a SL. Instaladas e assumidas, contam com o professor readaptado para exercer a função de gestor, perpetuando uma situação posta pela necessidade do espaço como centro de apoio ao ensino e aprendizagem e disponibilização de materiais para incentivo ao livro e a leitura. No que pese a Lei 12.244/10 que estabelece respeito à profissão do bibliotecário, estes não são em número suficientes para provimento de BEs em todas as escolas públicas e privadas brasileiras. A SL se concretizou no cotidiano escolar e foi normatizada pela SEE em 2009, reafirmada em 2016, com a publicação de resoluções que a consolidam como espaço destinado às práticas de pesquisa, estudo e leituras.

A publicação da Lei nº12.244/10 em caráter impositivo parecia ser a ação adequada para romper com os problemas enfrentados pela BE, o silêncio a que é submetida, o desconhecimento e o pouco reconhecimento da sua relevância como instituição. A Lei, um instrumento de poder do Estado, guarda em si a prerrogativa de obrigatoriedade, portanto, de possibilidade. Os dados levantados na pesquisa revelaram

que a lei não foi e não será suficiente para mudar as condições das BEs no cotidiano das escolas. Introduzi-la na comunidade escolar apontando o que deveria ser e não o que é, com devaneios e idealizações, sem um planejamento para a implantação, organização e estruturação, repetir-se-á o passado em que foi incessantemente incluída nos textos legais e não efetivamente no espaço escolar.

REFERÊNCIAS

ABREU, Vera Lúcia F. Gonçalves, et al. Diagnóstico das bibliotecas escolares da rede estadual de ensino de Belo Horizonte: a situação dos acervos. *Encontro Bibli*, Florianópolis-SC, n.17, n.1, 2004.

ALBUQUERQUE, Rielda Karyna de., CRUZ, Magna Silva. Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Acervos complementares: vivência das estratégias de leitura na alfabetização. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (online)*. Brasília-DF, v.95, n.243, p.439-456, mai./ago. 2015.

AMARO, Regina Keiko Obata Ferreira. *Biblioteca interativa: concepção e construção de um serviço de informação em ambiente escolar*. São Paulo: USP-ECA, 1998.

ANTUNES, Walda de Andrade. *Biblioteca escolar no sistema de ensino brasileiro: um desafio em tempos de leitura e uso da informação*. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1986.

ASMANN, Hugo. *Reencantar a educação: rumo a sociedade aprendente*. 5. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

ASSIS, Wanderlice da Silva. *O lugar da biblioteca escolar no discurso da legislação sobre o ensino secundário brasileiro (1838-1968)*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação Em Educação. Campo Grande-MS, 2010.

AZANHA, José Mário Pires. Planos e políticas educacionais: alguns pontos para reflexão. In: MENESES, João Gualberto de Carvalho e outros. *Estrutura e financiamento de educação básica*. 2.ed. São Paulo: Pioneira/Thomson Learning, 2002.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

BAPTISTA, Ana Maria Haddad. *Educação & leituras: esferas de conceito – poeticidade*. São Paulo: BT Acadêmica, 2013.

BARATIN, Marc; JACOB, Christian. *O Poder das bibliotecas: a memória dos livros do Ocidente*. Tradução Marcela Mortara. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora URFJ, 2008.

BIESIEGEL, Celso de Rui. *Política e educação popular*. São Paulo: Pioneira, 1974.

BRAGA, Aurineide Alves, PAULA, Rejane Sales de Lima. A biblioteca escolar e sua representação educativa. *Cadernos Educação Tecnologia e Sociedade*, Inhumas, v.5, pp 245-257, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Ação cultural e educacional da biblioteca no âmbito da escola*

de 1º grau. Antonia Terezinha Marcoantonio (Org.); Martha Maria dos Santos; Margarete Barros Maia Pires. Brasília-DF, MEC/INEP, 1993.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino. *Biblioteca escolar*. Graça Pimentel; Liliane Bernardes; Marcelo Santana. Brasília-DF: MEC/UNB, 2007. (Curso técnico de formação para funcionários da educação)

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Resolução nº7 de 20 de março de 2009*. Dispõe sobre o Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE). Brasília-DF, 2009.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. *A formação do leitor: o papel das Instituições de formação do professor para a educação fundamental*. Brasília-DF: Ministério da Educação e Desporto/Editora Moderna, 1994.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Censo escolar da educação básica 2013: resumo técnico*. Brasília-DF: O Instituto, 2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa. Brasília-DF: MEC/SEB, 1997. v.2

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia. De Gutenberg à internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

BRUNO, Ernani da Silva. *Histórias e tradições da cidade de São Paulo*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BUFFA, Ester. *Pesquisa sobre arquitetura e educação: aspectos teóricos-metodológicos*. São Carlos: UFSCAR, 2008.

CALVANI, Carlos Eduardo B. A educação no projeto missionário do protestantismo no Brasil. Curitiba-PR, *Rev. Pistis Prax. Teol. Pastor*, v. 1, n. 1, p. 53-69, jan./jun. 2009.

CAMPELLO, Bernadete Santos et al. *Biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005 (Biblioteca Escolar, 1).

_____. *A função educativa da biblioteca escolar no Brasil: perspectivas para o seu aperfeiçoamento*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2010.

_____. *Parâmetros para bibliotecas escolares brasileiras: fundamentos de sua elaboração*. Inf. & Soc. Est., João Pessoa-PA, v.21, n.2, pp. 105-120, mai/ago 2011.

CARVALHO, Martha Maria Chagas de. A caixa de utensílios e o tratado: modelos pedagógicos, manuais de pedagogia e práticas de leitura de professores. In: *Congresso Brasileiro de História da Educação, IV*. Goiânia, 2006.

_____. A caixa de utensílios e a biblioteca: pedagogia e práticas de leitura. In: VIDAL, Diana Gonçalves, HILSDORF, Maria Lúcia Spedo (Orgs.). *Brasil 500 anos: tópicos em história da educação*. São Paulo: Edusp, 2001. p.137-167.

_____. *Molde Nacional e forma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação, 1924-1931*. Bragança Paulista-SP: CDAPH/IFAN/Edusp, 1998.

_____. Reformas da instrução pública. In: *500 anos de educação no Brasil*. Organização de Eliana Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes Faria Filho e Cynthia Greive Veiga. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CHARTIER, Anne Marie. *L'école et la lecture obligatoire*. Paris: Retz, 2007.

CHARTIER, Roger, PAIRE, Alain. *Práticas de leitura*. Tradução Cristiane Nascimento. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun*. Tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1998. (Prismas).

_____. *Os desafios da escrita*. Tradução de Fúlvia M.L. Moretto. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

_____. Do livro a leitura. In: *Práticas de leitura*. Direção de Roger Chartier. Iniciativa de Alain Paire. Tradução de Cristiane Nascimento. 5.ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011. pp. 77-105.

_____. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa/Rio de Janeiro: Bertrand Russel/Difel, 1990.

_____. *A história ou a leitura do tempo*. Tradução Cristina Antunes. 2.ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2015. (Ensaio Geral, 1).

_____. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Tradução de Mary Del Priori. Brasília-DF: Editora UNB, 1995.

_____. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

CÔRTE, Adelaide Ramos, BANDEIRA, Suelena Pinto. *Biblioteca escolar*. Brasília-DF: Briquet de Lemos/Livros, 2011.

CULTURA Popular. Educação popular: memória dos anos 60. Organização de Osmar Fávero. 2.ed. s.l : Graal, 1982. (Biblioteca de Educação, v.3. Coordenação de Carlos Rodrigues Brandão).

CUNHA, Maria Antonieta Antunes da. Acesso à leitura no Brasil: considerações a partir da pesquisa. In: *Seminário Retrato da Leitura*, 2008.

_____. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESP/Imprensa Oficial do Estado, 1999.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Rastros de leituras: um estudo no acervo de livros do museu da Escola Catarinense (décadas de 20 a 60 do século XX). *Educação*, Porto Alegre, v.35, n.1, p.18-27, jan./abr. 2012.

DARNTON, Robert. História da leitura. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

_____. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DELORS, Jacques. (Org.). *Educação: um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. São Paulo: Cortez, 2000.

DEMO, Pedro. *Educar pela pesquisa*. 2. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 1997 (Educação Contemporânea).

DICIONÁRIO de Biblioteconomia e Arquivologia. Organização de Murilo Bastos da Cunha e Cordélia Robalinho de Oliveira Cavalcanti. Brasília-DF: Briquet de Lemos/Livros, 2008.

DINIZ, Carlos Alberto. A expansão da escola secundária e o campo político no Estado de São Paulo (1947-1964). In: *Congresso Brasileiro de História da Educação, VIII: Matrizes Interpretativas e Internacionalização*, UNESP, 2015.

DUARTE, Emeide, RAMALHO, Wilza da Costa, BRITO, Givanildo Fernandes de., SILVA, Maria Solange Pereira da. Bibliotecas escolares no município de João Pessoa: diagnóstico. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa-PB, v.8, n.1, 1998.

EL FAR, Alessandra. *O livro e a leitura no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 2006 (Descobrimos o Brasil).

FACHIN, Gleisy R.B., KIESER, Herta. Biblioteca escolar: espaço de interação entre bibliotecário-professor-aluno-informação: um relato. In: *Anais. Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação*, 14. Porto Alegre, 2000.

FARIA FILHO, Luciano; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, n.14, pp. 19-34, mai./jun./jul./ago., 2000.

FARMER, Lesley. Manifesto da UNESCO e as suas implicações para os bibliotecários escolares. *CRB-8 Digital*. São Paulo, v.1, n.2, p.52-55, out. 2008. Disponível em: <php/crb8digital/article/viewFile/33/34.> Acesso em: 10 jan.2016.

FERRAREZZI, Ludmila. *O imaginário sobre a biblioteca escolar: sentidos e discurso*. Ribeirão Preto, USP-RP, 2007.

FOUCAMBERT, Jean. *A leitura em questão*. Porto Alegre, Artmed, 1994.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 45 ed. São Paulo: Cortez, 2003 (Questões da nossa época, 13).

GARCIA, Edson Gabriel. (Org.). *Biblioteca escolar: estrutura e funcionamento (pelo fim do provisório eterno)*. São Paulo: Loyola, 1989 (Série Práticas Pedagógicas – 3).

GASCUEL, Jacqueline. *Um espaço para o livro: como criar, animar ou renovar uma biblioteca*. Lisboa: Dom Quixote, 1987.

GOMES, Denise Pedrosa. *O Departamento Municipal de Cultura de São Paulo (1935-1938): políticas de criação de bibliotecas e democratização de leitura*. 2008. 110 p. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

GOULEMOT, Jean Marie. Da leitura como produtor de sentidos. In: *Práticas da leitura*. Direção de Roger Chartier. Iniciativa de Alain Paire. Tradução de Cristiane Nascimento. 5.ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011. pp. 107-116.

_____. Bibliotecas, enciclopedismo e angústias da perda: a exaustividade ambígua das luzes. In: *O poder das Bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Direção de Marc Baratin e Christian Jacob. Tradução de Marcela Mortara. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. pp. 257-270.

GRAFTON, Anthony. Como criar uma biblioteca humanista: o caso Ferrara. In: *O poder das Bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Direção de Marc Baratin e Christian Jacob. Tradução de Marcela Mortara. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. pp. 169-181.

GUIMARÃES, Janaína. *Biblioteca escolar e políticas públicas de incentivo à leitura*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação. Universidade Júlio Mesquita Filho. Presidente Prudente-SP, 2010.

GUIMARÃES, Hahnemann. A educação e a biblioteca. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 3, n. 8, p. 147-156, fev. 1945.

HÉBRARD, Jean. *As bibliotecas escolares: entre leitura pública e leitura escolar na França do II Império e da III República*. Tradução Maria de Lourdes M. Matencio. Campinas: Mercado das Letras, 2009.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985.

HERKENHOFF, Paulo. *Biblioteca Nacional: a história de uma coleção*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1996.

HIDALGO, Angela Maria, MELLO, Cláudio José de Almeida. Políticas públicas, formação de professores e a articulação escolar da leitura literária. *Educar em Revista*, Curitiba-PR, n.52, p.155-173, abr./jun. 2014.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. *Pensando a educação nos tempos modernos*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1998 (Acadêmica, 19).

_____. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

JACOB, Christian. Ler para escrever: navegações alexandrinas. In: *O poder das Bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Direção de Marc Baratin e Christian Jacob. Tradução de Marcela Mortara. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. pp. 45-73.

KRUPPA, Sonia M. Portella. *Sociologia da educação*. São Paulo: Cortez, 1994 (Coleção Magistério do 2º grau; Série: Formação do Professor).

LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: *O poder das Bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Direção de Marc Baratin e Christian Jacob. Tradução de Marcela Mortara. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. pp. 21-44.

LEMOS, Antonio Agenor Briquet de. Bibliotecas. In: CAMPELLO, B.S.; CALDEIRA, P. da T.; MACEDO, V. A. A. (Org.). *Formas e expressão do conhecimento: introdução às fontes de informação*. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1998.

LENOIR, Luciana Santos. Relações entre qualidade da educação no Brasil e desenvolvimento. In: *Anais*. Circuito de Debates Acadêmicos, I, s.l: IPEA, 2011.

LIBÂNIO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2009. (Coleção Docência em Formação, Coordenação Antonio Joaquim Severino, Selma Garrido Pimenta).

LIMA, Leda Maria Araújo, SILVA, Rovilson José. Histórico das bibliotecas escolares no Estado do Paraná. *Bibl. Esc. Em Revista*, Ribeirão Preto-SP, v.3, n.2, pp.53-71, 2015.

LIMA, Raimundo Martins, SANTOS, Kézia de Souza. *Relatório final do projeto de pesquisa: estrutura das bibliotecas escolares e salas de leitura da rede pública municipal de ensino de Manaus*. Manaus-AM: UFAM, 2001.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. A campanha em defesa da escola pública: a mobilização social no debate da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Congresso Nacional de História, IV*. Maringá-PR, 2009. p.1500-1509.

LISBOA, Baltazar da Silva. *Annaes do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, s.c.p., 1835, v. VI.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (Org.). *500 ANOS de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Prefeitura de BH, 2000.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. Como tornar cada criança e cada adolescente um bom consumidor de leitura. *Revista Educação*. Rio de Janeiro, n.87/93, p.7-13, set. 1966.

_____. Contribuições ao estudo experimental do hábito. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*. Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 21-32, jul/set., 1921.

_____. Ensino e Biblioteca. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v. 6, n. 16, p. 5-24, out. 1945.

LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MACEDO, Neusa Dias. (Org.). *Biblioteca escolar brasileira em debate: da memória profissional a um fórum virtual*. São Paulo: Editora SENAC: Conselho Regional de Biblioteconomia – 8ª Região, 2005.

MANACORDA, Mário Alighiero. *História da educação: da Antiguidade aos nossos dias*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MANGUEL, Alberto. *A biblioteca à noite*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MARÇAL, Jairo. (Org.) Paraná (Estado). Secretaria de Estado da Educação do Paraná. *Antologia de textos filosóficos*. Curitiba-PR: SEED-PR, 2009.

MARCILIO, Maria Luiza. *História da escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 2005.

MAROTO, Lucia Helena. *Biblioteca escolar, eis a questão! Do espaço do castigo ao centro do fazer educativo*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MARTINS, Marcus Vinicius Rodrigues. Bibliotecas públicas e escolares nos discursos de Cecília Meirelles e Armanda Álvaro Alberto: acervos e práticas de leituras. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, n.19, N.E., p. 227-241, out/dez. 2014.

MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. 3. ed. São Paulo: Anhembi, 1957.

_____. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. São Paulo: Ática, 2002.

MARTUCCI, Elisabeth Márcia, MILANI, Maria Regina. Diagnóstico das bibliotecas escolares da rede estadual de ensino do município de São Carlos. *Informação & Informação*, v.4, n.2, 1999.

MARZAL, Miguel Angel; DIAZ, Maria José; CALZADO, Jovier. Um modelo y um método para la transformación de la biblioteca escolar em centro de recursos de enseñanza y aprendizaje. *Transinformação*, Campinas – SP, v.24, n.3, p. 165-178, set/dez 2012.

MAYRINK, Paulo Tarcísio. Diretrizes para a formação de coleções de bibliotecas escolares. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 16. *Anais*. Salvador-BA, Associação dos Profissionais Bibliotecários da Bahia, 1991. 2v.

MENDES, Gilmar. Questões fundamentais da técnica legislativa. *Revista de Direito Público*. São Paulo, n.1, p.255-271, 1993.

MENDES, Mônica Fátima Valenzi. Sala de Leitura nas escolas municipais de São Paulo: uma inovação que resiste às discontinuidades políticas. Tese (Doutorado). Educação: História, Política, Sociedade. PUC – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006

MILANESI, Luís. *Biblioteca*. 3. ed. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2013.

_____. *Ordenar para desordenar: centros de cultura e bibliotecas públicas*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MIRANDA, Antonio. *Planejamento bibliotecário no Brasil: a informação para o desenvolvimento*. Brasília-DF: UNB/Livros Técnicos e Científicos, 1977.

MORO, Eliane Lourdes da Silva., ESTABEL, Lisandra Brasil. *O processo de leitura na família, na escola e na biblioteca através das tecnologias e de comunicação e a inclusão social das pessoas com necessidades educacionais especiais*. Porto Alegre: s.c.p., 2008.

NASCIMENTO, Aline Mendes do., CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de. Retrato das bibliotecas escolares da rede estadual de ensino do município de Ribeirão Preto. *Biblionline*, João Pessoa-PB, v.3, n.1, 2007.

NERY, Ana Clara Bortoleto. Cultura pedagógica e formação de professores: a biblioteca da Escola Normal de Piracicaba (1911-1920). In: *Congresso Brasileiro de História da Educação*, VI. Vitória-ES, 2011.

NEVES, Iara Conceição Bitencourt. Bibliotecas: leituras, leitores, bibliotecários: abordagem à teoria da ação comunicacional de Adriano Rodrigues. In: *Dizeres sobre Biblioteca escolar: palavras em movimento*. Organização de Cláudio Marcondes Castro Filho e Lucília Maria Sousa Romão. Ribeirão Preto-SP: Alfabeta, 2011.

PAIVA, Jane, BERENBLUM, Andréa. Programa Nacional de Biblioteca da Escola (PNBE). *Pró-Proposições*, Campinas-SP, v.20, n.1 (58), pp.173-188, jan/abr.2009.

OLIVEIRA, Hamilton Vieira de. *Bibliotecas escolares e as atividades de planejamento e desenvolvimento do processo educativo em escolas públicas de Brasília*. Dissertação (Mestrado). Ciência da Informação e Documentação. Faculdade de Administração. Universidade de Brasília, 1999.

OLIVEIRA, Sonia Maria Marques, MORENO, Vilma Aparecida Gimenes da. Diagnóstico da pesquisa escolar no ensino de 5^a a 8^a séries do 1^o grau de Londrina. *Informação & Informação*, v.4, n.1, 1999. p.37-50.

OLIVEIRA, Tereza da Silva Freitas. A biblioteca escolar no regimento das escolas de 1º e 2º graus do Estado de São Paulo. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v.12, n.3-4, pp. 231-238, jul./dez.1979.

ORTEGA Y GASSET, José. *Missão do bibliotecário*. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

PAIVA, Jane, BERENBLUM, Andréa. *Programa Nacional de Biblioteca na Escola (PNBE): uma avaliação diagnóstica*. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT13-3093--Int.pdf> Acesso em: 10 mar.2016.

PARTRIDGE, H., LEE, j. , MUNRO, C. *Becoming librarian 2.0: the skills, knowledge, and attributes required by Library and Information Science professionals in a web 2.0 word (and beyond)*. *Library Trends*, University of Illinois, v.59, n.1-2, p. 315-335, 2010. Disponível em: <www.highbeam.com/doc/1P3-2238917661.html> Acesso em: 12 Jan 2016.

PETIT, Michèle. *Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva*. Tradução Celina Olga de Souza. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

_____. *Leituras: do espaço íntimo ao espaço público*. Tradução Celina Olga de Souza. São Paulo: Editora 34, 2013.

POLKE, Ana Maria Athaide. A biblioteca escolar e seu papel na formação de hábitos de leitura. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.2, n.1, pp. 60-72, 1973.

REIS FILHO, Casemiro dos. *A educação e a ilusão liberal*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1981.

REMER, Maisa M. Zarur, STENTZLER, M. Marlene. Método intuitivo: Rui Barbosa e a preparação para a vida completa por meio da educação integral. In: *Congresso Nacional de Educação, IX*. Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. Curitiba-PR, PUC, 2009.

RIBEIRO, Maria Luisa S. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 19. ed. Campinas: Autores Associados, 2003 (Coleção Memória da Educação).

RIUS, Elisa Bonilla; HALFON, Daniel Goldin; LIZARAZU, Ramón Salaberría. (Coord.). *Bibliotecas y escuelas: retos y desafíos en la sociedad del conocimiento*. Barcelona: Océano /Travesía, 2008.

RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1945.

ROCA, Glória Durban. *Biblioteca escolar hoje: recurso estratégico para a escola*. Tradução de Carlos Henrique Lucas Lima. Consultoria, Supervisão e revisão técnica de Mirian Moema Loss. Porto Alegre/São Paulo: Penso, 2012.

ROSA, Flávia Goulart Mota, ODDONE, Nanci. Políticas públicas para o livro, leitura e Biblioteca. *Ciência da Informação*, Brasília-DF, v.35, n.3, p.183-193, set./dez.2006.

SAENGER, Paul. A leitura nos séculos finais da Idade Média. In: CARVALHO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (Org.). *História da leitura no mundo ocidental*. Tradução Fulvia M. L. Moretto et. al. São Paulo: Ática, 2002, v. 1.

SALABERRIA, Ramón. La biblioteca escolar y sus conjugaciones. In: *Bibliotecas y escuelas. Retos y desafíos en la sociedade del conocimiento*. Coordenação de Elisa Bonilha Rius, Daniel Goldin Halfon y Romón Salaberria Lizaruzus. Barcelona/México: Ocenano Travesia, 2008. pp.35-51.

SAMBAQUY, Lídia de Queiróz. *Como a biblioteca pode servir ao Brasil*. Conferência pronunciada na Exposição de Atividades de Organização do Governo Federal em 03.11.1943. Rio de Janeiro: Departamento Administrativo do Serviço Público, 1943.

_____. O que é uma biblioteca moderna. *Revista do Serviço Público*. Rio de Janeiro, v.3, n.12, pp. 75-77, jul/ago 1939.

SANTOS, Theobaldo Miranda. *Noções de história da educação*. 7. ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1957.

SÃO PAULO (estado). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. *Base de dados de Legislação*. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. Centro de Referência Mário Covas. *Memória Escolar*. Disponível em: <<http://www.crmariocovas.sp.gov.br/>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. 42. ed. Campinas: Autores Associados, 2012 (Coleção Polêmica do Nosso Tempo).

_____. *A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas*. Campinas-SP: Autores Associados, 1977 (Coleção educação Contemporânea).

SEMEGHINI-SIQUEIRA, Idméa, MACEDO, Neusa Dias de. Subsídios para caracterização da biblioteca escolar. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v.12, n. 1-4, jan/dez. 1987.

SILVA, Theodoro Ezequiel da. Biblioteca escolar: quem cuida? In: *Biblioteca escolar: estrutura e funcionamento pelo fim do provisório eterno*. Organização de Edson Gabriel Garcia. São Paulo: Loyola, 1989.

_____. *Conferências sobre leitura: trilogia pedagógica*. Campinas-SP: Autores Associados, 2003.

_____. *Leitura na escola e na biblioteca*. 3. ed. Campinas-SP: Papyrus, 1991.

SILVA, Waldeck Carneiro da. *Miséria da biblioteca escolar*. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2003 (Coleção Questões da Nossa Época, v. 45).

SOUZA, Francisco das Chagas. Ensino de Biblioteconomia no Brasil: o modelo norte-americano. *Informação e Sociologia*, João Pessoa-PB, v.3, n.1, p.21-26, 1993.

SOUZA, Lucilene Soares de. *Bibliotecas e grupos escolares: práticas educativas na cultura escolar de São Paulo (1890-1920)*. São Paulo: s.l , 2009.

_____. *A instituição de bibliotecas nos grupos escolares do Estado de São Paulo (1890-1920)*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, 2009.

SOUZA, Maria Inez Salgado de. *Os empresários e a educação: o IPES e a política educacional após 1964*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1981.

SOUZA, Renata Junqueira de. *Biblioteca escolar e práticas educativas: o mediador em formação*. Campinas-SP: Mercado das Letras, 2009.

SOUZA, Rosa Fátima de., DINIZ, C.A. A articulação entre estado e municípios na expansão do ensino secundário no Estado de São Paulo (1930-1947). In: DELLABRIDA, N., SOUZA, Rosa Fátima de. (Orgs). *Entre o ginásio de elite e o colégio popular: estudos sobre o ensino secundário no Brasil (1931-1961)*. Uberlândia-MG: EDUFU, 2014. (Série Novas Investigações, v.5).

SOUZA, Rosa Fátima de. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário*. São Paulo: Cortez, 2008. v.2

_____. As políticas de expansão e de modernização do ensino secundário no Estado de São Paulo e a questão da qualidade da escola pública (1945-1968). In: *Anais. Congresso Brasileiro de História da Educação*, VI. Vitória-ES, UFES, 2011.

_____. *Templos da civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo*. São Paulo: Edunesp, 1998.

SUAIDEN, Emir José, OLIVEIRA, Cecília Leite. A ciência da informação e um novo modelo educacional: escola digital integrada. In: MIRANDA, Antonio, SIMEÃO, Elmira (Orgs.). *Alfabetização digital e acesso ao conhecimento*. Brasília: Universidade de Brasília. Departamento de Ciência da Informação e Documentação, 2006

TEIXEIRA, Anísio. *Educação no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Instituto Nacional do Livro: Ministério da Educação e Cultura, 1976. (Atualidades Pedagógicas, v.113; Direção de J.B. Damasco Penna).

_____. Ciência e arte de educar. In: *Educação e o mundo moderno*. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

_____. *Educação é um direito*. São Paulo: Editora Nacional, 1968.

_____. A educação escolar no Brasil. In: PEREIRA, Luiz, FORACCHI, Marialice M. (Orgs.). *Educação e Sociedade: leituras de sociologia*. 6.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, s.d. pp.388-413 (Biblioteca Universitária. Série 2. Ciências Sociais, v.16. Direção de Florestan Fernandes).

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. *Coleção atualidades pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981)*. Tese (Doutorado). Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2001.

VALDEMARIN, Vera Teresa. *História dos métodos e materiais de ensino: a escola nova e seus modos de uso*. São Paulo: Cortez, 2010 (Biblioteca Básica da História da Educação Brasileira, v. 6).

VIANA, Lilian. *Bibliotecas escolares: políticas públicas para a criação de possibilidades*. Dissertação (Mestrado). Escola de Comunicações e Artes. Programa de Ciência da Informação da Universidade de São Paulo, 2014.

VIDAL, Diana Gonçalves. Experiências do passado, discussões do presente: a Biblioteca Infantil do Instituto Caetano de Campos (1936-1966). Campinas-SP, *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 19, N.E, p.195-210, out/dez 2014.

ANEXO 1 - BRASIL. Lei N°12.244 de 24 de maio de 2010.



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 12.244 DE 24 DE MAIO DE 2010.

Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas, nos termos desta Lei.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura.

Parágrafo único. Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares.

Art. 3º Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis nºs 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de maio de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad
Carlos Lupi

Este texto não substitui o publicado no DOU de 25.5.2010

ANEXO 2- IFLA/UNESCO. Diretrizes para biblioteca escolares. Tradução de Neusa Dias de Macedo e Helena Gomes de Oliveira. São Paulo: IFLA/UNESCO, 2005.



**IFLA - Federação Internacional de Associações de
Bibliotecários e Instituições**

DIRETRIZES DA IFLA / UNESCO PARA A BIBLIOTECA ESCOLAR

**Tradução para o português (Brasil)
do original inglês *The IFLA/UNESCO
School Library Guidelines***

Disponível em:

<http://www.ifla.org/VII/s11/pubs/sguide02.pdf>

Acesso em: 4 abr. 2005

Neusa Dias de Macedo

*Docente do Departamento de
Biblioteconomia e Documentação,
Escola de Comunicações e Artes,
Universidade de São Paulo (até
1993). Assessora especial da
FEBAB.*

Helena Gomes de Oliveira

*Diretora Técnica do Departamento
de Bibliotecas Públicas, Secretaria
Municipal de Cultura de São Paulo
(até 2000).*

**São Paulo
maio 2005**

SUMÁRIO

Introdução

Capítulo 1. MISSÃO E POLÍTICA

- 1.1 Missão
- 1.2 Política
- 1.3 Supervisão e Avaliação

Capítulo 2. RECURSOS

- 2.1 Financiamento e Orçamento para a Biblioteca Escolar
- 2.2 Localização e Espaço
- 2.3 Móveis e Equipamentos
- 2.4 Equipamento Eletrônico e Audiovisual
- 2.5 Recursos Materiais
- 2.6 Política de Desenvolvimento de Coleção
- 2.7 Materiais do Acervo
- 2.8 Recursos Eletrônicos

Capítulo 3. PESSOAL

- 3.1 A Equipe da Biblioteca
- 3.2 O Papel do Bibliotecário Escolar
- 3.3 Funções do Técnico de Biblioteca
- 3.4 Cooperação entre os Professores e o Bibliotecário Escolar
- 3.5 Habilidades da Equipe da Biblioteca Escolar
- 3.6 Deveres do Bibliotecário Escolar
- 3.7 Padrões Éticos

Capítulo 4. PROGRAMAS E ATIVIDADES

- 4.1 Programas
- 4.2 Cooperação e Compartilhamento de Recursos com Bibliotecas Públicas
- 4.3 Atividades na Escola

Capítulo 5. PROMOÇÃO

- 5.1 Introdução
- 5.2 Política de Marketing
- 5.3 Educação do Usuário
- 5.4 Modelo para um Programa de Habilidades de Estudo e de Competência em Informação

REFERÊNCIAS

INTRODUÇÃO

O Manifesto “*Biblioteca Escolar: a biblioteca escolar no ensino e aprendizagem para todos*” [IFLA / UNESCO **School Library Manifesto: the school library in teaching for all**], publicado em 2000, foi extremamente bem recebido internacionalmente e traduzido em muitas línguas. Novas traduções continuam sendo realizadas e os bibliotecários, em muitos lugares do mundo, utilizam o manifesto para traçar o perfil das bibliotecas escolares nas suas próprias escolas, regiões e países.

O manifesto estabelece:

Os governos, por meio de seus ministérios responsáveis pela educação, são conclamados a desenvolver estratégias, políticas e planos que implementem os princípios deste Manifesto.

Essas novas diretrizes foram produzidas para informar os tomadores de decisão em âmbito nacional e local, em todo do mundo, e para dar suporte e orientação à comunidade bibliotecária. As diretrizes foram escritas para auxiliar as escolas no processo de implementação dos princípios expressos no manifesto.

A redação das Diretrizes envolveu muitas pessoas de países diversos, em diferentes situações locais, para testar e atender às necessidades de todos os tipos de escolas. As diretrizes deverão ser lidas e utilizadas em contexto local.

Workshops foram organizados durante as conferências da IFLA; reuniões foram realizadas e discussões levadas a efeito entre especialistas em biblioteca, tanto pessoalmente como utilizando meios eletrônicos. As diretrizes resultantes são o produto de muitos debates e consultas, aos quais os editores são muito reconhecidos e expressam seu mais profundo agradecimento. [Os editores] registram, ainda, a contribuição de membros do comitê permanente da seção de bibliotecas escolares e centros de recursos, e as diretrizes de muitos países que contribuíram para as diretrizes da IFLA/UNESCO, especialmente as “Diretrizes da Biblioteca Pública” [**The Public Library Guidelines**], publicadas pela IFLA em 2001.

A seção publicou também “A Biblioteca Escolar Hoje e Amanhã” [**The School Library Today and Tomorrow**], em 2002. Esperamos que o manifesto, as visões e as diretrizes, em seu conjunto, formem um alicerce para a excelência das bibliotecas escolares em toda parte.

Tove Pemmer Saetre
e Glenys Willars
2002

Capítulo 1. MISSÃO E POLÍTICA

“A biblioteca escolar no ensino e aprendizagem para todos”

1.1 MISSÃO

A biblioteca escolar propicia informação e idéias que são fundamentais para o sucesso de seu funcionamento na sociedade atual, cada vez mais baseada na informação e no conhecimento. A biblioteca escolar habilita os alunos para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve sua imaginação, preparando-os para viver como cidadãos responsáveis.

1.2 POLÍTICA

A biblioteca escolar precisa ser gerenciada dentro de um quadro de políticas claramente estruturado. Ele deve ser definido em função das políticas existentes em nível superior e das necessidades da escola. Tal política deve refletir também a filosofia, os objetivos e a realidade da escola.

A política deve especificar quando, onde, para quem e por quem todo o potencial da biblioteca é projetado. Sua implementação somente ocorrerá se toda a comunidade escolar der apoio e colaborar para o alcance das finalidades e objetivos estabelecidos. Dessa forma, a política deve ser redigida com o maior envolvimento que se possa obter, com tantas consultas quanto possível e amplamente compartilhada na sua forma impressa. Assim, a filosofia, as idéias, o conceito e as intenções para a prática e o desenvolvimento ficarão claros e serão bem compreendidos e aceitos, e então estarão prontos para ser colocados em funcionamento, de modo efetivo e com entusiasmo.

A política deve ser abrangente e funcional. Sua redação não deve ficar a cargo tão somente do bibliotecário, mas deve ser realizada em conjunto com professores e membros da hierarquia superior. A minuta deve circular amplamente pela escola e ser colocada em discussão aberta e exaustivamente. O documento final e os planos subseqüentes deverão especificar o papel da biblioteca em relação a:

- programa escolar
- métodos de ensino na escola
- padrões e critérios nacionais e locais
- necessidades de aprendizagem e de desenvolvimento pessoal dos estudantes
- necessidades do pessoal docente
- aprimoramento do nível de rendimento escolar

Os elementos que contribuem para uma biblioteca escolar administrada de forma eficiente e satisfatória são:

- financiamento e orçamento
- instalações físicas
- recursos
- organização
- equipe
- uso da biblioteca
- promoção

Todos esses elementos são essenciais no estabelecimento de políticas e de plano de ação realistas, que serão considerados ao longo deste documento. O plano de ação deve ser composto de estratégias, tarefas, objetivos, rotinas de supervisão e avaliação. A política e o plano de ação devem ser um documento ativo, sujeito à revisão contínua.

1.3 SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO

Para atingir os objetivos da biblioteca escolar, a administração precisa supervisionar continuamente o desempenho dos serviços, de modo a assegurar que as estratégias adotadas estejam possibilitando o cumprimento das finalidades estabelecidas. Estudos estatísticos devem ser levados a efeito periodicamente, a fim de identificar tendências. Deve ser feita uma avaliação anual que inclua as principais áreas do plano de ação, para verificar se as seguintes questões estão sendo atendidas:

- as finalidades e os objetivos estabelecidos da biblioteca, do programa escolar e da escola
- as necessidades da comunidade escolar
- as necessidades de mudanças à medida que vão surgindo
- o provimento adequado de recursos
- o custo-benefício

Os seguintes indicadores-chave de desempenho podem ser úteis para monitorar e avaliar o cumprimento dos objetivos da biblioteca:

Indicadores de Uso

- empréstimos por membro da comunidade escolar (especificado tanto por estudante quanto por membro da equipe da escola)
- total de visitas à biblioteca por estudante e por membro da equipe da escola
- empréstimos por item do acervo (i.e., rotatividade dos recursos)
- empréstimos por hora (durante e após o horário das aulas)
- consultas de referência por membros da comunidade escolar (especificadas por estudante e por membro da equipe da escola)
- uso de computadores e de fontes de informação on-line

Indicadores de Recursos

- acervo total de livros por membro da comunidade escolar
- provisão de terminais / computadores pessoais por membro da comunidade escolar
- provisão de computadores com acesso *on-line* por membro da comunidade escolar

Indicadores de Pessoas

- proporção de pessoal da biblioteca, considerado em equivalência de tempo integral¹, por membro da comunidade escolar
- proporção de pessoal da biblioteca, considerado em equivalência de tempo integral², por uso da biblioteca

Indicadores de Qualidade

- pesquisas de satisfação do usuário
- grupos focais
- atividades de consulta

Indicadores de Custo

- custos unitários de funções, serviços e atividades
- custos de pessoal por função (ex.: empréstimos de livros)
- custos totais da biblioteca por membro da comunidade escolar
- custos totais da biblioteca expressos em porcentagem sobre o total do orçamento escolar
- custos de meios de comunicação expressos em porcentagem sobre o total de custos da biblioteca

Indicadores Comparativos

Comparar os dados estatísticos da biblioteca com serviços bibliotecários oferecidos por outras escolas de dimensão e características similares (benchmarking).

CAPÍTULO 2. RECURSOS

“A biblioteca escolar deve ter recursos financeiros adequados e contínuos para uma equipe treinada, materiais, tecnologias e instalações [apropriadas], e o acesso aos serviços deve ser gratuito”

^{1, 2} **N.T.** “Equivalente em tempo integral” corresponde à sigla em inglês FTE = full-time equivalent. Assim, para a realização dos cálculos propostos, dois funcionários que trabalham em período parcial equivalem a um funcionário em tempo integral.

2.1 FINANCIAMENTO E ORÇAMENTO PARA A BIBLIOTECA ESCOLAR

A fim de garantir que a biblioteca receba sua justa parte dos recursos financeiros da escola, é importante considerar os seguintes pontos:

- entender o processo de elaboração do orçamento da escola
- estar alerta para o cronograma do ciclo orçamentário
- saber quem é a equipe-chave nessa área
- assegurar que as necessidades da biblioteca foram identificadas

Os componentes do plano orçamentário devem incluir:

- uma quantia para novos recursos (p.ex.: livros, revistas e material não-impresso); uma quantia para materiais promocionais (p.ex.: pôsteres)
- uma quantia para material de escritório e material administrativo
- uma quantia para atividades promocionais
- custos de infra-estrutura de tecnologias de comunicação e informação (TIC): equipamentos, software, licenças, se esses não estiverem incluídos no orçamento geral de TIC da escola.

Como regra geral, o orçamento para materiais da biblioteca escolar deve ser de pelo menos 5% do valor gasto por aluno no sistema escolar, excluindo-se todos os salários, despesas com educação especial, transporte e fundos para melhorias essenciais.

Os custos com pessoal devem ser incluídos no orçamento da biblioteca, mas em algumas escolas pode ser mais apropriado incluí-los no orçamento geral de pessoal. É importante, todavia, enfatizar que a estimativa dos custos do pessoal da biblioteca é uma tarefa em que o bibliotecário escolar deve estar envolvido. A verba disponível para os custos com pessoal está intimamente relacionada a importantes questões, tais como: o número de horas de atendimento ao público pela biblioteca e que padrão e tipos de serviços ela oferece. Projetos especiais e outras necessidades, tais como novas estantes, poderão requerer um pedido complementar de recursos.

O uso do orçamento deve ser cuidadosamente planejado para o ano todo e estar de acordo com a política estabelecida. Os relatórios anuais devem apresentar informações sobre como o orçamento tem sido utilizado e, também, esclarecer se a quantia gasta com a biblioteca tem sido suficiente para atender as suas atividades e atingir os objetivos de sua política.

O bibliotecário escolar deve ser claro quanto à importância de um orçamento adequado para a biblioteca, e pode ser necessário que ele necessite transmitir essa questão à administração superior, considerando-se que a biblioteca atende a toda a comunidade escolar. Pode ser também válido justificar um aumento dos recursos financeiros, com base no seguinte:

- a quantidade de pessoal da biblioteca e o tamanho da coleção são a melhor previsão na escola para o bom rendimento acadêmico
- os estudantes com melhor desempenho nos testes-padrão tendem a ser provenientes de escolas que apresentam uma equipe de biblioteca com maior número de componentes e maior acervo de livros, periódicos e material audiovisual, independentemente de outros fatores, como, por exemplo, os econômicos

2.2 LOCALIZAÇÃO E ESPAÇO

A relevante função pedagógica da biblioteca escolar deve estar refletida nas instalações, móveis e equipamentos. É de vital importância incorporar a função e o uso da biblioteca escolar no planejamento de novos prédios e nas reformas daqueles já existentes.

Não há medida universal única para as instalações da biblioteca escolar; mas é útil e proveitoso ter algum tipo de fórmula para cálculos de planejamento, de modo que qualquer nova biblioteca ou uma biblioteca remodelada possa atender às necessidades da escola com mais eficiência. O processo de planejamento deve considerar os seguintes pontos:

- localização central, no andar térreo, se possível
- fácil acesso e proximidade, perto das áreas de ensino
- fatores de ruído - pelo menos algumas áreas da biblioteca devem estar livres do barulho exterior
- iluminação suficiente e apropriada, por meio de janelas ou luz artificial
- temperatura ambiental adequada (ex: com utilização de ar-condicionado, aquecimento) para assegurar boas condições de trabalho durante o ano todo, como também para a preservação das coleções
- projeto apropriado para atender aos usuários portadores de necessidades especiais
- dimensão adequada para abrigar as coleções de livros (ficção, não-ficção, edições de capa dura, livros de bolso), jornais, revistas e fontes não-impresas; áreas de estudo e de armazenagem; espaços para leitura e estudo, estações trabalho com computador; setores de exposições, de trabalho da equipe da biblioteca, balcão de atendimento ao usuário
- flexibilidade para permitir multiplicidade de atividades e futuras mudanças nos programas escolares e nas tecnologias

Outros espaços devem também ser previstos, no momento de se planejar uma nova biblioteca:

- espaços de estudo e pesquisa destinados ao atendimento de informação e referência, aos catálogos, às estações *online*, às mesas para estudo e pesquisa, aos materiais de referência e às coleções básicas

- espaço informal para leitura de livros e periódicos que estimulem a competência em informação, a aprendizagem ao longo da vida e a leitura recreativa
- local para atividades de treinamento/capacitação, com assentos para pequenos e grandes grupos e até para aulas formais de classes inteiras, “quadro para o professor” com tecnologia adequada ao uso didático e espaço para projeção
- área para produção e execução de projetos em grupo e reuniões de poucas pessoas, de grupos e classes, bem como instalações para a produção de mídias
- área administrativa para o balcão de atendimento, salas de trabalho, processamento técnico, armazenamento de equipamentos audiovisuais e materiais de almoxarifado e suprimentos

2.3 MÓVEIS E EQUIPAMENTOS

O projeto [de instalações] da biblioteca escolar vai contribuir para o bom atendimento prestado à escola. A aparência estética promove uma sensação de acolhimento da comunidade escolar, trazendo incentivo para que ela permaneça por mais tempo na biblioteca.

Uma biblioteca escolar apropriadamente equipada deve ter as seguintes características:

- segurança
- boa iluminação
- ser planejada para
 - acomodar mobiliário resistente, durável e funcional, de acordo com os requisitos específicos de espaço, atividades e usuários da biblioteca
 - atender aos requisitos especiais da comunidade escolar da maneira menos restritiva possível
 - atender às mudanças nos programas da biblioteca, nos programas da escola e nas tecnologias de informação e comunicação
 - possibilitar o uso adequado e seguro do mobiliário, dos equipamentos, dos suprimentos e dos materiais
 - estar preparada e administrada de tal modo a possibilitar o acesso equitativo e em tempo hábil a uma coleção organizada e diversificada de recursos
 - ser esteticamente agradável, com orientação e sinalização claras e atrativas, de modo a proporcionar boa ambientação de lazer e aprendizagem para os usuários

2.4 EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E AUDIOVISUAIS

A biblioteca escolar desempenha importante função como porta de acesso à atual sociedade baseada na informação e no conhecimento. Por essa razão, deve

prover o acesso a todos os equipamentos eletrônicos, computacionais e audiovisuais necessários. Tais equipamentos incluem:

- estações de trabalho com computador e acesso à Internet
- catálogos de acesso público adequados a diferentes faixas etárias e níveis escolares dos alunos
- gravadores
- leitoras de CD-ROM
- escaners
- projetores de vídeos
- computadores especialmente destinados a portadores de necessidades especiais (visuais e físicas)

Os móveis para computadores devem ser adequados às crianças, com facilidade de ajuste para as diferentes estaturas.

2.5 RECURSOS MATERIAIS

É essencial que exista um padrão de qualidade das instalações e dos variados tipos de fontes de informação da biblioteca. Assim, uma política de desenvolvimento de coleções é vital para que se definam o propósito, a extensão e o conteúdo das coleções, assim como o acesso aos recursos externos.

2.6 POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DA COLEÇÃO

A biblioteca escolar deve oferecer acesso a uma ampla faixa de recursos para atender às necessidades dos usuários, no que se refere à educação, à informação e ao desenvolvimento pessoal. É essencial que as coleções sejam desenvolvidas continuamente para que os usuários tenham sempre novas opções de escolha de materiais.

O pessoal da biblioteca escolar deve cooperar com os administradores e professores, no sentido de estabelecer política comum de desenvolvimento de coleção. A formulação dessa política deve ser baseada nos programas de ensino, nas necessidades e interesses específicos da comunidade escolar, assim como deve refletir a diversidade da sociedade fora da escola. Os seguintes elementos devem ser incluídos na formulação dessa política:

- missão da biblioteca e escolar, conforme o Manifesto da IFLA/UNESCO
- declarações de liberdade intelectual
- liberdade de informação
- finalidade da política de desenvolvimento da coleção e sua relação com a escola e com os programas de ensino
- objetivos a curto e longo prazos

2.7 COLEÇÃO DE MATERIAIS

Uma coleção média de livros deve ter 10 livros por estudante. Uma escola de menor porte deve ter pelo menos 2.500 itens relevantes e atualizados, para proporcionar um acervo amplo e equilibrado a usuários de todas as idades, habilidades e bases de conhecimento. Pelo menos 60% da coleção devem ser constituídos de recursos de não-ficção relacionados aos programas escolares.

Além disso, a biblioteca escolar deve adquirir materiais para lazer, como romances populares, música, videogames, videocassetes, DVDs, revistas e cartazes. Esses materiais podem ser selecionados em cooperação com os estudantes para assegurar que reflitam seus interesses e cultura, sem ultrapassar os limites razoáveis de padrões éticos.

2.8 RECURSOS ELETRÔNICOS

A variedade de serviços deve incluir o acesso a recursos de informação eletrônica que reflitam tanto os programas escolares, como também a cultura e os interesses dos usuários. As fontes eletrônicas devem possibilitar o acesso à Internet, às bases de dados de obras especializadas de referência e de textos completos, assim como a pacotes de programas instrucionais de computador. Tais produtos devem estar disponíveis em CD-ROM e DVD.

É vital escolher um sistema de catálogo para a biblioteca, que permita a classificação e catalogação dos recursos informativos de acordo com padrões bibliográficos aceitos nacional e internacionalmente. Isto facilita a sua inclusão em grandes redes de informação. Em muitos lugares ao redor do mundo, as bibliotecas escolares de comunidades locais se beneficiam por fazerem parte de um catálogo coletivo. Tal colaboração pode aprimorar a eficiência e a qualidade do processamento técnico dos livros, proporcionando facilidade de combinar esses recursos para o máximo proveito dos mesmos.

Capítulo 3. PESSOAL

“O bibliotecário escolar é o profissional qualificado da equipe, responsável pelo planejamento e gerenciamento da biblioteca escolar. É apoiado por pessoal que deve estar adequado ao trabalho. Trabalha em conjunto com todos os membros da comunidade escolar e, ainda, estabelece contatos com a biblioteca pública e outras”.

3.1 EQUIPE DA BIBLIOTECA

O valor e a qualidade dos serviços prestados pela biblioteca dependem de recursos de pessoal, disponível dentro e fora da biblioteca escolar. Por essa razão, é de fundamental importância a existência de uma equipe bem treinada e altamente motivada, com número suficiente de pessoas, de acordo com o tamanho da escola e de suas necessidades específicas, em relação aos serviços

bibliotecários. O termo “equipe” significa, neste contexto, um conjunto de bibliotecários habilitados e de técnicos de biblioteca. Deve haver também pessoas de apoio, como professores, técnicos, pais e outras categorias de voluntários. Os bibliotecários escolares devem estar profissionalmente treinados e capacitados, apresentando conhecimento adicional em teoria da educação e metodologia do ensino.

Um dos principais objetivos da gestão de pessoas, nas bibliotecas escolares, consiste em que todos os membros da equipe tenham um entendimento muito claro da política de serviços da biblioteca. Eles devem estar bem cientes das suas responsabilidades e deveres, ter condições de trabalho bem definidas e salários competitivos, que reflitam o profissionalismo do trabalho.

Os voluntários não devem trabalhar como substitutos do pessoal remunerado, mas podem atuar como apoio, por meio de contrato que defina seu envolvimento nas atividades da biblioteca. Os consultores em nível local e nacional devem participar como orientadores externos, em assuntos referentes ao desenvolvimento de serviços da biblioteca escolar.

3.2 PAPEL DO BIBLIOTECÁRIO ESCOLAR

A principal função do bibliotecário escolar é a de contribuir para [o cumprimento] da missão e dos objetivos da escola, em que se incluem os processos de avaliação, implementação e desenvolvimento [da missão e dos objetivos] da biblioteca. Em cooperação com a direção da escola, com os administradores em geral e com o professorado, o bibliotecário deve estar envolvido no planejamento e na implementação dos programas escolares.

O bibliotecário possui conhecimento e habilidades necessárias para proporcionar o provimento e a solução de problemas de informação, além de ser um especialista no uso de todo o tipo de fontes, tanto na forma impressa como eletrônica. Seus conhecimentos, habilidades e especialidade devem atender às demandas de uma determinada comunidade escolar. Além disso, ele deve organizar campanhas de leitura e de promoção da literatura, dos meios de difusão e cultura infantis.

O apoio da administração da escola é essencial quando a biblioteca desenvolve atividades interdisciplinares. O bibliotecário deve reportar-se diretamente ao chefe dos professores ou ao diretor da escola. É extremamente importante para o bibliotecário o fato de ser aceito como um membro igual aos outros profissionais e ser convocado para participar do trabalho conjunto e de todas as reuniões da escola, na qualidade de diretor do departamento bibliotecário.

O bibliotecário deve criar um ambiente de entretenimento e aprendizagem que seja atrativo, acolhedor e acessível para todos, livre de qualquer medo ou preconceito. Todos aqueles que trabalham na biblioteca da escola devem ter bom relacionamento com crianças, jovens e adultos.

3.3 FUNÇÕES DO TÉCNICO DE BIBLIOTECA

O técnico de biblioteca reporta-se ao bibliotecário e lhe dá suporte em suas funções. A função do técnico requer conhecimento [do trabalho] de escritório, de [uso das] tecnologias e habilidades. O técnico de biblioteca deve ter um treinamento básico prévio. Caso contrário, a biblioteca deve proporcionar tal treinamento. Alguns dos deveres dessa função incluem atividades rotineiras, recolocação de livros nas estantes, operações de empréstimo e devolução, além [da participação em rotinas] do processamento técnico do material da biblioteca.

3.4 COOPERAÇÃO ENTRE OS PROFESSORES E O BIBLIOTECÁRIO ESCOLAR

A cooperação entre os professores e o bibliotecário escolar é essencial para maximizar o potencial dos serviços da biblioteca.

Os professores e os bibliotecários devem trabalhar em conjunto, com a finalidade de:

- desenvolver, instruir e avaliar o aprendizado dos alunos conforme previsto no programa escolar
- desenvolver e avaliar habilidades no uso e conhecimento da informação pelos alunos
- desenvolver planos de aula
- preparar e realizar projetos especiais de trabalho, num ambiente mais amplo de aprendizagem, incluindo a biblioteca
- preparar e realizar programas de leitura e eventos culturais
- integrar tecnologia de informação ao programa da escola
- oferecer esclarecimentos aos pais sobre a importância da biblioteca escolar

3.5 HABILIDADES DA EQUIPE DA BIBLIOTECA ESCOLAR

A biblioteca escolar é um serviço dirigido a todos os membros da comunidade escolar: desde os alunos, professores, administradores, profissionais de aconselhamento até os pais. Todos esses grupos requerem habilidades especiais de comunicação e cooperação. Os principais usuários são os alunos e os professores, mas também outras categorias de profissionais devem ser incluídas, por exemplo, o pessoal administrativo e os profissionais de aconselhamento.

As qualidades e habilidades fundamentais esperadas do pessoal da biblioteca escolar podem ser assim definidas:

- Habilidades de
 - comunicação de forma positiva e aberta com crianças e adultos
 - entendimento das necessidades dos usuários

- cooperação com indivíduos e grupos dentro e fora da comunidade escolar
- Conhecimento e compreensão da diversidade cultural
- Conhecimento de
 - metodologia de ensino e da teoria da educação
 - habilidades no uso da informação
 - materiais que compõem o acervo da biblioteca e como ter acesso aos mesmos
 - literatura, meios de comunicação e cultura infantis
- Conhecimento e aptidão
 - no campo da gerência e do marketing
 - no campo da tecnologia da informação

3.6 DEVERES DO BIBLIOTECÁRIO ESCOLAR

O bibliotecário escolar deve encarregar-se das seguintes tarefas:

- analisar os recursos e as necessidades de informação da comunidade escolar
- formular e implementar políticas para o desenvolvimento de serviços
- desenvolver políticas de aquisição e sistemas para os recursos da biblioteca
- catalogar e classificar materiais da biblioteca
- oferecer instrução no uso da biblioteca
- capacitar professores e alunos no conhecimento e uso da informação
- prestar atendimento a estudantes e professores no uso dos vários recursos da biblioteca e das tecnologias de informação
- responder a questões de referência e informação, utilizando materiais apropriados
- promover programas de leitura e eventos culturais
- participar do planejamento de atividades relacionadas à implementação do programa escolar
- participar do preparo, da implementação e avaliação de atividades de ensino
- promover a avaliação dos serviços da biblioteca escolar, como parte integrante do sistema geral de avaliação da escola
- efetuar parcerias com organizações externas
- preparar e implementar orçamentos
- desenvolver planejamento estratégico
- gerenciar e promover treinamentos da equipe da biblioteca

3.7 PADRÕES ÉTICOS

Cabe à equipe da biblioteca escolar a responsabilidade de observar padrões éticos elevados na interação com todos os membros da comunidade da escola. Todos os usuários devem ser tratados de forma igualitária, independentemente de

suas habilidades e história pessoal. Os serviços devem estar adaptados às necessidades de cada usuário. Para fortalecer o papel da biblioteca escolar como ambiente de aprendizagem aberto e seguro, a equipe da biblioteca deve reforçar sua função de orientadora, mais do que de instrutora no sentido tradicional. Isto implica, em primeiro lugar e acima de tudo, que ela esteja mais voltada para a perspectiva do usuário do que influenciada por atitudes e preconceitos pessoais, no momento de realizar os serviços bibliotecários.

Capítulo 4. PROGRAMAS E ATIVIDADES

“A biblioteca escolar é parte integrante do processo educativo”

4.1 PROGRAMAS

Nos programas escolares nacionais e nos programas de desenvolvimento da educação em âmbito nacional, as bibliotecas escolares devem ser consideradas como meios vitais para cumprir objetivos ambiciosos, em relação a:

- competência em informação para todos, gradualmente desenvolvida e adotada no contexto do sistema escolar
- disponibilidade de recursos informativos para estudantes em todos os níveis educacionais
- oferecimento amplo da disseminação da informação e do conhecimento a todos os grupos estudantis para o exercício dos direitos democráticos e humanos.

Em níveis nacional e local, é aconselhável estabelecer programas destinados especificamente para o desenvolvimento da biblioteca escolar. Esses programas podem ter diferentes objetivos e ações, conforme o contexto em que se encontram. A seguir, alguns exemplos de ações:

- desenvolver e publicar padrões e diretrizes nacionais (e locais) para as bibliotecas escolares
- indicar modelos de bibliotecas para demonstrar a “melhor prática”
- estabelecer comitês de biblioteca escolar, em níveis nacional e local
- definir uma estrutura formal de cooperação entre bibliotecas escolares e bibliotecas públicas, em níveis nacional e local
- iniciar e oferecer programas de treinamento profissional ao bibliotecário escolar
- prover financiamento para projetos da biblioteca escolar, tais como campanhas de leitura
- iniciar e financiar projetos de pesquisa relacionados às atividades e ao desenvolvimento da biblioteca escolar

4.2 COOPERAÇÃO E COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS COM BIBLIOTECAS PÚBLICAS

Tendo em vista o aperfeiçoamento dos serviços bibliotecários para crianças e jovens, em determinada comunidade, a cooperação entre bibliotecas escolares e bibliotecas públicas pode ser uma boa iniciativa. Um acordo de cooperação por escrito deverá incluir:

- medidas comuns para a cooperação
- especificação e definição das áreas de cooperação
- esclarecimentos quanto às implicações econômicas e como compartilhar custos
- período de tempo definido para as atividades de cooperação

Exemplos de áreas de cooperação:

- compartilhamento no treinamento da equipe
- desenvolvimento cooperativo de coleções
- programas cooperativos
- coordenação de redes e serviços eletrônicos
- cooperação no desenvolvimento de instrumentos educativos e de educação do usuário
- visitas de classe de alunos a bibliotecas públicas
- promoção conjunta de leitura e de competência no uso da informação
- marketing conjunto de serviços de biblioteca para crianças e jovens

4.3 ATIVIDADES NA ESCOLA

A biblioteca escolar deve desenvolver uma ampla variedade de atividades e ter função-chave no cumprimento da missão e da visão da escola. Ela deve ter como objetivos o atendimento a todos os usuários potenciais da comunidade escolar e a satisfação das necessidades específicas dos grupos-alvo.

Portanto, os programas e as atividades devem ser projetados em estreita cooperação com:

- o diretor da escola/chefe dos professores
- chefes de departamentos
- professores
- equipe de apoio
- estudantes

A satisfação do usuário depende da habilidade da biblioteca escolar para identificar as necessidades de indivíduos e grupos, e de sua capacidade de desenvolver serviços que reflitam as necessidades da comunidade escolar, na medida em que vão se modificando.

O Diretor da Escola e a Biblioteca Escolar

Como líder pedagógico da escola e figura-chave na criação de um ambiente para a implementação do programa escolar, o diretor da escola deve reconhecer a importância dos serviços efetivos da biblioteca escolar e estimular o seu uso.

O diretor deve trabalhar em estreita cooperação com a biblioteca ao planejar o desenvolvimento da escola, especialmente quanto à capacitação do uso da informação [*information literacy*] e aos programas de promoção da leitura. Quando os planos forem postos em prática, o diretor deve promover uma organização flexível do tempo e dos recursos para permitir aos professores e alunos o acesso à biblioteca e aos seus serviços.

O diretor deve também garantir a cooperação entre o corpo docente e a equipe da biblioteca. Ele deve incluir o envolvimento dos bibliotecários escolares na instrução, no planejamento do currículo escolar, na educação continuada da equipe, na avaliação do programa e da aprendizagem do aluno.

No que se refere à avaliação da escola como um todo, o diretor deve integrar também a avaliação da biblioteca (ver Capítulo 1) e destacar a contribuição vital dos serviços relevantes da biblioteca escolar para o alcance dos padrões educacionais estabelecidos.

Os Chefes de Departamento e a Biblioteca Escolar

Como principal responsável encarregado das atividades profissionais, cada chefe de departamento deve cooperar com a biblioteca, a fim de assegurar que a variedade de recursos informativos e serviços bibliotecários atenda às necessidades especiais das áreas temáticas do departamento. Assim como o diretor da escola, o chefe de departamento deve envolver a biblioteca no plano de desenvolvimento e direcionar a atenção à biblioteca, como parte essencial do ambiente de ensino e como um centro de recursos de aprendizagem.

Os Professores e a Biblioteca

A cooperação entre professor e bibliotecário foi tratada na Seção 3.4. Entretanto, alguns aspectos complementares devem ser destacados:

A filosofia educacional dos professores constitui a base ideológica para a escolha de métodos de ensino. Alguns dos métodos baseados na tradicional visão “o professor e o livro de texto” - como o mais importante recurso didático - não favorecem o papel da biblioteca nos processos de aprendizagem. Se tal visão estiver combinada com um forte desejo de manter a porta da sala de aula fechada e um estrito controle sobre as atividades de aprendizagem dos estudantes, a biblioteca - como um valioso suporte ligado ao currículo escolar - poderá ficar mais excluída ainda da mente do professor. Mesmo se a maioria

dos professores for partidária dessa “ideologia educativa de estocagem” e, portanto, considerar os alunos como depositários passivos que devem aprender mediante a transferência de conhecimentos selecionados do professor, é ainda importante que a biblioteca procure sua função de serviço de apoio relacionado ao currículo escolar. Uma estratégia útil para estabelecer parceria nos processos de aprendizagem, dentro da ideologia acima descrita, poderia ser a promoção de serviços bibliotecários especialmente para os professores. Essa promoção estar voltada para os seguintes pontos:

- oferecimento de recursos aos professores para ampliar seu conhecimento na especialidade ou aperfeiçoar suas metodologias de ensino
- fornecimento de recursos para diferentes estratégias de avaliação
- oferecimento dos serviços da biblioteca como parceira de trabalho no planejamento de tarefas a serem feitas em classe
- auxílio aos professores para superar situações heterogêneas na classe, organizando serviços especializados para aqueles que necessitam de maior apoio ou estímulo
- a biblioteca como uma porta para a aldeia global [em que vivemos], por meio de empréstimos-entre-bibliotecas e redes eletrônicas

Os professores que têm ideologias educacionais mais abertas e progressistas certamente são usuários mais entusiastas da biblioteca. Além disso, para todas as funções e possibilidades anteriormente mencionadas, eles podem incluir a biblioteca como local de ensino e, com essa iniciativa, se afastarem dos métodos pedagógicos mais tradicionais. Para estimular os estudantes no processo de aprendizagem e no desenvolvimento de suas próprias habilidades, os professores devem cooperar com a biblioteca quanto a:

- capacitação em informação, por meio da estimulação da curiosidade intelectual e do preparo dos estudantes para serem usuários críticos e criativos da informação
- projetos e tarefas
- motivação de leitura aos estudantes de todos os níveis, individualmente ou em grupos

Os Estudantes e a Biblioteca

Os alunos são o principal alvo da biblioteca escolar. A cooperação com outros membros da comunidade escolar é importante por ser de interesse dos alunos.

Os estudantes podem usar a biblioteca para diferentes propósitos. Ela deve ser vista como um ambiente de aprendizagem livre e aberto, não ameaçador, em que eles possam trabalhar em todos os tipos de tarefas, individualmente ou em grupos.

As atividades dos estudantes na biblioteca provavelmente incluem:

- lição de casa (tradicional)
- projetos e tarefas para solução de problemas
- busca e uso da informação
- produção de *portfolios* e material a ser apresentado ao professor e aos colegas de classe.

Uso da Internet

Os novos recursos eletrônicos são um desafio especial para todos usuários de biblioteca. Utilizar tais recursos pode ser muito confuso. O bibliotecário deve fornecer apoio para demonstrar que esses recursos são apenas ferramentas do processo de ensino-aprendizagem; são meios para um fim e não um fim em si mesmos.

Os usuários de biblioteca ficam muito frustrados quando buscam informação e pensam que, se podem acessar a Internet, todos seus problemas de informação serão resolvidos. Acontece geralmente o oposto. O bibliotecário pode ajudar os usuários no acesso à Internet e minimizar as frustrações resultantes de buscas de informação. O importante é saber selecionar da Internet as informações relevantes e de qualidade, no menor tempo possível. Os próprios estudantes devem gradualmente desenvolver habilidades para localizar, sintetizar e integrar informação e novo conhecimento, provenientes de todas áreas temáticas do acervo da biblioteca. Iniciar e levar a efeito programas de capacitação do uso da informação é uma das tarefas mais fundamentais da biblioteca (Ver Seção “Os Professores e a Biblioteca”, acima, para outras considerações).

Função Cultural da Biblioteca Escolar

A biblioteca pode ser utilizada informalmente como um ambiente esteticamente agradável, cultural e estimulador, contendo uma variedade de revistas, romances, publicações e recursos audiovisuais.

Eventos especiais podem ser organizados na biblioteca, tais como exposições, visitas de autores e datas internacionais comemorativas. Se houver espaço suficiente, os estudantes podem apresentar encenações inspiradas na literatura, para os pais e outros colegas; o bibliotecário pode organizar reuniões [para troca de idéias] sobre livros e também a “hora do conto”, para alunos mais jovens; ele pode estimular o interesse pela leitura e organizar programas que promovam o desenvolvimento do gosto pela literatura.

As atividades de estímulo à leitura envolvem aspectos culturais como também de aprendizado. Há uma ligação direta entre o nível de leitura e os resultados do aprendizado. Os bibliotecários devem ser sempre pragmáticos e flexíveis no momento de fornecer material de leitura aos usuários e de dar apoio às preferências individuais dos leitores, aceitando seus direitos como indivíduos.

Pela leitura de obras de ficção e não-ficção, adequadas às suas necessidades e níveis de escolaridade, os alunos podem ser estimulados para a socialização e desenvolvimento de sua identidade.

Cooperação com os Pais

A tradição de incluir os pais e tutores nas atividades da escola varia nos diferentes países. A biblioteca pode oferecer a oportunidade de envolvimento dos pais na escola. Como voluntários, eles podem auxiliar nas tarefas práticas e apoiar a equipe da biblioteca. Eles podem também participar dos programas de promoção de leitura, tornando-se motivadores dessas atividades de seus filhos em seus próprios lares. Ainda, eles podem tomar parte em colóquios sobre literatura, juntamente com seus filhos e, assim, contribuir de forma pedagógica para os resultados dessas atividades de leitura.

Outra maneira de envolver os pais é formar um grupo de “Amigos da Biblioteca”. Esse tipo de grupo deve obter financiamento extra para as atividades da biblioteca e pode auxiliá-la na organização de eventos culturais especiais, que requerem recursos além da disponibilidade orçamentária da biblioteca.

Capítulo 5. PROMOÇÃO

5.1 INTRODUÇÃO

Os serviços e as instalações da biblioteca escolar devem ser promovidos ativamente, para que os grupos-alvo estejam sempre conscientes de seu papel essencial - parte ativa na aprendizagem e porta de acesso a todo tipo de recursos informativos. Os públicos-alvo foram mencionados em diversas ocasiões nos capítulos precedentes. Eles são formados pelo diretor e por outros membros do conselho administrativo da escola, chefes de departamento, professores, estudantes, diretores da associação de pais e mestres e pais. É importante adequar o tipo de promoção ao perfil da escola e aos diferentes grupos-alvo.

5.2 POLÍTICA DE MARKETING

A biblioteca escolar deve ter uma política de marketing e promoção, formalizada por escrito, que especifique objetivos e estratégias. Esse documento deve ser elaborado conjuntamente pelos dirigentes da escola e a equipe de professores.

Os seguintes elementos devem ser incluídos nessa política:

- objetivos e estratégias
- plano de ação que assegure o alcance dos objetivos
- métodos de avaliação

As ações necessárias podem diferir, dependendo das finalidades e circunstâncias locais. A título de ilustração, alguns pontos essenciais são apresentados:

- início e manutenção de sítio na Internet sobre a biblioteca escolar, para fins de promoção de serviços, com *links* de e para sítios e portais na web
- organização de mostras e exposições
- redação de publicações que contenham informações a respeito do horário de funcionamento, serviços e coleções
- preparo e distribuição de listas de recursos e panfletos relacionados com os programas escolares e também com tópicos interdisciplinares
- fornecimento de informação sobre a biblioteca nos encontros com novos estudantes e seus pais
- organização de grupos de “amigos da biblioteca”, para pais e outros interessados
- organização de feiras de livros e campanhas de leitura e capacitação em informação
- sinalização eficiente de áreas internas e externas da biblioteca
- início de entendimentos com outras organizações na área (por exemplo: bibliotecas públicas, museus e sociedades históricas locais)

O plano de ação deve ser avaliado, examinado e revisto anualmente, bem como o documento de política global deve ser inteiramente rediscutido, no mínimo a cada dois anos.

5.3 EDUCAÇÃO DO USUÁRIO

O recurso mais efetivo de marketing talvez seja oferecer cursos e programas aos professores e estudantes sobre o uso da biblioteca. Por essa razão, é extremamente importante que esses cursos sejam bem planejados, abrangentes e bem dosados.

Por serem tais programas numa função-chave da biblioteca, seria também apropriado considerá-los no Capítulo 4. Entretanto, o aspecto de marketing de todo o tipo de educação do usuário é tão fundamental, que fica mais adequado apresentá-la no presente capítulo.

Nos cursos especialmente formulados para professores, deve haver uma orientação clara e segura sobre o papel da biblioteca no ensino-aprendizagem. Esses cursos devem enfatizar especialmente o treinamento prático na busca de informação ligada a áreas temáticas, ensinadas pelos professores. Por meio das próprias experiências [dos professores] na pesquisa de fontes relevantes, eles possivelmente vão desenvolver maior compreensão de como a biblioteca pode complementar o trabalho de classe e estar integrada aos tópicos curriculares.

Como outros programas de ensino da escola, os vários componentes dos cursos para estudantes devem ser distribuídos em seqüências lógicas, para promover o progresso e a continuidade no aprendizado dos alunos. Isto significa que habilidades e recursos devem ser introduzidos progressivamente nos diferentes estágios e níveis.

O bibliotecário escolar é o principal responsável pelos programas de educação de usuários, mas deve cooperar com os professores no sentido de associar, do modo mais próximo possível, os diferentes componentes do curso ao currículo da escola.

A presença do professor é imprescindível nos programas de treinamento da biblioteca, em que ele atua como um orientador em cooperação com o bibliotecário.

Na educação do usuário, há três tópicos principais de ensino:

- conhecimento sobre a biblioteca; qual o seu propósito, quais os serviços oferecidos, como está organizada e quais os tipos de recursos disponíveis
- habilidades de busca e uso da informação e motivação para uso da biblioteca em projetos formais e informais de aprendizagem

5.4 MODELO DE PROGRAMA DE HABILIDADES DE ESTUDO E COMPETÊNCIA INFORMATIVA

Filosofia

Os estudantes com competência no uso da informação devem:

- ser aprendizes competentes e independentes
- estar conscientes das suas necessidades de informação e ativamente conectados ao mundo das idéias
- ter confiança nas suas habilidades para resolver problemas e saber discernir o que é uma informação relevante
- ser capazes de utilizar as ferramentas de tecnologia para o acesso à informação e para sua própria comunicação
- agir com tranqüilidade nas situações onde haja multiplicidade de respostas ou naquelas em que não haja respostas
- executar trabalhos com padrões de alto nível e criar produtos de qualidade
- ser flexíveis e capazes de se adaptar às mudanças e de ter desempenho individual ou em grupo

As diretrizes para esse tipo de capacitação oferecem, a todos os estudantes, um processo de aprendizado aplicável ao conteúdo de diferentes áreas e a partir do ambiente acadêmico para a vida real. Essas diretrizes especificam o seguinte para os estudantes:

- construir um significado a partir da informação
- criar um produto de qualidade
- aprender de forma independente
- participar efetivamente como membro de um grupo de trabalho
- usar a informação e as tecnologias da informação de forma responsável e ética

As habilidades de aprendizagem que podem contribuir para tornar realidade essa “filosofia” estão apresentadas na lista seguinte:

- capacidade de auto-aprendizagem
- capacidade de cooperação
- capacidade de planejamento
- capacidade de localização e coleta
- capacidade de seleção e valoração
- capacidade de organização e registro
- capacidade de comunicação e entendimento
- avaliação

Capacidade de Auto-Aprendizagem

A capacidade de auto-aprendizagem é de extrema importância para o desenvolvimento dos aprendizes ao longo da vida. Os aprendizes independentes devem estar aptos a estabelecer objetivos claros e de administrar seu progresso pessoal para alcançá-los.

Eles devem estar preparados para fazer uso das mídias para suas necessidades informativas e pessoais, a buscar respostas para suas questões, a considerar perspectivas alternativas e a avaliar diferentes pontos de vista. Eles devem ser capazes de solicitar ajuda e de reconhecer a organização e a estrutura da biblioteca. O bibliotecário deve agir mais como parceiro de estudo e conselheiro, do que como instrutor dos estudantes nas suas atividades.

Capacidade de Cooperação

A biblioteca escolar é um ambiente em que as diferenças individuais se mesclam com a diversidade de recursos e tecnologias. Quando os estudantes estão trabalhando em grupo, eles aprendem a defender os seus pontos de vista, bem como a criticar construtivamente uma opinião. Eles aceitam a diversidade de idéias e respeitam a experiência anterior e os estilos de aprendizagem dos demais. Além disso, colaboram na criação de projetos que refletem diferenças entre pessoas e contribuem para transformar uma série de

tarefas individuais em um produto final. No momento em que os estudantes utilizam a biblioteca como recurso para suas atividades de solução de problemas, o bibliotecário pode atuar como conselheiro do grupo e apoiá-los no que for necessário.

Capacidade de Planejamento

A capacidade de planejamento é pré-requisito essencial para [a realização] de trabalhos de pesquisa, tarefas escolares, projetos, ensaios ou temas. No estágio inicial do processo de aprendizagem, atividades como discussão de idéias (“brainstorming”), formulação adequada de perguntas e identificação de palavras-chave requerem criatividade e prática constante.

Um estudante preparado para realizar um planejamento deve ser capaz de desenvolver objetivos, definir problemas que pretende resolver e fazer um plano de trabalho adequado. O bibliotecário deve estar envolvido no processo de planejamento, de acordo com a vontade dos alunos. Logo no início dos trabalhos, ao bibliotecário cabe o aconselhamento sobre o uso dos recursos disponíveis e sobre a viabilidade de determinada tarefa.

Capacidade de Localização e Coleta

É fundamental que os alunos adquiram habilidades de localizar e reunir informações na biblioteca, com a finalidade de desenvolver sua busca de modo independente.

Essas habilidades incluem o conhecimento da ordem alfabética e numérica, o uso dos diferentes tipos de ferramentas de informação disponíveis em bases de dados e na Internet. É necessário um reforço dessas habilidades de localização, as quais devem estar relacionadas ao currículo da escola como um todo, e desenvolvidas progressivamente num contexto de determinado assunto.

Os exercícios para tais habilidades devem incluir o uso de índices, de variadas fontes de referência e uma abrangência total das tecnologias da informação. O estudante competente, que souber lidar bem com essas habilidades, será capaz de integrá-las no momento em que estiver trabalhando com diferentes métodos para gerar informação, tais como pesquisa, entrevistas, experimentos, observações e estudo de fontes.

O bibliotecário deve organizar cursos de capacitação para localização e coleta de informação, apropriados às necessidades especiais dos indivíduos e dos grupos. O programa deve ser desenvolvido com a cooperação dos professores. O treinamento dessas habilidades informativas representa, sem dúvida, a parte mais essencial da educação do usuário na biblioteca.

Capacidade de Seleção e Julgamento de Valor

Os estudantes precisam desenvolver habilidades de pensamento crítico e avaliativo. Juntamente com as capacidades mencionadas anteriormente, essas habilidades são vitais para que o melhor resultado possível no uso da biblioteca seja obtido.

Nos programas destinados a promover a capacitação dos estudantes nessas habilidades, devem ser incluídos os seguintes pontos:

- formulação apropriada de perguntas
- identificação de recursos potenciais
- uso de várias estratégias
- construção de uma linha de tempo razoável
- tomada de decisões éticas

O bibliotecário deve estar especialmente concentrado na orientação do estudante, no sentido de encontrar informações relevantes e atualizadas e de identificar quaisquer desvios e inexatidões.

Uma grande gama de recursos necessita ser consultada, comparada e avaliada para assegurar que as hipóteses e conclusões estejam fundamentadas na mais ampla base possível de conhecimento.

O estudante competente deve ser capaz de identificar critérios com relação à credibilidade das fontes, completeza, formato e relevância, pontos de vista, confiabilidade e tempo hábil.

Capacidade de Organização e Registro

As concepções tradicionais a respeito da função de uma biblioteca são freqüentemente limitadas à coleta e seleção da informação. A organização e uso posteriores dessa informação são processos não comumente associados ao uso de biblioteca. Entretanto, numa biblioteca escolar, essa parte do processo é tão importante como o ponto de partida.

O bibliotecário deve apoiar os estudantes no desenvolvimento de tais habilidades quando da realização de projetos e tarefas rotineiras. Por essa razão, ele deve conhecer muito bem a estrutura de um projeto e orientar o estudante na redação de títulos, capítulos e referências. Além disso, a competência de elaborar resumos, citações e organizar bibliografias corretas e completas deve ser desenvolvida na biblioteca, com o apoio do bibliotecário. Os estudantes treinados devem ser capazes de tomar notas, armazenar a informação e organizá-las para uso.

Capacidade de Comunicação e Compreensão

Interpretar a informação e utilizá-la em projetos e tarefas rotineiras são duas das mais difíceis habilidades de aprendizagem. Por meio dessas habilidades, os estudantes comprovam se compreenderam ou não a informação que estão produzindo. Transformar a informação coletada em conhecimento pessoal é, sem dúvida, uma atividade desafiadora.

O estudante competente deve ser capaz de processar a informação no que se refere a:

- integrar a informação oriunda de várias fontes
- fazer inferências
- formular conclusões
- reconstruir significados
- estabelecer conexões com o conhecimento anterior

Além disso, o estudante competente deve ser capaz de:

- comunicar claramente [o que foi capaz de processar]
- refletir sobre objetivos e critérios estabelecidos
- demonstrar efetiva habilidade de apresentação

O papel do bibliotecário aqui é o de orientar e proporcionar treinamentos aos estudantes, para tais atividades, e garantir um ambiente de aprendizagem na biblioteca que corresponda às necessidades de apoio ao estudante.

Capacidade de Avaliação

O estágio final de um projeto de aprendizagem consiste em avaliar o processo e o resultado. É de vital importância que os estudantes sejam capazes de elaborar pensamento crítico a respeito dos seus esforços e de refletir sobre o que eles conseguiram alcançar. Dessa maneira, o estudante competente deve ser capaz de:

- relacionar o produto final ao plano original e determinar se o produto alcançou o seu propósito
- determinar os pontos fortes e fracos do projeto de aprendizagem
- refletir sobre o progresso obtido e as implicações para futuras tarefas

O bibliotecário deve estar envolvido no processo de avaliação em conjunto com os professores, por duas razões. Uma delas é ser informado sobre como a biblioteca tem contribuído para o atendimento das necessidades do usuário. A outra razão é ser capaz de atuar como parceiro ativo da aprendizagem dos alunos, podendo contribuir para um melhor entendimento da relação entre o processo de aprendizagem e o produto final.

Muitos países, autoridades locais e bibliotecas escolares têm desenvolvido com sucesso programas para a formação do usuário. Alguns deles estão disponíveis na Internet.

REFERÊNCIAS

Lista seletiva de referências

American Association of School Librarians, *Information power: guidelines for school library media programs*. ACET, 1988

Australian School Library Association em www.asla.org.au/policy.htm

Políticas sobre:

- Competência no uso da informação
- Competência no uso da informação eletrônica
- Aprendizagem baseada nos recursos e currículo
- Provisão de recursos
- Qualificações do professor-bibliotecário
- Financiamento do centro de recursos da biblioteca escolar
- Declaração dos direitos da biblioteca escolar

Canadian School Library Association, A Position Statement on Effective School Library Programs in Canada. www.cla.ca/divisions/csla/pub_3.htm

Convention of Scottish Local Authorities, *Standards for school library services in Scotland*. COSLA, 1999. ISBN 1 87279 446 7

Hannesdóttir, Sigrún Klara (ed.), *School librarians: guidelines for competency requirements*. IFLA, 1995. ISBN 9070916576

Haycock, Ken; Blanche Woolls. *School librarianship: international perspectives & issues*. Hi Willow Research & Publishing/ IASL, 1997. ISBN 1 89086 122 7

IFLA/UNESCO, *The School Library Manifesto: the school library in teaching and learning for all*. IFLA, 2000.
www.ifla.org/VII/s11/pubs/manifest.htm
www.ifla.org/VII/s8?unesco/eng.htm

Library Association of Ireland, *Policy statement on school library services*, 1996.
www.libraryassociation.ie/policy/schools.htm

Library Services for Education, *Central to excellence: guidelines for effective school libraries*. Leicestershire County Council, 2002. ISBN 0 85022 440 3

LISC Guidelines – segunda edição em elaboração. www.liscni.co.uk

The Primary school library guidelines. Library Association, 2000. ISBN 0 95374 040 4

School libraries: guidelines for good practice. Library Association of Ireland, 1994. ISBN 0 94603 724 8

School Library Standards and Evaluation: Lista de websites americanos em: www.sldirectory.com/libsf/resf/evaluate.html

Scottish Library Association et al., *Taking a closer look at the school library resource centre: self-evaluation using performance indicators*. 1999. www.slainte.org.uk/Slicpubs/schoolpis.pdf

South Africa, Department of Education. *A national policy framework for school library standards*, Julho de 1997. <http://education.pwv.gov.za/teli2/policydocuments/library1.htm>

Stripling, Barbara K. *Learning and libraries in an information age: principles and practice*. Libraries Unlimited, 1999. ISBN 1 56308 666 2

Tilke, Anthony (ed.), *Library Association guidelines for secondary school libraries*. Library Association, 1998. ISBN 1 85604 278 2

Para informações adicionais, recomenda-se consultar as Associações nacionais de bibliotecas.

ADENDO

DOCUMENTOS LEGISLATIVOS

FEDERAIS

BRASIL. Lei nº 12.244 de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. **Diário Oficial da União**. Brasília-DF, 25 de maio de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm> Acesso em: 05 jun 2016.

_____. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm> Acesso em: 05 jun.2016.

ESTADUAIS (ESTADO DE SÃO PAULO)

SÃO PAULO (estado). Decreto nº27 de 12 de março de 1890. Reforma a Escola Normal e converte em Escolas Modelos as Escolas anexas. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, 12 de março de 1890. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1890/decreto-27-12.03.1890.html>> Acesso em: 05 jun. 2016.

_____. Decreto nº 34 de 25 de março de 1890. Supprime a educação religiosa do programma de ensino das escolas publicas. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, 25 de março de 1890. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1890/decreto-34-25.03.1890.html>> Acesso em: 05 jun. 2016.

_____. Decreto nº 91 de 13 de outubro de 1890. Manda empregar na construção de um edifício para Escola Normal o produto da Loteria, destinado à construção de uma Igreja Catedral. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, 13 de outubro de 1890. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=137804> >Acesso em: 05 jun. 2016.

_____. Lei nº 88 de 08 de setembro de 1892. Reforma a Instrução Pública do Estado. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, 08 de setembro de 1892. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=64173> >Acesso em: 05 jun. 2016.

_____. Lei nº 169 de 07 de agosto de 1893. Addita diversas disposições à Lei nº 88 de 08 de setembro de 1892. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, 07 de agosto de 1893. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1893/lei-169-07.08.1893.html> >Acesso em: 05 jun. 2016.

_____. Decreto nº 218 de 27 de novembro de 1893. Approva o Regulamento da Instrução para a execução das leis nº 88, de 8 de setembro de 1892 e 169, de 7 de agosto de 1893. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, 27 de novembro de 1893. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1893/decreto-218-27.11.1893.html> >Acesso em: 05 jun. 2016.

_____. Decreto nº 1.216 de 27 de abril de 1904. Aprova e manda observar o Regimento Interno dos Grupos Escolares e das Escolas Modelo. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, 27 de abril de 1904. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1904/decreto-1216-7.04.1904.html>> Acesso em: 05 jun. 2016.

_____. Lei nº 930 de 13 de agosto de 1904. Modifica várias disposições das leis em vigor sobre Instrução Pública. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, 13 de agosto de 1904. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1904/lei-930-13.08.1904.html>> Acesso em: 05 jun. 2016.

_____. Decreto nº 1.239 de 30 de setembro de 1904. Dá regulamento para execução nº 930, de 13 de agosto de 1904 que modificou várias disposições em vigor sobre Instrução Pública. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, 30 de setembro de 1904. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=136393>> Acesso em: 05 jun. 2016.

_____. Decreto-Lei nº 17.066 de 08 de março de 1947. Dispõe sobre a criação de cargos e função gratificada no quadro de ensino. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, 13 de março de 1947. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=70227>> Acesso em: 05 jun. 2016.

MANIFESTO IFLA/UNESCO PARA BIBLIOTECAS ESCOLARES

IFLA/UNESCO School Library Manifesto and Guidelines and other resources. 1999. Disponível em: <<http://www.ifla.org/publications/iflaunesco-school-library-manifesto-1999>> Acesso em: 05 jun 2016.

_____. Diretrizes para biblioteca escolares. Tradução em língua portuguesa (Brasil) de Neusa Dias de Macedo e Helena Gomes de Oliveira. São Paulo: IFLA/UNESCO, 2005.

_____. Diretrizes da IFLA/UNESCO para biblioteca escolares. Tradução em língua portuguesa (Portugal) de Maria José Vitorino. Vila Franca de Xira (Portugal): IFLA/UNESCO, 2006.

